

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PAULO MORAES TAFFARELLO

**A CRISE ORGÂNICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
(PCB) E O DECLÍNIO DO “SOCIALISMO REAL”**

Marília – 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PAULO MORAES TAFFARELLO

**A CRISE ORGÂNICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E O
DECLÍNIO DO “SOCIALISMO REAL”**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pós – Graduação da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, como exigência parcial para obtenção de título de mestre em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

Marília - 2009

PAULO MORAES TAFFARELLO

**A CRISE ORGÂNICA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) E O
DECLÍNIO DO “SOCIALISMO REAL”**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pós – Graduação da UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências, como exigência parcial para obtenção de título de mestre em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio.

Banca examinadora:

Profº Dr. Paulo Ribeiro da Cunha
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília)

Profª Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Professor suplente

Marília, 24 de abril de 2009.

AGRADECIMENTOS

A Marcos Tadeu Del Roio, pela orientação e amizade de já quase uma década!

A Paulo Cunha, cujos apontamentos foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

A Eliel Ribeiro Machado, por estar presente em minha banca de defesa e pela disposição e gentileza em ler este trabalho.

A todos aqueles que, de alguma forma, estiveram presente nos bons momentos de UNESP – Marília.

Aos meus pais, Valdir e Cristina, por tudo que me proporcionaram desde sempre.

A minha família em geral, que tanto apoio me deu neste período, principalmente: André, Tadeu, Luciana, Lígia e Pedrinho.

Às Instituições que, indiretamente, financiaram esta pesquisa, por me empregarem durante o longo período sem bolsa (Banco do Brasil, UNIANCHIETA e Colégio Memorial).

E, principalmente, aos meus dois grandes amores, que me fazem levantar e sorrir toda manhã e me ensinaram que a vida é algo maravilhoso de ser vivido: Sofia e Ingrid.

RESUMO

Desde o início dos anos 80, a crise do chamado "socialismo real" era um fato evidente. A relativa estagnação econômica e os investimentos massivos na indústria bélica, a ampliação da contestação nos países do leste-europeu, dentre outros, eram sintomas da crise de hegemonia da burocracia socialista, que tentou uma última cartada com a *Perestroika*. A crise iniciada na Europa oriental, que tem como marco simbólico a queda do muro de Berlim, culminou com a desintegração da União Soviética. Visceralmente ligados à URSS, os partidos comunistas de todo o mundo sentiram o impacto dessa crise terminal. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que assistia à saída de Luis Carlos Prestes do partido, também sentiu a crise e foi diretamente envolvido por ela, sendo que, em 1992, no seu X Congresso, consumou a sua própria derrocada. A ideia deste projeto é analisar como o PCB entra em crise no contexto de suas interpretações ilusórias das relações internacionais, deixando sua legitimidade minada, tendo em vista a queda do sistema socialista adotado na URSS e na Europa Oriental.

Palavras-chave: PCB, Comunismo, Socialismo Real, URSS.

ABSTRACT

Since the early 80's, the crisis of the called "real socialism" was an obvious fact. The relative economic stagnation and the massive investments in the war industry, the expansion of contestation in the Eastern European Countries, among others, were crisis symptoms of the socialist bureaucracy hegemony, which tried a last attempt with the Perestroika. The crisis, started in the Eastern Europe, whose symbolic mark is the fall of the Berlin Wall, culminated with the Soviet Union disintegration. Viscerally connected to the USSR, the communist parties around the world felt the impact of that terminal crisis. The Brazilian Communist Party (PCB), that was watching Luis Carlos Prestes leaving the party, also felt the crisis and was directly involved in it, being that, in 1992 during its X Congress, consummated its own collapse. The project idea is to analyze how PCB entered into the crisis in the context of its international relations illusory interpretations, making its legitimacy undermined, in view of the fall of the USSR and Eastern European socialist system .

Key worlds: PCB, Communism, Real Socialism, USSR.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1: ORIGENS DA CRISE DO PCB	17
1.1: O XX CONGRESSO DO PCUS	19
1.2: O PCB A PARTIR DE MARÇO DE 1958	29
1.3: O GOLPE MILITAR DE 1964	37
1.4: O PCB NO EXÍLIO	46
2: O PCB E A DEMOCRATIZAÇÃO	52
2.1: UM PARTIDO DIVIDIDO: A RUPTURA DE PRESTES	54
2.2: A TRANSIÇÃO E A LEGALIDADE DO PCB	65
2.3: A URSS E A <i>PERESTROIKA</i>	72
2.4: ANÁLISE PECEBISTA DA CRISE SOVIÉTICA	89
3: A CRISE ORGÂNICA DO PCB	94
3.1: O COLAPSO DO "SOCIALISMO REAL"	96
3.2: O PCB NO CONTEXTO DA CRISE INTERNACIONAL DO SOCIALISMO	106
3.3: AS MUDANÇAS DO IX CONGRESSO	112
3.4: A "EXTINÇÃO" DO PCB?	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, páginas e mais páginas de teses, artigos, livros e outros têm sido escritas sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O que será que desperta tanto interesse nos pesquisadores, uma vez que o partido praticamente perdeu sua representatividade na década de 90? Segundo Gramsci (1978), ao escrever e analisar a história de um partido, estamos também analisando a história de um próprio país a partir de um ponto de vista monográfico. O fim de um mundo bipolar e a transição democrática brasileira, com a vitória de um projeto conservador, são transformações que, evidentemente, causam interrogações, o que por si só já justifica a realização deste trabalho.

Um excelente caminho para abordar esse período histórico desejado é estudar a trajetória de um partido político ligado diretamente àquelas transformações, o que nos obriga a lidar, pelo menos indiretamente, com todas elas: o Partido Comunista Brasileiro. O PCB, fundado em 1922, deixou marcas tão profundas no pensamento político nacional, que insistem em permanecer vivas na história.

Estudar, debater, analisar o PCB, tais intentos não significam compreender apenas a vida de um mero partido, mas sim construir uma base para um melhor entendimento da política por um viés global, pois é impossível chegar a resultados satisfatórios sem estudar suas relações com a política internacional. Talvez por isso o tema ainda esteja com tanta vitalidade, mesmo com o passar dos anos, e ainda estejamos longe de esgotá-lo.

A proposta deste trabalho é analisar qual foi a influência da queda do sistema socialista, adotado na URSS e em diversos países da Europa Oriental, no Partido Comunista Brasileiro. Em janeiro de 1992, após quase setenta anos de história, o PCB vivenciou seu período de maior turbulência na história, quando parte do partido se transformou no Partido Popular Socialista (PPS) após a realização de seu X Congresso. Pouco tempo

antes, em dezembro do ano anterior, a União Soviética fora oficialmente desintegrada. Até que ponto o declínio e o fim das experiências chamadas do “socialismo real” contribuíram para a derrocada do PCB? Qual era a análise das relações internacionais que fazia o Partido nesse período?

Para compreendermos todo esse processo, traçaremos um paralelo entre ambos os períodos de crise, tanto do sistema soviético quanto do PCB, e, por meio de documentos, jornais do partido e entrevistas, analisaremos algumas das interpretações pecebistas desse período. Dessa forma, poderemos avaliar o quanto estava preparado o partido brasileiro para os acontecimentos na Europa Oriental e na URSS.

No fim dos anos 50 e durante as décadas de 60 e 70, o PCB, assim como a URSS e os países do leste europeu, já viviam momentos de crise. Em 1956, por exemplo, o relatório Krushev, divulgado no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), denunciava os crimes da era stalinista, influenciando e transformando todo o movimento comunista mundial. No início da década seguinte, já em 1962, o PCB sofreu algumas cisões, como a fundação do PC do B por João Amazonas, dentre outras.

Em 1964, a necessidade de a burguesia interna e mundial sufocar o aprofundamento dos processos de revoluções nacionais e, ao mesmo tempo, avançar e acelerar o desenvolvimento capitalista, fez com que eclodisse o golpe militar no Brasil, que uniu a burguesia nacional e conquistou simpatia de uma grande fatia de brasileiros. O PCB defendia uma revolução de independência nacional e democrática e o golpe veio justamente para impedir concretizações dessa magnitude.

Nesse período, o PCB sofreu inúmeras cisões. O Comitê Central do partido adotou uma política “pacífica”, ou seja, defendia o fim da ditadura por meio do diálogo e de uma frente única capaz de aglutinar diversas forças contrárias ao regime. Porém diversos setores do partido (influenciados pela vitória da Revolução Cubana) entendiam que a melhor forma de derrotar a ditadura seria por meio da luta armada, o que fez com que surgissem vários pequenos grupos, como PCBR (Partido Comunista Revolucionário), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) etc. O PCB sofreu várias derrotas políticas durante essa época, como o exílio de

sua organização, as mortes de vários dirigentes em 1975 e a saída (já na década de 80) de Luis Carlos Prestes, até então o principal nome do partido, que permaneceu por cerca de quarenta anos. Em sua *Carta aos Comunistas*, escrita em março de 1980, após sua volta do exílio, Prestes criticou as posições "reformistas" da direção, evidenciando assim uma série de desavenças dentro dos quadros dirigentes partidários. Veja-se o que escreveu:

A crise que atravessa o PCB expressa-se também na falência da direção. [...] Assim, vem sendo levantada a bandeira da unidade do PCB para na realidade encobrir uma atividade divisionista e de simples acobertamento de graves fatos ocorridos na direção. Na verdade, uma real unidade em torno de objetivos politicamente claros e definidos inexistiu há muito tempo. (PRESTES, 1980, p. 12-13)

O primeiro capítulo desta dissertação, portanto, será sobre essas origens da crise pecebista, que datam do XX Congresso do PCUS, e a análise do PCB sobre o fato, até o exílio da direção após o Golpe de 1964. No segundo capítulo, verificaremos o PCB no processo de democratização brasileira, que inclui a ruptura de Prestes, a legalidade pecebista e a análise do partido frente à iniciada abertura soviética.

A principal luta política do PCB durante esse período era em relação à questão democrática, na qual estava embutida a luta pela sua legalidade e a formação de uma frente única contra a ditadura. A direção do partido defendia a frente com elementos contrários ao regime dentro da própria burguesia. Luiz Carlos Prestes rejeitava essa postura, defendendo que:

Para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de 'esquerda' – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas 'de baixo para cima'; que elas se aglutinem [...], e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. (PRESTES, 1980, p. 30)

Dentro desse contexto, a ilegalidade do partido era colocada pelos seus dirigentes como o principal obstáculo ao seu crescimento e à sua infiltração nas massas, como demonstra Dulce Pandolfi:

Sob o ponto de vista da militância, a perspectiva de reconquistar a legalidade perdida em 1947 era animadora. A falta de uma existência legal era apresentada como uma das causas da pequena influência que o partido passara a ter junto à classe operária. [...] Em 1985, os pecebistas conquistavam a tão almejada legalidade. O fundamental era transformar a realidade jurídica em uma afirmação sócio-política, já que, segundo os pecebistas, a ilegalidade havia sido um empecilho para o crescimento do partido. (PANDOLFI, 1995, p. 226).

Em 1985, já no governo Sarney, conhecido como período de transição democrática, o partido viria a conquistar sua legalidade. Porém o discurso otimista da maioria dos militantes do PCB frente à legalidade, quando muitos, fazendo analogias ao ano de 1945¹, acreditavam que o partido iria ganhar as massas e se transformar numa força política e eleitoral, tal situação se confrontou com o fato de que, sete anos mais tarde, o PCB teve uma parte transformada em PPS.

Paralelamente à legalização do PCB, o mundo assistia a um fenômeno chamado *Perestroika* na URSS, iniciado em 1985. *Perestroika*, no seu sentido mais amplo, significa "reestruturação" e foi um processo de abertura econômica, cultural e política (*Glasnost*) promovido pelo governo Gorbachev, então secretário geral do Partido Comunista da União Soviética

¹ Nesse ano, já com a consolidação do Estado Novo, houve uma certa abertura política e começaram a surgir diversos novos partidos. O PCB, por sua vez, também foi legalizado, sendo que esse havia sido, até então, seu único momento de vida legal. Participou, junto com as demais forças sociais do país, das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, obtendo resultados muito expressivos, com cerca de 10% da votação popular (Yeddo Fiuza havia sido seu candidato a presidência); além disso, elegeu catorze deputados federais e teve o senador mais votado do país (Luis Carlos Prestes). Porém, no final do ano de 1947, esse partido teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em atitude inédita na história brasileira até então, o mandato de seus deputados e senador eleito se tornaram sem efeito, fazendo com que o partido voltasse a amargar outro grande período de ilegalidade.

(PCUS), o qual tinha por intenção competir tecnologicamente com os principais países do Ocidente. A URSS não havia acompanhado os avanços da chamada terceira revolução industrial ou revolução científico-técnica, e essas reformas almejavam tirar o país da estagnação econômica que vinha sofrendo desde meados da década de setenta.

Porém, aos poucos, Gorbachev foi perdendo completamente o controle da situação no país, transformando profundamente a economia e a política dos soviéticos, pois o lucro, a competição, o capital e a propriedade privada foram tornando-se elementos cada vez mais importantes na vida do país. O discurso oficial do governo, porém, era sempre otimista e decretava que a *Perestroika* era uma espécie de *revolução na revolução*.

No último capítulo desta dissertação, portanto, analisaremos a crise orgânica do PCB e suas interpretações frente ao colapso do “socialismo real”.

Em 1989, com a já evidente crise da *Perestroika* e, conseqüentemente, de todo o sistema socialista na URSS, a maioria dos países do “socialismo real” espalhada pelo mundo foi entrando em colapso eminente. Na China, por exemplo, houve diversas manifestações estudantis e operárias exigindo direitos democráticos, como os levantes na praça *Tiananmen*.

As profundas reformas por que vinham passando a URSS tiveram resultados diferentes e inesperados pela Europa Oriental. O regime polonês, por exemplo, na primavera desse ano, fez acordos com a oposição, formando um governo de antigos adversários: o Sindicato Solidariedade e o Partido Comunista local (POUP - Partido Operário Unificado Polonês), que foi desintegrado posteriormente.

A Hungria acabou abrindo suas fronteiras com a Áustria, causando uma maciça emigração de alemães orientais para o Ocidente. A abertura do muro de Berlim, ocorrida em nove de novembro, que serviria para conter a crise e as constantes manifestações das massas, acabou fazendo com que o governo do partido comunista entrasse em colapso e rapidamente a

Alemanha Oriental fosse anexada à Ocidental. Na Tchecoslováquia e na Romênia, os governos comunistas também ruíram nesse período.

Um mês antes da queda do muro de Berlin, o jornal do PCB *Voz da Unidade* publicou uma entrevista com o embaixador da República Democrática Alemã (RDA) no Brasil, Werner Hanold. Nessa entrevista, ele apontou os avanços de seu país e acrescentou acreditar que o período de crise, com as emigrações em massa de alemães orientais para o Ocidente, era apenas uma tentativa de desestabilização por parte do capital aos países socialistas. Nesse mesmo jornal, podemos notar que, dias antes do colapso do sistema comunista na RDA e na Tchecoslováquia, por exemplo, a direção do partido acreditava e buscava legitimar-se na *Perestroika*.

Salomão Malina, então presidente do PCB, em um artigo para a *Voz da Unidade*, faz uma análise sobre o período de reestruturação da URSS. Ele compara as reformas atuais da *Perestroika* com a NEP (Nova Política Econômica), realizada por Lênin em 1921, que tinha por objetivo reestruturar a economia do país para assim desenvolver suas forças produtivas. Após traçar um panorama histórico da URSS, ele aponta as principais causas da *Perestroika*, como o atraso tecnológico e a estagnação econômica, e repete o discurso da necessidade da *Perestroika* e da *Glasnost* para uma maior democratização do país e para esgotar definitivamente o modelo stalinista de governo, como se fosse uma *revolução na revolução*. Malina, no fim de 1989, escreve:

As mudanças que ocorrem na URSS - uma revolução na revolução -, popularizadas em todo o mundo sob o nome de perestroika, ao indicar a necessidade premente de reestruturação da economia socialista, desvendam a questão decisiva que é a superação do modelo stalinista, ponto de partida dos desvios na esfera política e social. (*Voz da Unidade*, 5 a 11-10-89)

As posições frente ao governo soviético e ao socialismo começaram a mudar apenas em 1990, já passadas as eleições presidenciais no Brasil em 1989 e com o evidente enfraquecimento de Gorbachev e da URSS, e

ficou claro que o PCB tinha, no IX Congresso (fim de maio e início de junho de 1991 na UERJ²), posições completamente distintas entre si.

Embora houvesse a proposta de dissolução do PCB e criação de um novo partido neste Congresso, as resistências internas impediram que ela se concretizasse. Roberto Freire e Salomão Malina foram eleitos para presidente e vice-presidente do partido, respectivamente, entretanto diferentes tendências tiveram representação no Comitê Central. Mesmo assim, o futuro do PCB estava comprometido. Em entrevistas após o IX Congresso, Roberto Freire deixava clara sua vontade de aprofundar as reformas no partido e suas críticas ao "esgotado" modelo marxista-leninista. Sobre a crise do partido, ele afirma que:

Há muito tempo, começamos a detectar uma crise latente no PCB, que se manifesta em baixos índices eleitorais, frágil inserção nos movimentos e organizações de massas e débil ligação com a intelectualidade. [...] Nossa visão fica ainda mais solidificada agora, com o que aconteceu no Leste Europeu. Pois o que houve lá foi ausência de processos pluralistas, de discussão crítica, de democracia enfim. (FREIRE, 1991, p.13)

Freire assumia agora a extrema debilidade do PCB e admitia que a crise do "socialismo real" havia sido fundamental para esse novo tipo de interpretação:

Em nossa campanha presidencial, em 1989, admitimos e apoiamos o processo de renovação, a necessidade de mudanças. Aqueles regimes ruíram com velocidade surpreendente e não havia nenhuma política alternativa. [...] Tudo isso foi resultado da falta de democracia, com as conseqüentes deterioração da economia e perda de seu dinamismo, e estagnação social. (Ibid, p.13)

Nas entrevistas, Freire anuncia o sepultamento da tese de Marx sobre a ditadura do proletariado, evidenciando uma "crise no marxismo", afirmando ser algo que já não condizia com os novos tempos. Ele critica

2 Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

também vários conceitos existentes e que estavam em transformações na URSS, como o partido único e a estatização como via para o socialismo.

Freire defende também a mudança de nome do partido, criticando o "emocionalismo" dos militantes no último Congresso para discutir a questão, e alerta: "[...] continuo defendendo as mudanças e acho que podem ser feitas mais para frente". (Ibid, p.20)

Realmente, nesse aspecto, o presidente do partido estava correto. No ano seguinte, nos dias 25 e 26 de janeiro de 1992, o partido realizou seu X Congresso, e o PCB, fundado em 25 de março de 1922, foi declarado "extinto"³. Os dirigentes resolveram abandonar definitivamente o modelo marxista-leninista de partido e declararam que as transformações ocorridas nos países e partidos socialistas ao redor do mundo foram essenciais para alterar profundamente toda a estrutura partidária do PCB.

A tentativa de *putsch*, ocorrida em Moscou no mês de agosto de 1991, que resultou no afastamento de Gorbachev do poder e no fechamento do PCUS, o citado esfacelamento dos diversos países comunistas do Leste Europeu e também as derrotas de PCB nas eleições presidenciais de 1989 e para governadores e deputados de 1990, foram fundamentais para a idéia de transformação do PCB, uma vez que demonstravam, dentre outros aspectos, a fragilidade do partido em interpretar os acontecimentos internacionais e colocavam em dúvida sua legitimidade. O golpe, dado por Yeltsin posteriormente, em dezembro, e que resultaria no oficial fim da URSS, foi o golpe de misericórdia.

A maioria dos partidos políticos que estavam visceralmente ligados ao PCUS, assim como o PCB, foram diretamente atingidos por essa crise e suas consequências.

O PCB, nos últimos anos, vivia numa constante ambiguidade e tensão, pois tentava ao mesmo tempo modificar seus conceitos tradicionais, mas mantinha-se atrelado a aspectos de sua "cultura comunista". A

³ Decisão essa que levou a "esquerda" do PCB a romper com o grupo majoritário e a convocar uma "Conferência Nacional de Reorganização do PCB", realizada no Colégio Roosevelt, em São Paulo. Em 1995 o grupo conseguiu o registro definitivo da sigla no TSE. (MAZZEO, 1995, p. 95)

transformação de parte do PCB em PPS (Partido Popular Socialista) foi a fórmula encontrada por seus dirigentes para resolver esse dilema.

Frente às questões discutidas acima, este trabalho almeja compreender o contexto da crise orgânica do PCB, tendo em vista a falência e a ilusão das interpretações das relações internacionais do partido, sobre a decadência do movimento comunista e experiências socialista em um contexto geral.

CAPÍTULO 1

ORIGENS DA CRISE DO PCB

Tanto a Declaração de Março de 1958, como a Resolução do V Congresso em 1960, representam, sem dúvida nenhuma, uma renovação dos métodos de ação e concepções teóricas, uma inflexão na linha política e alterações orgânicas no PCB. (SEGATTO, 1995, p. 95).

O período entre 1956 e 1958 foi de suma importância para o PCB e para o movimento comunista internacional em geral. O XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), comandado por Nikita Krushev, estabeleceu uma série de críticas ao seu modelo antecessor, o stalinismo, gerando assim uma necessidade urgente de reavaliação e renovação de todos aqueles que estavam ligados, direta ou indiretamente, ao comunismo soviético, uma vez que colocou em discussão questões fundamentais para o rejuvenescimento da teoria e estratégia mundial socialista.

O processo de revisão e renovação pelo qual passaram os comunistas brasileiros durante esse período (de 1956 a 1958) foi, em certa medida, o embrião de uma crise que viria a se tornar orgânica nas décadas de 70 e 80.

A crise do stalinismo e o processo obrigatório de renovação pelo qual o movimento comunista mundial teria de passar evidenciaram uma grande problemática: o futuro saudável do socialismo e o encaminhamento tranquilo dos problemas em curso com a “desestalinização” dependiam, essencialmente, de uma readequação da estratégia socialista internacional.

O PCB, portanto, após o XX Congresso de 1956, em seu processo de revisão, tentava construir uma política que se aproximasse da realidade brasileira, levando em consideração suas particularidades e singularidades, e exaltava a importância da luta, agora democrática, para a realização de uma sociedade socialista.

Porém, segundo Moura, apoiado em Segatto, o processo de revisão em curso não ocorreu de uma maneira tranqüila. As indas e vindas do PCB durante esse período acabaram gerando uma espécie de “renovação pragmática”, ou seja, resultou em uma via nacional que em essência seguia o modelo de Revolução adotado pela Internacional Comunista. (MOURA, 2005, p.22).

A ascensão do governo João Goulart, ocorrida em 1961, serviria para o PCB como um teste para a “via brasileira” ao socialismo. Porém, com o golpe militar de 1964, essa via acabou sendo derrotada, obrigando o PCB a novamente se reestruturar-se e a discutir suas políticas e estratégias para o futuro.

A partir dessas considerações introdutórias, nos é pertinente discutir neste capítulo o embrião da crise no PCB, que se iniciou com o XX Congresso do PCUS, culminando posteriormente com a ditadura militar implantada no Brasil, tendo em vista o contexto internacional do movimento comunista.

1.1: O XX CONGRESSO DO PCUS

Nos anos 80, o movimento comunista passava por uma séria crise político - ideológica que teve suas claras ramificações no Brasil. Porém, em períodos anteriores, o PCB já vinha enfrentando algumas turbulências no cenário nacional.

Em 24 de agosto de 1954, ocorreu, no Brasil, o suicídio de seu presidente da República, Getúlio Vargas, fato este que causou grande repercussão e reação popular. Em 1950, Vargas recebera cerca de 49% dos votos nas eleições, contando com expressiva votação do proletariado paulista. Sua principal bandeira era a industrialização e a criação de condições para maior penetração de capital estrangeiro no Brasil.

Vargas adotara a política de “paz social” entre capital e trabalho, liberalizando assim gradativamente os sindicatos e governando apoiado na Constituição de 1946. Os líderes comunistas estavam na clandestinidade e consideravam os sindicatos como *“órgãos do Estado e do governo burguês e latifundiário, logo, como órgãos a serviço da burguesia e do latifúndio.”* (VINHAS, 1982, p. 129).

Com o suicídio de Vargas, os comunistas, que até então tinham um discurso de oposição frente ao presidente, foram, de certa forma, surpreendidos pela situação e obrigados a se juntarem às manifestações populares, revendo assim algumas posições políticas.

Surpreendidos pela situação, os comunistas – que chegaram mesmo a estampar em manchete de seu jornal Imprensa Popular a palavra de ordem “Abaixo o governo de traição nacional de Vargas” – foram obrigados a se juntarem nas manifestações populares. Além disso, o PCB – que caracterizava o governo Vargas como entreguista, a serviço do imperialismo norte-americano e que, portanto, precisava ser derrubado – é obrigado a, rapidamente, rever suas análises e postulações políticas, ainda que de forma um tanto tímida. (SEGATTO, 1995, p 34).

Alguns dias depois, o Comitê Central do partido chegou à conclusão de que o governo de Café Filho, formado após a morte de Vargas, era fortemente ligado à política imperialista norte-americana. A maneira de derrubar tal governo era agilizar a formação de uma ampla aliança com os diversos setores da sociedade, principalmente os trabalhistas. Essa posição era bem diferente daquela defendida no manifesto de agosto de 1950, quando o PCB tinha por base o apelo insurrecional, defendendo inclusive a formação de um exército popular para libertar o Brasil e livrá-lo da política imperialista norte-americana. Porém, no primeiro congresso do partido após o suicídio (IV Congresso), realizado em novembro de 1954, não houve uma revisão crítica da linha política do partido em relação ao governo Vargas, evidenciando assim um hiato entre a realidade do país e as políticas adotadas pelo Comitê Central.

Segundo Vinhas, no início da década de 50, militantes pecebistas frequentavam escolas do partido, onde faziam o curso sobre Stálin, com duração de trinta dias. O curso era um esforço pedagógico a partir das idéias de Stálin sobre o marxismo-leninismo, ou seja, uma espécie de teoria “marxista-leninista-stalinista” da revolução, sendo que não havia necessidade de analisar a realidade específica do Brasil, bastava aplicá-la à realidade nacional.⁵

No ano seguinte, em 1955, haveria eleições presidenciais no Brasil. A princípio, o PCB defendia a participação de algum candidato popular e independente, porém, temendo o isolamento político, passou a apoiar as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Já em 1956, analisando a vitória de Kubitschek nas eleições, o Comitê Central do partido reafirmou a necessidade de agregar forças em torno da defesa da legalidade democrática.

Enquanto isso, nos países do leste europeu durante os anos 50, a política internacional do stalinismo inaugurava uma fase de turbulência. Durante décadas, a economia dos países socialistas voltou seus investimentos na indústria dita “pesada” ou de base, que foram os anos de

⁵ VINHAS, 1982, p. 138.

investimentos na construção da infra-estrutura e na contratação dos excedentes da força de trabalho.

A economia da URSS era guiada não por sinais de mercado mas por planos centrais estabelecidos pelo governo (...) as unidades produtivas tinham como objetivo simplesmente seguir as instruções dos planos. (...) O objetivo principal de Stalin era criar uma base industrial forte, capaz de competir com a dos países capitalistas avançados, inclusive militarmente. Para isto, era preciso aumentar rapidamente a produção, principalmente de bens de produção, metal, fontes de energia etc. (SEGRILLO, 2000, p. 63-64).

Passada essa fase de consolidação, começou a emergir uma contradição entre o potencial produtivo criado por esses países e seus baixos níveis de consumo social. Por exemplo, os interesses específicos de cada classe, como os camponeses, a classe operária e os vigilantes do trabalho, que tinham baixos salários e pouco poder de decisão, se reduziam, em cada caso, a certo aumento em seus consumos, desejo esse que ia em direção contrária aos interesses produtivos da burocracia.

Dado o momento em que os interesses de classe passaram a ter uma importância decisiva na prática econômica, social e na consciência dos indivíduos, os interesses da sociedade começaram a entrar em conflito com os interesses da burocracia..

A sociedade inteira passou a se dividir entre controladores e controlados. [...] O aparato de controle centralizado confrontou-se com a massa de trabalhadores que havia sido despojada de seus direitos. Mas o sistema não se apoiava somente no terror e na repressão. (KAGARLITSKY, 1993, p. 31)

Na própria União Soviética, a morte de Stálin em 1953 abriu espaço para o surgimento, na cúpula do Partido Comunista soviético, de críticas que haviam sido sufocadas durante décadas.

No momento da sucessão de Stálin, o PCUS parecia dividido entre “stalinistas duros”, liderados por Kaganovith e Molotov, que se opunham a grandes mudanças na linha política adotada até então, e os “aberturistas”,

defensores de algumas reformas controladas a fim de evitar manifestações anti-regime na União Soviética e demais países do Leste Europeu⁶. Os principais nomes dessa tendência eram Malenkov e Avrenti Béria, chefe da polícia secreta durante o governo Stálin. Havia também aqueles que oscilavam entre os dois pólos, denominados “centristas”, como Nikita Krushev.

Nos primeiros meses pós - Stálin, as diferentes posições pareciam ter chegado a um acordo em torno de algumas tímidas reformas na URSS, como a anistia de centenas de presos políticos e a criação de uma direção coletiva, porém o compromisso não tardou a falhar, explodindo assim uma luta aberta pelo poder ainda em 1953.

Avrenti Béria foi acusado por Nikita Krushev de tramar um golpe de Estado e, após processo secreto, foi fuzilado.

Nikita Krushev traçou as linhas da conspiração. Tratava-se de uma ação com risco de vida, mas que resultou de forma brilhante. Em 26 de junho de 1953, Béria foi apanhado de surpresa no Kremlin por uma sessão conjunta do Conselho de Ministros e do Presidium do Partido e detido pessoalmente pelo marechal Jukov, o conquistador de Berlim – e, portanto, de qualquer forma, o representante pessoal de Nikita Krushev. Seis meses depois, em 23 de dezembro de 1953, Béria foi fuzilado após um processo secreto. Tratou-se da última eliminação ao estilo Stálin: o homem que tinha enviado dez mil pessoas a morte acabou de maneira igual à das suas vítimas. (LIEDTKE, 1992, p. 132-133).

Com isso, Nikita Krushev, agora reformista, obteve o controle, ainda que frágil, do PCUS. Seu novo governo passou a insistir na tese da coexistência pacífica com o mundo capitalista com o intuito de acabar com a Guerra Fria, uma vez que os gastos militares drenavam importantes recursos econômicos da URSS e do Leste Europeu. A nova tese adotada pelo PCUS se disseminou pelo Leste Europeu, principalmente com Imre Nagy na Hungria, Gustáv Husák na Tcheco-Eslováquia e Wladimir Gomulka na Polônia; e também por diversos outros Partidos Comunistas pelo mundo,

⁶ BRENER, 1990, p. 19

como o PCB que, como veremos posteriormente, passou a adotar tal linha a partir de 1958 com a publicação da “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, publicada em março daquele ano.

Embora se falasse muito sobre a coexistência pacífica, a Guerra Fria ainda não terminara, exigindo que Krushev alternasse suas táticas, como a criação do Pacto de Varsóvia, um bloco militar socialista, em 1955, reagindo à entrada da Alemanha Ocidental na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), aliança militar liderada pelos Estados Unidos, e a tentativa de instalações de mísseis nucleares soviéticos em Cuba no início da década seguinte.

O golpe mais firme de Nikita Krushev nos stalinistas veio a partir da realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956, quando o movimento comunista de todo mundo passou a enfrentar uma grave crise generalizada. Krushev, então secretário geral do partido soviético, ao final do encontro, apresentou somente para alguns delegados soviéticos e representantes de partidos dos países comunistas um longo relatório sobre a era Stálin.

Neste documento, Krushev acusava o ex – secretário geral do PCUS pelo uso indiscriminado da violência, processos fraudulentos contra adversários políticos, execuções e violações das normas da legalidade revolucionária. O relatório, que ficou conhecido como “relatório secreto”, ainda discutia o “culto a personalidade”, construída por Stálin durante seu governo. Krushev, mesmo com as críticas, também exaltava qualidades do ex-dirigente e justificava alguns de seus atos, tanto que, durante o governo Krushev, cerca de 50.000 prisioneiros políticos foram enviados para campos de trabalhos. Ele dizia que a crítica a Stálin deveria ser feita:

[...] com calma e sem precipitação [...] Não podemos deixar que esta questão saia dos limites do Partido, especialmente que vá parar na imprensa [...] Conhecemos os limites; não devemos dar munição ao inimigo; não devemos limpar a nossa roupa suja na rua⁷.

7 O DISCURSO SECRETO DE KRUSCHEV NO XX CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA, Rio de Janeiro: Ipanema [s.d.], p. 48.

O relatório secreto, mesmo com suas limitações e o fato de que sua publicação oficial só viria a ocorrer em 1989, contribuiu imensamente para a formação de uma oposição intelectual tanto dentro da própria União Soviética quanto em seus países aliados, contribuindo, por exemplo, para crises na Polônia e Hungria, além de servir como munição para os críticos do sistema socialista em todo o Ocidente. Ele foi também a base inicial para que a luta dos comunistas nas sociedades capitalistas passassem a se orientar pela ampliação dos espaços democráticos no interior das instituições burguesas.

Além disso, dois países que não aceitavam a linha reformista de Krushev se afastaram da URSS: China e Albânia. O rompimento com os soviéticos se consolidou no início dos anos 60, quando o secretário geral do PCUS assinou com os EUA um tratado de não proliferação de armas nucleares, garantindo que a China não teria acesso à bomba atômica. O movimento comunista, antes dirigido sem grandes problemas por Moscou, dividiu-se com a criação de Partidos Comunistas de orientação maoísta, como o PC do B (Partido Comunista do Brasil), no Brasil, que retomou o nome original do PCB e se manteve seguindo, como veremos, a linha pró-URSS. Cada partido, portanto, realizou uma interpretação diferenciada do movimento internacional comunista, resultando em uma dissociação inevitável:

No centro da problemática do socialismo, a questão chinesa adquiriu importância particular. Dominados por uma concepção chovinista e hegemônica, os camaradas do Partido Comunista Chinês romperam a sua aliança com a URSS e demais Estados socialistas e a unidade das forças revolucionárias, da paz e anti-imperialistas. Internacionalmente, aproximaram-se dos Estados Unidos [...] No plano interno, violaram a democracia socialista e desorganizaram o partido, lançando-se ao subjetivismo e ao voluntarismo, em contraposição às leis econômicas do desenvolvimento socialista.⁸

⁸ UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA PARA A CRISE BRASILEIRA. 1984, p. 46-47.

O PCB, durante vários meses após a declaração de Krushev de 1956, teve sua direção mantendo o silêncio, apenas acompanhando o XX Congresso do PCUS por meio de informes oficiais da URSS.

Segundo Vinhas:

A primeira reação da direção nacional do PCB foi a de avestruz: adiar enquanto puder a discussão em torno dos fatos, tanto mais que muitos continuavam a acreditar, contra todas as evidências, ser o 'relatório secreto' de Krushev 'intriga da reação'. Paralisada, paralisava o partido. Há quem fale em um verdadeiro estado de catalepsia, que durou meses [...] Foi preciso esperar a explosão libertadora do XX Congresso do PCUS para que a armadura stalinista rachasse por todos os lados. (VINHAS, 1982, p. 178-179).

Mesmo assim, a crise do stalinismo, desencadeada em todo o movimento comunista internacional a partir de 1956, com as denúncias de Krushev, reabriu para o PCB a discussão em torno de vários problemas cristalizados no pensamento comunista: os caminhos para a revolução, a estagnação do movimento comunista internacional, o papel do partido etc. Este debate trouxe também à luz a necessidade de uma nova política e a renovação dos quadros de direção.

Durante esse período, os comunistas brasileiros tentavam então discutir os problemas e as transformações em processo no mundo comunista e no mundo capitalista, visando assim encontrar respostas e caminhos para a superação da inércia de sua teoria, buscando a construção de uma "via nacional" para a revolução. A ausência de respostas dos comunistas face à morte de Getúlio Vargas em 1954 e a denúncia do stalinismo em 1956 evidenciavam a inviabilidade prática da linha política pecebista lançada no Manifesto de Agosto.

Nesses anos posteriores à crise desencadeada pelo XX Congresso do PCUS, portanto, o PCB avançou embrionariamente em seu processo de redefinição de sua forma de intervenção que deliniaria toda sua política nos anos seguintes. Esse processo de revisão, porém, não foi realizado de uma maneira tranquila e linear, e sim com recuos e conciliações, o que contribuiu

para formação de algumas lacunas e ambiguidades constantes na nova política partidária contida na Declaração de Março de 1958.

Luis Carlos Prestes, em final abril de 1956, ou seja, mais de dois meses após a apresentação do “relatório secreto”, apresentou um artigo comentando o XX Congresso baseado nos posicionamentos soviéticos, buscando adaptar-se a linha política de Krushev, que pregava a transição pacífica ao socialismo e a superação da inevitabilidade das guerras, dada a fraqueza do imperialismo.

Ainda em agosto, a direção do partido brasileiro realizou a primeira reunião para debater o assunto. Esse encontro foi marcado pela tensão, quando foram dirigidas diversas críticas aos dirigentes do PCB, principalmente contra as figuras de Arruda Câmara e Luis Carlos Prestes, que não estava presente.

A direção do PCB, que não estava acostumada a lidar com tamanhas críticas, foi de certa forma surpreendida com as reações de seus militantes. Enquanto alguns de seus membros reclamavam contra a indisciplina, outros se rejubilavam contra a abertura do debate. Prestes defendeu, após a reunião, a união em torno dos princípios de unidade do partido e fidelidade a URSS e ao marxismo-leninismo. Ele considerava ser:

[...] Inadmissível permitir que no seio do partido sejam deferidos ataques contra a teoria do proletariado e veiculados na imprensa do povo os contrabandos do inimigo de classe. (...) a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas. (PRESTES, 1956, p. 3).

Passado o momento de perplexidade frente ao fato, a imprensa comunista abriu o debate por meio de seus jornais e revistas (*Voz Operária, Imprensa Popular, Notícias de Hoje, Folha do Povo*). Surgiram várias cartas e artigos, principalmente de intelectuais, criticando a postura da direção do Partido que, frente ao fato, começaria a impor restrições ao debate e procuraria dirigi-lo. As críticas e as teses do discurso renovador tocavam em questões fundamentais, nas quais se assentava o marxismo-leninismo e por meio das quais o PCB se instruía havia décadas; por isso

passaram a serem vistas como perigosas à unidade partidária pelo Comitê Central.

A ofensiva da direção não se restringiu à ação nos jornais, houve também afastamentos de militantes nas seções de agitação e propaganda sindical e outras. Direções regionais seriam mudadas com afastamentos de dirigentes que não se enquadravam. A “carta-rolha”, como ficou pejorativamente conhecida a carta de Prestes escrita em novembro de 1956, delimitava o debate, atentando ao perigo das teses renovadoras, e colocava os críticos mais ousados contra a “legalidade partidária”. Os conservadores, conseqüentemente, passaram a controlar jornais e a mediar o debate.

Devido a essa série de conflitos e debates internos, o PCB, em fins de 1956 e início de 1957, estava dividido, segundo Segatto⁹, em três correntes básicas. Uma delas era a “renovadora”, formada basicamente por intelectuais que trabalhavam na imprensa comunista e que foram responsáveis pela abertura dos debates públicos. Eles criticavam o dogmatismo, o “mandonismo”, a política do PCB e o “internacionalismo proletário” do PCUS e tinham como principal nome o de Agildo Barata. Após a intervenção do Comitê Central na imprensa e o conseqüente encerramento dos debates, os renovadores foram isolados e, em sua maioria, abandonaram o PCB, tomando caminhos políticos por fora do Partido.

Outra corrente era a “conservadora”, que formava o núcleo dirigente do partido (Luis Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella) e que tinha por meta preservar o programa de 1954. Os dirigentes eram também os principais alvos das críticas fundamentadas pelos renovadores.

Já o “centro pragmático” formou-se no decorrer dos debates e da crise e tinha como principais nomes Giocondo Dias, Mário Alves e Jacob Gorender. Com uma política conciliatória, ora apoiando os conservadores contra os renovadores, ora criticando os conservadores, essa corrente

⁹ SEGATTO, 1995, p. 63-65

tornou-se majoritária com a posterior adesão de Prestes, levando consigo parte dos conservadores e de alguns renovadores.

O decorrer da luta interna, que será travada na perspectiva da renovação partidária – tendo como pano de fundo as denúncias de Nikita Krushev sobre os crimes de Stalin -, mas terá de fato como elemento central a nova política, acabará por reagrupar correntes internas nas quais militantes que antes estavam vinculados às tendências aglutinam-se no apoio ao núcleo que hegemonizará o partido e constituirá o grupo dirigente tardio que conseguirá atrair Prestes, com uma política conciliatória, o que, aliás, é uma prática constante e tradicional da lógica dos PCs em momentos de luta interna. (MAZZEO, 1999, p. 84).

Com o passar do tempo, o centro pragmático tornou-se vitorioso na luta interna e a maioria de seus membros passaram a ocupar e deter o controle dos principais órgãos diretivos do PCB. O novo núcleo dirigente foi compelido à auto-crítica em relação à política anterior adotada pelo partido.

1.2: O PCB a partir de março de 1958

Conforme vimos, nos dois anos posteriores à crise aberta pelo XX Congresso do PCUS com o “relatório secreto” de Krushev esposto em 1956, o PCB avançou embrionariamente em seu processo de redefinição e renovação de sua forma de intervenção estratégica e política. Somente em 1958, após a neutralização do antigo grupo dirigente (João Amazonas, Diógenes Arruda e Maurício Grabois) e a rearticulação de algumas forças internas, é que se consolida uma nova direção partidária, tendo como principais nomes Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias.

A “Declaração Política de Março de 1958”, elaborada principalmente por Mário Alves, Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba, operou mudanças significativas na política do PCB. Ela delineava toda a reformulação política do partido e apontava para o aprofundamento de um debate, cujo eixo norteador era a legalidade democrática.

A declaração de março pode ser considerada o primeiro ajuste de contas do PCB com a era stalinista, pois ela representava a vitória daqueles comunistas que, diante de tais acontecimentos e da inviabilidade do Manifesto, se lançaram a uma séria auto-crítica. Comparada ao “Manifesto de Agosto de 1950”, que outrora norteava a política pecebista, a nova concepção do PCB representava um salto qualitativo na maneira de conceber e fazer necessariamente política dos comunistas brasileiros.

O processo de desestalinização em curso em todo movimento comunista internacional, assim como seu próprio processo de revisão e a política de “coexistência pacífica” adotada pela URSS de Krushev, tudo isso favorecia o abandono das teses do Manifesto de Agosto de 1950 pelo PCB.

A revisão em curso em todo MCI e a necessidade de renovação imposta por ela, obrigava o PCB a se debruçar sobre a realidade nacional no intuito não apenas de compreender o processo histórico brasileiro, mas, sobretudo de elaborar uma política nacional fiel à essa realidade. Embasado por essas necessidades, o PCB abandonou as

teses do Manifesto de Agosto de uma “colonização crescente” do país pelo imperialismo norte-americano, da caracterização da Constituição de 1946 como fascista e racionária, de uma concepção explosiva de revolução e de uma política de confronto com o Estado, e avançou para uma análise mais realista da sociedade brasileira e do processo em curso. Tanto o processo de desestalinização de todo MCI e a política de “coexistência pacífica” com os Estados Unidos, desenvolvida pela URSS no plano externo, quanto o crescente processo de democratização brasileira no plano interno, favoreciam o abandono dessas teses. (MOURA, 2005, p. 29)

Segundo a declaração, o capitalismo no Brasil vinha se desenvolvendo de forma irreversível, sendo necessário orientar esse desenvolvimento em um sentido nacional e progressista. O país estava modificado após as alterações na situação internacional do pós-guerra.

A característica nova e principal do mundo seria a transição do capitalismo ao socialismo, uma vez que o sistema socialista teria ultrapassado o marco de um só país, transformando-se em um sistema mundial vigoroso, com enormes êxitos econômicos e culturais nos países socialistas, tendo a URSS como “vanguarda em importantes ramos da ciência e da tecnologia, marchando para superar, em breve prazo histórico [...] os Estados Unidos”¹⁰.

Ainda segundo o documento, o mundo estava passando por um adiantado processo de desagregação do “sistema colonial do imperialismo”, onde a luta contra o imperialismo norte-americano, pela democracia e pela paz, elevava seu nível na América Latina. O PCB então, passava a aceitar, seguindo a linha política de Krushev, uma transição pacífica ao socialismo.

A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. [...] As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da

¹⁰ PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p.3.

nova sociedade. A possibilidades de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países.¹¹

As modificações na situação internacional definiriam o caminho para a solução dos problemas da Revolução Brasileira, uma vez que o Brasil teria basicamente duas contradições: a contradição entre nação e o imperialismo norte-americano e a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento com as relações de produção semi-feudais na agricultura. Na atual conjuntura, então, havia a necessidade de um desenvolvimento econômico, onde a evolução do capitalismo corresponderia aos interesses do proletariado. Portanto, uma Revolução no Brasil seria de caráter anti-imperialista e anti-feudal.

Segundo a declaração, um desenvolvimento independente e progressista não pode ser realizado por nenhuma força social isolada; seria necessária a criação de uma frente única nacionalista e democrática, que seria uma aliança entre diversas forças anti-imperialistas: a classe operária, os trabalhadores rurais, a pequena burguesia, a burguesia independente, os setores de latifundiários descontentes etc. O PCB deixou de priorizar sua base material e investiu na política de alianças, visando a um caminho institucional para a revolução brasileira, seguindo a política de Krushev.

A direção acreditava que, com a crescente democratização na vida política, aumentaria a influência do movimento operário que, naturalmente seria a vanguarda da frente única. Dizia a declaração:

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.¹²

¹¹ PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p.11.

¹² PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p. 15.

Seguindo as resoluções políticas contidas na Declaração, verifica-se o distanciamento do PCB em relação às teses rupturais para a revolução brasileira, se desvencilhando, ao menos em parte, da tradição golpista dos comunistas herdada da Internacional Comunista. Com isso, o partido passava a encarar o processo revolucionário brasileiro ao socialismo como uma “construção” da hegemonia política e ideológica da classe trabalhadora. Este período de transição ao socialismo seria o resultado de um processo de acumulação incessante de forças aptas a promover reformas na estrutura econômica e nas instituições políticas.

Concluimos, portanto, que a via pacífica e democrática defendida pela URSS de Krushev e adotada na Declaração de Março de 1958 do PCB, alterou a visão comunista brasileira sobre o processo revolucionário.

O PCB passou a defender então reformas democráticas na Constituição nacional e a conquista de um governo nacionalista e democrático a partir da pressão pacífica das massas populares, da vitória da frente única nos pleitos populares e da resistência das massas, evitando assim um derramamento de sangue em uma hipotética insurreição armada ou guerra civil. Na luta constante pela revolução, o partido devia se valer de todos os meios legais, democráticos e institucionais para fazer avançar suas conquistas.

Nessa leitura, tanto o contexto internacional, com o processo de desestalinização e o desenvolvimento da política de “coexistência pacífica” adotada pela União Soviética e o movimento comunista internacional como um todo, quanto a correlação de forças nacionais, com a crescente democratização da vida política brasileira, favoreciam, na prática, a viabilidade de um caminho pacífico ao socialismo, ou seja, um caminho dentro da legalidade democrática e constitucional, utilizando as formas legais de luta e organização das massas, como o incentivo a organização das lutas cotidianas dos trabalhadores ou a concorrência por cargos eletivos por outras legendas.

Porém, segundo Segatto, esse novo entendimento não trouxe uma “renovação essencial” ao partido, pois a nova política contida na Declaração de Março não rompeu com a visão etapista do processo revolucionário

brasileiro. Como consequência, o PCB não conseguiu elaborar de maneira satisfatória uma política estratégica nacional adequada à especificidade da realidade brasileira. (SEGATTO, 1995, p.242-247)

A Revolução então, conforme vimos, se realizaria basicamente em duas etapas: primeiramente, uma revolução nacional e democrática, de cunho anti-imperialista e antifeudal, realizada pela aliança da classe operária com os camponeses pobres, a pequena burguesia e a burguesia nacional; em segundo lugar, seria a Revolução de caráter socialista, através do caminho pacífico, resguardado o caso de os inimigos reagirem com violência.

Segundo Cunha, na fase subsequente à declaração de março, o PCB emerge da clandestinidade e passa à atividade política aberta, praticamente legal de fato, e na luta pelas pequenas reformas de base, com a possibilidade de aplicar uma orientação a realidade brasileira tática, correta, ajustada e coerente com a linha política do partido. (CUNHA, 2007, p. 98)

Em 1960, dois anos após a aprovação da Declaração, a direção do partido publicou as teses para discussão do V Congresso. Os conservadores aproveitaram a ocasião para deferir uma série de críticas ao documento. Para eles, a Declaração nada mais era do que uma posição oportunista, revisionista de direita, que encarava a revolução brasileira pelo ponto de vista da burguesia, negando assim a luta revolucionária.

Por sua vez, para rebater as críticas, o núcleo dirigente do partido acusava os “conservadores” de defenderem a volta da política anterior do PCB, presente no IV Congresso, tachando-os de esquerdistas, sectários e dogmáticos.

Nos meses de agosto e setembro de 1960, realiza-se, no Rio de Janeiro em um quadro de “semi-legalidade”, o V Congresso do PCB. Após alguns meses de luta interna, basicamente entre o “centro pragmático” e os conservadores, mesmo com algumas concessões, a linha geral da Declaração de Março foi confirmada e aprovada, levando os conservadores a uma nova derrota política.

Dentre as variáveis que influenciaram as teses, uma principal era o plano internacional, devido à crise que o movimento comunista internacional enfrentava com a cisão entre a União Soviética e a China, e também devido à Revolução Cubana, que trouxe reflexos imediatos em toda militância pecebista.

Na resolução política do V Congresso do PCB, o partido afirmava que um terço da população vivia sob o regime socialista e que a superioridade deste em relação ao capitalismo no plano mundial exerceria influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil, uma vez que o poderio da URSS daria forte apoio ao país. O documento remetia à Declaração de Março ao afirmar que:

Em consequência da correlação de forças favorável ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir a guerra e assegurar a coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais.¹³

Os documentos do Congresso também apontavam para a viabilidade de reformas econômicas e políticas nos quadros do regime em vigor, desde que associados à luta de massas e por meio da frente única e objetiva. Para derrotar o “inimigo” comum, o documento, assim como a Declaração de Março de 1958, atentava para a necessidade de fortalecimento da frente única ampla, do ponto de vista de classe, das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A classe operária deveria aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças dispostas a lutar contra as tendências anti-democráticas e a favor de um programa de desenvolvimento econômico que objetivasse a indústria do país com base, principalmente, nos recursos internos.

A resolução reafirmava também que aquela etapa da Revolução brasileira era anti-imperialista e anti-feudal, nacional e democrática, sendo que a exploração imperialista norte-americana constituía o principal obstáculo ao desenvolvimento independente e progressista da nação e,

¹³ PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p. 47.

consequentemente, o principal inimigo da Revolução nacional era o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A visão “etapista” do processo revolucionário brasileiro, portanto, continuou presente nas análises pecebistas.

Sobre esta questão, o documento afirmava que:

Com o desenvolvimento das lutas do povo brasileiro pela libertação nacional e pelas reivindicações populares, criam-se condições para a formação de um governo de coalizão que represente no Poder estatal as forças integrantes da frente nacionalista e democrática. A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz de realizá-las constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.¹⁴

Com a finalidade de tornar o PCB um partido forte numericamente, organizado e firme ideologicamente, o documento apontava a legalidade como um objetivo a ser alcançado. Essa linha política ampla, flexível, ambígua de certa forma, visando acumular forças, teve por resultado um aumento inegável de militantes em suas fileiras, bem como sua inserção na classe operária. (CUNHA, 2007, p. 103).

O PCB então, após anos de debates, em 1960 reafirmava a política de “coexistência pacífica” implementada por Krushev em seu “relatório secreto”, defendendo a conquista do poder dentro dos quadros do regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação de forças políticas.

Após o V Congresso do PCB, alguns membros que se opunham a essa política, liderados por Amazonas, Grabois e Arruda, e que, desde 1956, vinham perdendo espaço dentro do partido, lançaram, em 1961, um documento com críticas à direção e, em fevereiro de 1962, foram expulsos do PCB sob a alegação de terem articulado uma fração interna que se opunha à maioria do Comitê Central, ocorrendo assim uma ruptura definitiva com a corrente stalinista.

¹⁴ PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p. 50.

Os dissidentes fundaram o PC do B (Partido Comunista do Brasil), proclamando-se o mesmo partido fundado em 1922 e reorganizado em 1962. Para eles era inadmissível a mudança de nome e a retirada do programa pecebista da palavra de ordem “Ditadura do Proletariado”, por exemplo. Com essas mudanças, o PCB pretendia facilitar sua legalização, medida esta que se mostrou inútil, uma vez que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) negou o registro.

Para seus ex-dirigentes, porém, essas mudanças representavam o abandono definitivo das tradições e princípios marxista-leninistas que caracterizavam o Partido desde o seu nascimento. Eles já não consideravam mais o PCB como o partido da classe operária, e sim um novo partido com o qual não se identificavam, por isso a decisão de criar o PC do B com o intuito de reorganizar o “verdadeiro” Partido Comunista.

O PCB, portanto, foi um dos primeiros partidos a sofrer consequências da disputa entre o PCUS e o Partido Comunista da República Popular da China, surgida após o XX Congresso. A cisão do PC do B foi a primeira de uma série posterior de adeptos à luta armada como via revolucionária.

Essa cisão, porém, não altera a estrutura do PCB, já que ele, no período, estava em pleno crescimento:

Em 1963, o Partido Comunista Brasileiro teria o maior poderio de sua história, convertido em uma organização com capacidade de intervenção e aglutinação. Aliando-se aos setores de esquerda do proletariado, o Partido passa à direção política e sindical de várias federações e algumas entidades nacionais urbanas e rurais. (CUNHA, 2007, p. 107 - 108).

Durante o período entre o V Congresso de 1960 e o golpe militar de 1964, o PCB experimenta as possibilidades e os limites de sua nova política, recém exposta pela Declaração de Março de 1958. Já durante a primeira metade da década de 60, diante dos movimentos políticos que

posteriormente resultariam no golpe de 31 de março de 1964, a nova política nacional e democrática do PCB revelava suas contradições.

1.3: O GOLPE MILITAR DE 1964

Conforme analisamos anteriormente, com o sancionamento da nova política do V Congresso, realizado em setembro de 1960, influenciado pela Declaração de Março de 1958 que, por sua vez, era consequência do XX Congresso do PCUS e do “relatório secreto” de Krushev de 1956, o PCB começa por em prática sua estratégia e sua política de acumulação de forças.

Devido à nova linha estratégica do movimento comunista internacional de “coexistência pacífica”, promulgada por Krushev e ratificada no Brasil, os pecebistas passam a valorizar as instituições político-sociais e os processos legais com a finalidade de impulsionar a formação de uma frente única com diversos elementos da sociedade interessados no desenvolvimento independente e progressista do Brasil, objetivando, assim, a constituição de um governo nacionalista e democrático.

Em setembro de 1961, após uma tentativa golpista do então Presidente da República Jânio Quadros, assume a presidência o seu vice, João Goulart. Com a posse de Goulart, o PCB parecia concretizar suas teses e objetivos.

O PCB supervalorizou o governo Goulart em grande medida pelas mobilizações anti-golpistas e pelo presidente aparecer no cenário político como um representante da burguesia progressista interessada no desenvolvimento do país:

Com o apoio das massas e de segmentos da burguesia nacionalista, “Jango”, como ficou conhecido, representava a possibilidade real para concretização dos objetivos do partido: a constituição de um governo nacional e democrático e a realização das reformas de estrutura, ou seja, os primeiros passos para a realização da via brasileira (nacional e democrática) ao socialismo. (MOURA, 2005, p. 41)

Portanto, o apoio ao governo e a luta nacional pelas reformas de base estavam dentro do quadro estratégico da nova política pecebista adotada. O resultado favorável do plebiscito¹⁵ para o retorno do presidencialismo, realizado em janeiro de 1963, e o comprometimento definitivo do presidente com a realização das reformas a partir de fins de 1963 foram superdimensionados pelo PCB.

João Goulart apenas voltou-se à esquerda e, principalmente, ao PCB, devido à instabilidade econômica, à perda progressiva do apoio da burguesia e ao agravamento da crise, aliados ao desejo pessoal de o presidente manter-se no cargo.

A perspectiva de vitória de seu projeto nacional, expressada pela certeza de realização das reformas de base, contribuíram não apenas para uma valorização exagerada da conjuntura, mas, sobretudo, para um rápido afastamento do Partido em relação a sua política de acumulação de forças:

Empolgado com o andamento do processo político, o PCB estimula cada vez mais os movimentos sociais e passa a utilizar um discurso de crescente radicalização. Não percebe suas debilidades, as fraquezas e divisões no movimento de massa e nem mesmo a corrosão das bases de sustentação do governo. Até mesmo a legalidade, tão prezada em momentos anteriores, agora parecia ignorada. (SEGATTO, 1995, p. 169)

O movimento pelas reformas de base obtém impulso considerável, mas de forma contraditória e, obviamente, dentro dos limites de um governo e de um regime burguês. O PCB entregou, então, toda a condução do processo das reformas e até do processo revolucionário a João Goulart, não percebendo que o mesmo era um presidente burguês e, principalmente, esvaziado de apoio em setores importantes de sua própria classe.

¹⁵ Após a tentativa de um golpe direitista realizado por Jânio Quadros, o parlamentarismo foi o acordo que permitiu João Goulart assumir a presidência, mas também o limitou substancialmente. Em janeiro de 1963 realizou-se um Plebiscito Nacional, onde acabou sendo vitoriosa a opção pelo retorno ao presidencialismo. Ver Milce Ferreira de MOURA, *A questão democrática no contexto da crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*. Dissertação de mestrado, 2005.

Enquanto as posições do presidente Goulart flertavam com a esquerda e as ramificações do PCB se caminhavam para uma radicalização crescente, o golpe de direita se articulava. Crescia um sentimento de pavor, tanto nas frações burguesas quanto nas camadas médias da população e em setores conservadores da Igreja Católica. Houve grandes manifestações nas principais capitais do país, sempre em defesa da propriedade, da família e da moral cristã, exigindo o imediato *impeachment* do presidente. (MOURA, 2005, p.44).

A aproximação do Presidente da República com a esquerda, em especial com o PCB, aliado a sua postura, ofereceu à direita o próprio argumento de que necessitavam para o esfriamento do movimento que estava em curso. Para eles, a defesa da democracia, da legalidade democrática exigia naquele momento histórico de radicalização, a ruptura das regras vigentes, idéia esta que passaria a conquistar um amplo apoio da opinião pública.

O PCB iludiu-se com a perspectiva de uma vitória fácil. Porém, até hoje fica a incógnita: caso as reformas fossem efetivadas, elas poderiam levar o país rumo a um capitalismo independente, democrático e de participação popular, ou até criar uma situação pré-revolucionária? A única certeza é que o golpe e o aprofundamento da ditadura sairiam caro ao PCB e ao movimentos operário em geral no país.

Em 31 de março de 1964 efetivou-se, portanto, o golpe militar no Brasil. Segundo Mazzeo, o golpe veio responder às necessidades da burguesia de uma ampliação do processo de concentração capitalista, sob a forma de um “bonapartismo”, assentado não em uma pessoa, mas em uma instituição, as forças armadas:

Os espaços democráticos abertos com a vigência da legalidade burguesa, que proporcionaram o avanço e a organização do movimento operário e particularmente o crescimento do PCB, são entendidos como ‘grande ameaça’ à hegemonia de uma burguesia de tradição autocrática que, por isso mesmo, irá responder politicamente formulando um novo projeto de forma-Estado de caráter militar-bonapartista, não apenas como um instrumento de soldagem ideológica do

seu bloco de classe, mas fundamentalmente para propiciar a implementação de uma nova etapa de desenvolvimento econômico, baseada na pax-autocrática [...]. (MAZZEO, 1999, p. 138)

O golpe militar e o regime ditatorial vigente a partir de então colocaram em dúvida a tese pecebista, influenciada pelo XX Congresso do PCUS, da existência de uma “burguesia nacional” interessada no desenvolvimento independente e progressista do país. As propostas de reformas de base, encabeçadas pelo PCB no período anterior a 1964, mostraram não serem compatíveis aos interesses das classes dominantes.

O objetivo do golpe, portanto, foi uma clara necessidade da burguesia interna, aliada à burguesia internacional, de sufocar e estancar o aprofundamento dos processos de revolução nacional e democrática, o que colocaria o país em um desenvolvimento independente, em andamento no pré-64.

O cenário internacional, principalmente na América Latina, não era propício, no início dos anos 60, aos movimentos democráticos e de libertação nacional. Entre 1962 e 1963, verificou-se em vários países uma “contra-ofensiva” imperialista no intuito de impedir fenômenos que objetivassem algo parecido com o ocorrido em Cuba. Nesse curto período, foram dados golpes de Estado na Argentina, Peru, Equador e República Dominicana.

De fato, o projeto reformista de cunho popular, defendido pelo PCB ao lado do Presidente da República, era visto como perigoso tanto para a burguesia interna quanto a externa. O PCB buscava a realização de uma revolução de independência nacional e democrática, e o golpe veio justamente para barrar essa tentativa.

O golpe também veio para desmistificar as teses comunistas acerca de um nacionalismo burguês antilatifundiário, antimonopolista e anti-imperialista. Ele representou a derrota da estratégia nacional-democrática do PCB de realização de uma revolução nacional em associação a uma revolução democrática:

O revés do PCB em abril de 1964 não foi episódico, como também não foi, simplesmente, mais uma batalha perdida ao longo de sua trajetória de lutas. Significou, isto sim, a derrota definitiva de seu projeto nacional-democrático ou de revolução democrático-burguesa [...]. A ditadura militar, ao completar e realizar de forma plena e radical o processo (autoritário e excludente) da revolução burguesa no Brasil, matou o projeto pecebista". (SEGATTO, 1995, p. 24)

O impacto do golpe recolocou em tona a discussão aberta no período de 1956 a 1958, sobretudo com o posterior aprofundamento do regime militar. Porém, a própria ditadura retardou a discussão, impossibilitando o partido de oferecer uma saída, uma resposta rápida ao bloqueio de sua estratégia político-nacional.

Porém, a intervenção militar acabou precipitando divergências e insatisfações latentes em torno da política advinda da Declaração de Março de 1958. Contudo, a luta interna partidária durante o período de 1964 a 1967 limitou-se a procura de responsáveis pela derrota política e pelos erros cometidos até então.

Com isso, a luta interna acabou se polarizando entre aqueles que acreditavam ser necessário a retomada e o aprofundamento da consolidação da política da Declaração (maior parte do partido e de sua direção) e aqueles que pensavam ser necessário uma ruptura com a linha oficial, sobretudo com as teses sobre a via pacífica ao socialismo.

Como o PCB, antes de 1964, já era criticado por alguns setores pelas suas posições pacifistas e "reformistas", no pós-64 a situação não poderia ser diferente. As constantes divergências conduziram o partido a uma fragmentação, onde muitos grupos se formaram em torno dos dissidentes que optavam pelo combate ao regime ditatorial por meio da luta armada:

Enquanto muitos outros setores rompiam com a política pacifista do PCB contra a ditadura buscando uma referência cubana de luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional (ANL); o Movimento Revolucionário 80 de Outubro, o Partido Comunista Revolucionário (PCBR), o Partido Operário Comunista (POC) e a Vanguarda Popular

Revolucionária (VPR), ou setores do sindicalismo, como o Comitê Regional Marítimo da Guanabara; o PCB seguia a luta pela sua legalidade e pela democracia, numa prática social baseada na distribuição de panfletos e jornais contra a ditadura. (DIAS, 2002, p. 26).

Formados, em sua maioria, durante os anos de 1967 e 1968, tais grupos armados foram derrotados nos anos seguintes. Eles foram fortemente influenciados pelo triunfo da Revolução Cubana, ocorrido em 1959, e que evoluiu para a revolução socialista em outubro do ano seguinte, e foi reconhecida explicitamente durante um discurso de Fidel Castro, no dia 16 de abril de 1961, durante o enterro das vítimas de um bombardeio de aviões contra-revolucionários vindos da Guatemala. No dia seguinte ao discurso, centenas de contra-revolucionários cubanos, armados e treinados pela Agência Central de Inteligência (CIA), desembarcaram na praia de *Girón* para combate e foram derrotados em 72 horas pelas milícias operárias e camponesas.

O ponto de discordância entre o PCB e o grosso das organizações armadas estava na discussão da forma de combate a ditadura. O partido acreditava que, diante do momento histórico que iniciara com o golpe, a recuperação da revolução nacional-democrática só podia se efetivar após o vencimento da ditadura, enquanto que os dissidentes mantinham a luta armada como forma de por termo a ditadura e ao problema nacional.

Na realidade, no pós-64, o PCB iria se diferenciar das demais organizações comunistas surgidas do seu interior. Os pecebistas defendiam a participação em todas as instituições permitidas pelo regime ditatorial. Através do caminho eleitoral, consideravam possível e desejável restabelecer a ordem democrática no país. Enquanto as outras organizações pregavam o voto nulo, os pecebistas participaram das eleições de 1966 e ingressaram no nascente Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (PANDOLFI, 1995, p. 206).

Vale ressaltar que, já em 1962, como já fora citado anteriormente, um grupo de militantes, liderado por João Amazonas e Pomar, rompeu com o PCB e fundou o PC do B. Nesse mesmo período, foram formados outros

grupos de esquerda no país, como a Ação Popular (AP), que teve, posteriormente, forte influência no movimento estudantil e na formação de quadros para os mais diversos partidos, e a Política Operária (Polop).

Além da forte repressão policial, o PCB teve de enfrentar no imediato pós-64 uma acirradíssima luta interna, como se pode depreender da própria diversidade de posições que antecedia ao golpe. Em função das diferentes avaliações, surgiam diferentes propostas para fazer face à nova conjuntura... (PANDOLFI, 1995, p. 198).

Mesmo o partido reconhecendo a retração no processo político com o golpe, a falência de sua estratégia político-nacional não se tornou evidente naquele momento. O VI Congresso do PCB, que seria realizado em 1964, porém, não ocorreu devido ao golpe que se realizou apenas em dezembro de 1967, em outra conjuntura e com outras teses.

Ele não considerava uma derrota definitiva do modelo de revolução defendida pelo PCB, e colocava a luta pela queda do regime e pelo restabelecimento do Estado de direito como o objetivo imediato do movimento operário. O VI Congresso apontava também a conservação do latifúndio e a presença do imperialismo como as contradições principais da sociedade brasileira.

No informe de balanço do Comitê Central do VI Congresso do PCB, o partido afirmou que a Declaração de março trouxera modificações em sua linha política, uma vez que as posições do IV Congresso dificultavam a inserção do partido no processo democrático em desenvolvimento, dando assim um passo histórico em sua evolução como organização revolucionária do proletariado.

Segundo o documento, porém, entre 1961 e 1962, houve um progressivo afastamento da linha política adotada no V Congresso, que confirmou, no essencial, a Declaração de Março de 1958. O partido haveria passado a dirigir o foco principal para a luta contra a política de conciliação, atingindo o imperialismo apenas como consequência dessa luta. Formou-se a teoria de que, nas condições existentes, a luta contra a política de

conciliação de Goulart era a forma correta de lutar contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, fixando como principal preocupação partidária apenas desmascarar os atos negativos do governo.

Na reunião do Comitê Central do partido, em fevereiro de 1964, foi ratificada tal posição, atribuindo ainda um certo exagero na influência do movimento anti-imperialista no seio das forças armadas:

Na reunião do Comitê Central de fevereiro de 1964 insistíamos na mesma orientação errônea. As teses aprovadas para o VI Congresso [...] refletem o profundo subjetivismo que dominava a direção do partido. Nelas, exagerava-se a força do movimento de massas, sua combatividade e nível de organização, a força do movimento operário e sua influência na frente nacionalista e democrática. Justamente quando ambos setores das camadas médias das cidades passavam para o lado da reação, afirmávamos, ao contrário, que essas camadas se incorporavam à luta anti-imperialista. Exagerávamos também a influência do movimento anti-imperialista nas Forças Armadas. Abriamos, assim, para o partido e para as massas, uma perspectiva de vitória fácil e imediata.¹⁶

Além disso, o PCB não abriria mão de sua tese sobre a existência de uma “burguesia nacional-progressista”, evidenciando ainda um processo etapista de revolução, tendo como primeiro ponto a superação do feudalismo, do imperialismo e a implementação de uma política efetivamente nacional e democrática. Na essência, portanto, o PCB não alterou sua visão tanto em relação ao desencadeamento do processo revolucionário brasileiro, quanto em relação ao caráter da burguesia brasileira.

O processo de autocrítica, porém, levou o partido a reconhecer ambiguidades e problemas que caracterizavam as forças envolvidas na luta pelas reformas e o baixo nível de organização das massas e a extrema fragilidade da democracia brasileira nos momentos que antecederam o golpe de 1964. Isso fez com que o PCB tivesse a compreensão de que a

¹⁶ PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p. 84-85.

ditadura não seria simplesmente “derrubada”, e sim derrotada por meio de um amplo movimento de oposição, organizado e legal:

A oposição e o combate crescentes ao regime ditatorial tornarão ainda mais reduzida sua base social e política, aumentarão sua instabilidade e poderão conduzir à sua desagregação e derrota. As forças democráticas, através da ação, poderão conquistar a legalidade de fato, obrigar a minoria reacionária a recuar e derrotá-la.¹⁷

Com a promulgação do AI-5¹⁸ em 1968, porém, e em resposta a ele, a deflagração generalizada da luta armada e da guerrilha urbana, o PCB se conscientizou não apenas da derrota sofrida na cena política, mas também da necessidade de um trabalho de organização das lutas oposicionistas e de um projeto sério de resistência ao regime.

O AI-5 iniciou uma nova etapa da ditadura e aprofundou o regime militar tanto economicamente quanto no aspecto repressivo. Consciente do aprofundamento, o partido tendia então a uma nova avaliação da situação nacional recém inaugurada.

¹⁷ PCB: vinte anos de política 1958-1979; 1980, p. 182.

¹⁸ Atos institucionais decretados em 1965 que capacitavam o governo a desmontar qualquer manifestação de rebeldia contrária ao Estado seu projeto de modernização.

1.4: O PCB NO EXÍLIO

Com o início da nova fase da repressão militar no Brasil, iniciada após a promulgação do AI-5 em 1968, os comunistas brasileiros não só necessitavam de uma nova avaliação da conjuntura recém inaugurada, mas também tendiam a fazê-la.

Um documento divulgado em março de 1970, confeccionado pelo Comitê Estadual da Guanabara, marcou uma diferente análise ideológica dos pecebistas quanto à caracterização do regime ditatorial impresso no Brasil após o Golpe de 1964. Devido à forte repressão imposta com a efetivação do AI-5, a ditadura passava a ser conceituada pelos comunistas como um regime fascista.

O Comitê Central do PCB não aceitou de imediato as análises do Comitê da Guanabara, porém, em 1973, passou a acatá-lo, conforme analisa Moura:

A princípio, o Comitê Central do PCB rejeitou a análise pelo Comitê Estadual da Guanabara, mas, posteriormente, a partir de novembro de 1973, adotaria tanto as análises quanto as posturas enfatizadas pelo documento. A partir de então, a análise do processo de “fascistização” em andamento após o AI-5 levou o PCB a reafirmar a convicção de que a ditadura [...] só poderia ser derrotada por uma ação organizada do conjunto da oposição ao regime, que buscaria todos os espaços possíveis de luta, capazes de debilitar o regime. (MOURA, 2005, p.62)

Conforme essa concepção, portanto, o PCB elevou seu “projeto de frente democrática” a um projeto de “resistência democrática” à ditadura. A partir de ações parciais, os comunistas brasileiros deveriam contribuir para romper com a passividade em que se encontravam as massas e transformá-las, efetivamente, em uma frente única opositora.

A partir de 1973-1974, o modelo do “milagre” econômico brasileiro, regido pelo governo militar, passava por uma fase de esgotamento. Com isso, a oposição ao regime começava a crescer em todas as classes sociais. As vitórias eleitorais do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) sobre a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) nas eleições de 1974 e 1978 representavam, de certa maneira, a crescente perda da legitimidade do regime militar junto à sociedade e a perda de apoio político entre as classes médias por parte da ditadura.

Mesmo assim, esse período foi, talvez, o mais difícil para o PCB, pelo menos para a sua direção. Se antes o partido sofrera algumas baixas em seus quadros para as organizações de esquerda que optaram pela luta armada contra a ditadura, a partir de 1974, desmanteladas aquelas organizações, o PCB passou a ser o alvo preferencial do aparelho repressivo. O princípio de abertura na ditadura, com o governo de Ernesto Geisel, coincide também com o aumento da perseguição aos pecebistas. Em sua “Nota Política do CE do PCB/SP”, os comunistas paulistas analisavam, em abril de 1974:

Mesmo antes da posse do General Geisel como presidente da República teve início uma série de prisões e pressões contra os diversos movimentos oposicionistas. [...] Estudantes, economistas, advogados, sociólogos, técnicos e professores foram presos e seviciados. Além disto, os serviços de segurança desencadearam uma verdadeira linha de provocações e boatos, visando criar em certas áreas o pânico ou induzir uma atividade desordenada e desorganizadora que justificasse novas perseguições posteriores. Há como que um espasmo do sistema terrorista-repressivo.¹⁹

O PCB, durante esse período, sofreu um grande golpe (final de 1974 e meados de 1975), quando nove membros de seu Comitê Central²⁰ foram assassinados pelos órgãos policiais e vários dirigentes pecebistas rumaram

¹⁹ Nota política do CE do PCB/SP In *O PCB em São Paulo: documentos, 1974-1981*, São Paulo: LECH, 1981, p.1.

²⁰ Os nove membros do CC do PCB assassinados foram: David Capistrano, Luis Inácio Maranhão, João Massena Melo, Élson Costa, Itair Veloso, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Hiram Lima e Walter Ribeiro. (PANDOLFI, 1995, p.210)

para o exterior, fugindo da repressão. Entre os anos de 1975 e 1979, não houve reuniões envolvendo os dirigentes do partido no Brasil, havendo apenas algumas reuniões do Comitê Central, já no exílio. Durante todo o período ditatorial, o partido teve ainda dezenas de mortos, centenas de presos políticos e torturados e centenas de militantes perseguidos. Sua organização de base, como os comitês municipais e estaduais, foi desarticulada e suas gráficas foram vítimas de assaltos, lembrando que, durante um longo período, o até então jornal do partido, *Voz Operária*, teve a sua edição interrompida.

Com a direção no exílio, existia o esforço para manter a unidade partidária, com a realização de algumas reuniões de direção e a tentativa de editar o jornal; porém, a ligação entre o exílio e as bases partidárias no Brasil se dava de maneira muito precária.

Por outro lado, o exílio permitiu a muitos dirigentes e militantes terem um maior contato com os diferentes caminhos propostos pelo movimento comunista internacional. As experiências de vidas diversas pelas quais os pecebistas passaram naquele período²¹ guardariam relação com as posteriores divisões do partido. É claro que as divisões, como vimos, sempre existiram no interior do partido, principalmente após o XX Congresso do PCUS, em 1956, porém esse período serviu para elas emergirem mais claramente, não alterando a sua essência.

[...] não se deve esquecer que o PCB passou por dilacerantes divisões ao longo de toda sua história, mantendo em geral um padrão “trípice”: dissidências “à esquerda” e “à direita”, debeladas por um setor majoritário de direção dito “centrista”, que busca sua legitimação assumindo uma posição equilibrada entre uma e outra vertente. As bases para as divergências da virada dos anos 1970 para os anos 1980 parecem estar dadas desde muito antes. (SILVA, 2005, p. 44)

²¹ Luiz Carlos Prestes, por exemplo, por ser secretário-geral, estava sempre isolado por segurança, tendo rumado ao exterior em 1971. O restante da direção foi exilado em 1975, enquanto que diversos militantes espalharam-se pelos mais diversos países. (SILVA, 2005, p.46)

Mesmo completamente desmantelado pela repressão no período entre 1974 e 1975, o PCB via sua política de constituição de uma ampla frente democrática para vencer o regime se consolidar e passar a ser aceito por grandes setores da oposição. Portanto, no momento em que sua orientação começava a ganhar consistência, a crise interna se recolocou no partido.

Em 1979, o movimento de anistia avançava pelo país. O AI-5 havia expirado no último dia de 1978, reingressando o país no Estado de direito, ainda precário, pois se apoiava na Constituição imposta de 1967. A ditadura, portanto, não estava encerrada, mas com certeza estava limitada a partir de então.

A “Resolução Política de Maio de 1979”, do PCB, afirmava que o regime, apesar das concessões, não mudara seu caráter militar-fascista:

Conforme assinala a Resolução Política de maio do Comitê Central publicada na *Voz Operária* de junho de 1979, vivemos uma nova situação política no país [...]. Muito embora continuemos vivendo sob uma ditadura que não se desfaz de seus instrumentos de repressão e espionagem, de seu aparato de leis arbitrárias e que ainda não perdeu sua capacidade de ação, é claro que seu campo de manobra se reduziu e que se criaram obstáculos maiores à utilização desses instrumentos e dessas leis.²²

A posterior reforma partidária não permitiu a legalização de partidos como o PCB e também negou a sigla histórica do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) a Leonel Brizola, oferecendo-a a Ivete Vargas, que comandaria um partido de oposições dúbias perante o regime. (SILVA, 2005, p. 45).

A reforma foi especialmente negativa para o PCB, uma vez que o partido foi mantido na ilegalidade, enquanto que o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, fundado em 1980, colheria as vantagens da legalidade, sendo esse um dos fatores apontados posteriormente pelos pecebistas para explicar a perda de espaço no movimento operário.

²² Nota Política / setembro de 1979 In *O PCB em São Paulo: documentos, 1974-1981*, São Paulo: LECH, 1981, p.39-40.

A anistia teve também seus desdobramentos no PCB: a volta dos dirigentes e militantes ao país. Após a aprovação da anistia, muitos “comunistas históricos” retornariam, alguns inclusive envoltos por um clima festivo, como Luiz Carlos Prestes, recebido por milhares de pessoas no Rio de Janeiro. Porém, os que retornavam ao país encontravam-se engajados em uma séria luta interna, que veremos com maiores detalhes no próximo capítulo.

Essas perspectivas de auto-reforma do regime militar, aberto em fins dos anos 1970, acabaram precipitando as divergências latentes no interior do partido, catalisando assim uma crise anunciada desde 1964-1967, quando o golpe militar havia colocado dúvidas sobre as estratégias e políticas pecebistas. Conseqüentemente, a emergência da crise do regime reabriu as discussões suspensas e adiadas no interior do partido.

O debate político-ideológico que se abriu a partir de então foi em torno do questionamento da política de frente democrática. A recente perspectiva de democratização da sociedade brasileira trazia consigo uma questão latente para os pecebistas: continuar enfatizando uma política de alianças amplas, de frente democrática, ou adotar uma nova postura, uma frente que levasse em consideração as novas possibilidades abertas com o ressurgimento do movimento operário?

A ditadura militar efetivou a revolução burguesa no Brasil de maneira excludente, desmistificando assim a ilusão comunista da existência de uma “burguesia nacional” interessada no desenvolvimento autônomo e progressista do país e, portanto, interessada na efetivação de uma revolução nacional-democrática no Brasil.

Nem o latifúndio e muito menos a presença do imperialismo foram obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como defendia o PCB, mas pelo contrário, foram seus agentes. Segundo Luiz Werneck Vianna, esta idéia era um:

[...] contra-senso absurdo, na medida em que aquilo que identifica como entrave ao desenvolvimento – o imperialismo e o latifúndio – atuava como força de sua

propulsão no mundo das coisas reais. (VIANNA, 1983, p.16)

O PCB, conforme analisamos, acabou não rompendo com uma visão de um capitalismo obstruído pela ação de forças retrógradas externas e internas. Para a liquidação dessas forças, as teses pecebistas exigiam a realização de uma revolução nacional-democrática que antecederesse a revolução efetivamente socialista; isso mesmo quando da realização do VI Congresso em 1967.

A partir de 1979, se processará no PCB uma séria crise interna, que será alvo de análise no próximo capítulo. Essa crise visará dar conta da efetivação de tão complexas transformações, tanto no cenário nacional quanto no internacional, e oferecer uma estratégia e uma teoria condizentes com a nova realidade.

O diferencial dessa crise seria o seu caráter orgânico estrutural: a “crise orgânica” da sociedade brasileira e do capitalismo mundial não só aguçava as debilidades presentes na teoria e prática do Partido como não deixava margens para soluções burocráticas ou adiamentos – como se dera nas crises anteriores – impondo, sem recuos, a questão da renovação estratégica e da tática do Partido. (MOURA, 2005. p. 68).

Reabre-se, portanto, a discussão iniciada com a crise de 1956-1958, com a promulgação do XX Congresso do PCUS, uma vez que as renovações promovidas mostraram seus limites. Agora a crise enfrentada pelo PCB e pelo movimento comunista internacional seria de caráter orgânico-estrutural.

CAPÍTULO 2

O PCB E A DEMOCRATIZAÇÃO

[...] para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de 'esquerda' – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas 'de baixo para cima'; que elas se aglutinem [...], e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. (PRESTES, 1980, p. 30)

Conforme verificamos no capítulo anterior, a efetivação da revolução burguesa no Brasil, realizada sob o modelo econômico da ditadura militar, acabou por interditar definitivamente o caminho para um desenvolvimento nacional, econômico e independente, sugerindo a falência da estratégia pecebista.

As transformações produzidas pelo desenvolvimento capitalista brasileiro e sua elevação ao estágio monopolista, mesmo sem solucionar os problemas históricos da sociedade brasileira, colocavam a luta democrática e a nacional sobre novos patamares.

Devido então à falência do caminho nacional pecebista e à grande perspectiva de redemocratização nacional, abria-se no interior do partido um processo de discussão ideológica em torno dos problemas que emergiam com a crise nacional e com a falência de sua estratégia. Entre os anos de 1973 e 1983, o PCB voltou-se para a discussão de seus problemas e a redefinição de sua estratégia política e de seus princípios, forjando sua alternativa em meio a um complexo processo de crise interna.

O ano de 1984 foi dedicado à negociação e à corrida do partido em busca de sua legalização, enviando novo estatuto e programa ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Após a legalização do PCB, a reprovação política e de seu posicionamento não viria somente de seu interior, pois as derrotas eleitorais sob a “Nova República” evidenciavam a falta de apelo da política de frente democrática entre as massas e a perda da atração do partido na cena de esquerda e no movimento operário nacional. A classe operária e seu movimento não o reconheciam mais como representante de suas lutas.

Mesmo tendo o socialismo como sua principal bandeira e, conseqüentemente, os interesses da classe operária como seus objetivos, os resultados político-eleitorais sob o novo período indicavam que o PCB possuía pouca ou nenhuma inserção naquele segmento. Essas derrotas aliadas à perda de espaço na esquerda e no movimento operário para outros partidos, como o PT, por exemplo, evidenciavam o declínio político-social pecebista.

Nesse período também o movimento comunista internacional começava a enfrentar uma séria crise estrutural, que levou à formação da política da *Perestroika*, iniciada sob a tutela do então secretário-geral soviético Michael Gorbachev, em uma tentativa de resolver problemas sérios na economia e na estrutura da URSS, os quais ocorriam há décadas. O PCB, como veremos, teve dificuldades ao interpretar e discutir esse novo momento do comunismo internacional.

2.1: UM PARTIDO DIVIDIDO: A RUPTURA DE PRESTES

Em 1978 o movimento democrático conquistou uma dimensão capaz de transcender os estreitos limites impostos pela institucionalidade do regime. Após uma década de AI-5, o cenário era outro. O regime sofria um sério desgaste em sua legitimidade, abalando sua imagem junto a amplos setores da sociedade.

Enfim, a euforia inicial do “milagre” há tempos terminara e o contexto que se apresentava era outro, onde o arrocho salarial e a inflação (tendo seus claros efeitos sobre a sociedade), conseqüentemente, estimulavam a organização e mobilização de amplos setores sociais pela democracia, contra a ditadura. (ROMANO, 2001, p. 101).

Em 30 de agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou a anistia parcial aos cassados, condenados e presos políticos no período posterior ao Golpe, e, conseqüentemente, a volta de todos os exilados até o final daquele ano.

Até então, a clandestinidade, a repressão e as barreiras no contato com as massas dificultaram a ação e as análises do PCB durante o período pós-golpe. O desmantelamento de sua direção, durante os anos de 1974-1975, com o assassinato de vários membros da direção nacional do partido, apenas acentuou as dificuldades enfrentadas pelo partido após o ano de 1964.

Com o exílio forçado daqueles dirigentes restantes, as divergências, já existentes entre eles, ficaram cada vez mais difíceis de serem explicitadas, uma vez que passaram a ocorrer esporadicamente nos poucos contatos da direção no exterior.

O racha pela qual passava a direção partidária só veio à tona, portanto, em 1979, após a aprovação pelo Congresso Nacional da anistia aos cassados políticos e o conseqüente regresso dos dirigentes pecebistas: a reintegração física do partido fez emergir os problemas e divergências da direção.

Entre os anos de 1979 e 1983, a luta interna girou em torno de três posições: o *centro dirigente* em torno de Giocondo Dias; a *esquerda* com Luiz Carlos Prestes e alguns dirigentes; e a *corrente renovadora*.

Muitos eram os problemas, atrelando-se a questões estruturais e à discussão da política em desenvolvimento pelo partido desde o golpe de 1964 e sancionada no VI Congresso em 1967. Porém, o problema imediato que o núcleo dirigente enfrentaria seria a divergência com o até então secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes. Em 1979, na última reunião da direção no exílio, Prestes tentou, sem sucesso, propor a substituição da resolução do VI Congresso. Essa seria a última reunião dele com a direção pecebista.

Desde 1976, influenciados e inspirados pelo "eurocomunismo", pelo Partido Comunista Italiano (PCI) e alguns pensadores até então pouco estudados pela maioria dos marxistas brasileiros, como Gramsci, os comunistas da *corrente renovadora* tentavam fazer com que o PCB renovasse seus quadros, sua política e suas idéias. O "eurocomunismo" era uma tentativa de se desvencilhar tanto dos moldes stalinistas que ainda vinham regendo grande parte dos partidos comunistas pelo mundo, inclusive no Brasil, quanto do modelo social democrata que avançava como uma grande alternativa política - ideológica em diversos países.

Essa corrente defendia a democracia como um valor histórico - universal, que seria uma espécie de democracia política que iria além dos interesses do capitalismo; ela era universal, pois interessava a toda a humanidade e não a determinado grupo ou classe. Esse grupo teve uma importante participação e influência no partido até meados dos anos 80. Era basicamente formado por Armênio Guedes, Ivan Ribeiro, Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Aloísio Teixeira, Leo Lince, Luis Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Mauro Malin, Nemésio Sales e Milton Freitas, além de alguns jovens intelectuais.

Nessa época, o debate central dentro do partido era referente à questão democrática. Durante todo o período de regime militar no Brasil, o PCB adotou como tática a política de "Frente Democrática", aprovada no VI Congresso do partido realizado no ano de 1967, três anos após o golpe,

que consistia em uma coligação com todos os setores contrários à ditadura, ou seja, o partido desejava a criação e manutenção de um amplo arco de forças democráticas.

Essas idéias, conforme analisamos, sofriam várias pressões dentro do partido, atingindo-o como um todo e fazendo com que sofresse, novamente, grandes divisões internas. O grupo de Prestes passou a acusar a direção de tomar posições reformistas, atitude típica da social-democracia, fazendo assim com que o partido perdesse a sua identidade e seu caráter revolucionário, manifestado em sua fundação, no ano de 1922. Essa corrente, liderada por Luis Carlos Prestes, que começava a romper com o Comitê Central, defendia uma frente única de esquerda, ou seja, sem que nenhum setor da burguesia nacional fosse envolvida. Prestes defendia que:

[...] para chegarmos à construção de uma efetiva frente democrática de todas as forças que se opõem ao atual regime, é necessário que se unam as forças de 'esquerda' – quer dizer, aquelas que lutam pelo socialismo – no trabalho decisivo de organização das massas 'de baixo para cima'; que elas se aglutinem [...], e que, dessa maneira, cheguem a reunir em torno de si os demais setores oposicionistas, tornando-se a força motriz da frente democrática. (PRESTES, 1980, p. 30)

Já a "corrente renovadora" acreditava que o PCB devia romper ainda mais com os velhos dogmatismos presentes em suas interpretações e avançar cada vez mais na democracia. Seus partidários queriam que o partido repensasse toda a sua política implantada até então e tinham, na democracia, toda a sustentação de suas idéias e estratégias, tanto para o presente quanto para o futuro. Nesse momento, então, o PCB sofria uma séria crise orgânica. As diversas idéias e pontos de vista antagônicos faziam com que os vários grupos formados interpretassem de maneira completamente estranha entre si a própria história do partido e sua projeção para o futuro, ou seja, uma suave unidade era completamente inexistente nas engrenagens partidárias desse momento, tanto em sua base quanto em sua direção.

Esse grupo renovador foi de suma importância, apesar das visíveis resistências do Comitê Central na elaboração do semanário comunista denominado *Voz da Unidade*. O grupo, que estava aglutinado em torno da figura de Prestes e que, naquele momento, tinha em suas mãos a edição do jornal clandestino *Voz Operária*, também repudiava o novo semanário, acusando seus criadores de serem “oportunistas de direita”. A *Voz da Unidade*, lançado em março de 1980 como jornal oficial do partido, teve essa corrente renovadora como redatores até julho de 1981, quando o Comitê Central assumiu sua edição e passou a usá-lo para divulgar, de maneira massiva, suas idéias e resoluções, sem que houvesse um amplo espaço de discussão ou de publicação de idéias divergentes à oficial em suas páginas.

Em março de 1980 o grupo renovador aglutinou-se em torno do semanário *Voz da Unidade*, uma publicação legal, criada como órgão de divulgação das idéias do PCB, que visava atingir um público mais amplo. Para os militantes vinculados a Prestes e que ainda detinham o controle do jornal clandestino *Voz Operária*, o órgão oficial do PCB, o semanário *Voz da Unidade* era uma excrecência. (PANDOLFI, 1995, p. 216-217)

Até esse período o jornal abria o tema de discussões dentro do partido para além dos paradigmas do marxismo-leninismo. A mudança de posição do semanário é notada em vários aspectos, tanto políticos quanto ideológicos. Um exemplo para ilustrar essa situação é a postura do jornal frente aos acontecimentos ocorridos na Polônia em 1980, no movimento da "Solidariedade", que foi uma greve de grandes proporções, dirigida pelo sindicato de mesmo nome que o movimento, e demonstrava uma crescente insatisfação dos operários poloneses contra o próprio regime comunista. Esse fato é considerado como um dos grandes demonstrativos da crise por que estava passando o dito "socialismo real", especialmente no leste europeu.

Quando o grupo renovador ainda fazia parte do corpo de editores, o jornal defendia uma postura de entendimento com a organização sindical

Solidariedade, mesma idéia do Partido Operário Unificado da Polônia (POUP). Um exemplo é uma de suas manchetes de uma edição de setembro de 1980, que dizia: "Polônia: socialismo sai fortalecido com acordo"²³. Esse mesmo artigo, escrito por Ivan Ribeiro, defendia que

[...] o fim das greves em Gdansk e nas regiões da Silésia com o acordo entre o comando dos operários e o governo polonês pode, desde já, ser considerado um marco histórico na construção do socialismo.²⁴

Posição muito diferente daquela do próprio jornal em dezembro de 1981 que, já dirigido por um novo corpo de editores, defendia amplamente o apoio a uma atitude mais drástica para reprimir os manifestantes.

Após o VII Congresso do partido, em 1983, depois de acusar a direção de despreparada para inserir o PCB na complexa sociedade capitalista brasileira e repudiando a idéia de um "etapismo" no processo revolucionário brasileiro, esse grupo renovador passou a atuar fora do partido, com publicações de livros, artigos e textos para a revista *Presença*. Boa parte dos intelectuais ainda se deslocaram para o PT (Partido dos Trabalhadores) e alguns militantes migraram ainda para PDT (Partido Democrático Trabalhista) de Leonel Brizola e para o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

A derrota e conseqüente saída do grupo renovador ou dos "eurocomunistas" brasileiros foram um pouco posteriores à expulsão de Luis Carlos Prestes das fileiras do PCB. Ele era considerado por muitos militantes, desde 1934, como a própria encarnação do partido, um chefe provado, uma espécie até de mito nacional. Mesmo com suas constantes posições sectárias, que chegavam até a serem acusadas de stalinistas, Prestes sempre foi um fator de unidade dentro do partido, mesmo que fosse apenas aparente, pois, mesmo com as diversas frações ocorridas dentro do PCB durante sua história, sempre permanecia com ele; afinal, ele era a própria encarnação do partido. Uma possível ruptura de Prestes poderia

²³ *Voz da Unidade*, 12-9 a 18-9 de 1980.

²⁴ *Idem*

causar “...consequências e graves prejuízos à unidade e ao próprio futuro de nosso partido, já tão duramente atingido pela repressão e por sua fraqueza ideológica e orgânica”²⁵, segundo os comunistas paulistas.

Porém o Comitê Central e Luis Carlos Prestes já não se entendiam em suas linhas políticas, táticas e ideológicas. Em março de 1980, após a volta de seu exílio na URSS, Prestes escreveu uma *Carta aos Comunistas*, na qual acusava o partido de ser um instrumento de legitimação do regime, um partido reformista, e denunciava a falta de unidade em seu interior. Ele decretava também a falência de sua direção, dizendo que na prática ela já não mais existia. Prestes ainda apontava para o fato de o partido não realizar mais o papel de vanguarda do movimento operário e mostrava vários desvios em sua orientação política. Consequentemente, fez uma série de críticas contra o Comitê Central e enxergou esse momento como:

[...] a oportunidade de cobrar da direção tudo o que aconteceu nos últimos anos: a falta de preparação para enfrentar a repressão fascista e o conseqüente desmantelamento de todo o aparelho partidário; as prisões e os desaparecimentos de tantos companheiros e amigos; a ausência de democracia interna, o arbítrio, a falta de planejamento e controle das tarefas decididas; o comportamento dos dirigentes diante do inimigo de classe; a execução prática do chamado “desafio histórico” aprovado no VI Congresso e a falta de empenho em organizar o partido na classe operária; a atividade política da direção nas diferentes frentes de trabalho; a orientação política seguida na Voz Operária; e muitos outros aspectos do trabalho da direção. (PRESTES, 1980, p.18)

É claro que esse posicionamento de Prestes não surgiu após a volta do exílio, e sim durante esse período no exterior, onde a direção pouco se encontrou. Prestes foi então, no mesmo ano, afastado do cargo de secretário geral do partido. O Comitê Central via a proposta de Prestes como fracionista, a considerava como um “convite à indisciplina” da militância e considerava ainda que ela tinha o intuito de quebrar a força partidária. O Comitê Central ainda defendia que suas teses eram tentativas

²⁵ **O PCB em São Paulo: Documentos(1974-1981)**, São Paulo, LECH, 1981, p.149

de levar a desacreditar nos organismos dirigentes do PCB e um completo desrespeito a seus estatutos, além de conter uma visão dogmática e doutrinária. Mário Patti, na *Voz da Unidade* de final de 1980, dizia que Prestes:

Procurou e procura articular uma nova política, fruto da reflexão coletiva e da sua comprovação permanente com os processos que se desenvolvem na sociedade, que reduz sensivelmente as tendências aventureiras e golpistas típicas de uma estrutura em que o pessoal se sobrepõe ao coletivo. Uma estrutura hierarquizada à maneira militar, que primeiro facilitou a introdução das deformações do sistema do culto à personalidade, gerando nosso stalinismo cabloco, e depois retardou a sua superação. Desfecho inevitável, dizíamos, porque na raiz do quase cinquentenário casamento de Prestes com o PCB estava esse tipo de estrutura, que atendia objetivamente às características da formação ideal do Cavaleiro da Esperança –um militar de origem pequeno-burguesa, trazendo dentro de si todos os traços caudilhescos do gaúcho, convencido de antemão de seu papel. Assim, é lógico que, quando uma das partes começou a mudar, ou mudou, tornou mais concreta a possibilidade de separação. (*Voz da Unidade* de 26-9 a 2-10 de 1980)

Para a direção, ao defender em sua carta a liquidação imediata do domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros por uma frente na qual a classe operária teria papel chave, Prestes propunha o programa de frente única anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista que correspondia a uma fase posterior da vida política brasileira, a qual se veria chegar apenas após a derrubada concreta da ditadura.

A direção via, nas interpretações e postura de Prestes, a manifestação do “esquerdismo” reinante do pré-1964, que impediram durante muito tempo a renovação democrática do partido e do qual os dirigentes tentavam se livrar desde 1958, com a Declaração de março.

O ataque promovido por Prestes à política do VI Congresso e à violação dos princípios partidários dariam à direção a oportunidade que faltava para liquidar de vez o *prestismo* do PCB, consolidando assim a hegemonia do núcleo dirigente, garantindo a coesão em torno de sua política democrática.

A divergência com a esquerda, que se acentuou no período entre 1964 e 1967 devido às cisões, encontrou seu desfecho nesses primeiros anos da década de 1980, com a disputa interna entre aqueles que acreditavam na política democrática (a direção e até então a corrente renovadora) e o resquício da esquerda que não havia rompido em 1967, expresso na figura de Luiz Carlos Prestes. Oficialmente Prestes foi substituído na secretaria-geral do PCB em maio de 1980 por Giocondo Dias, que permaneceria no cargo até o VIII Congresso, realizado em julho de 1987, conforme noticiado em maio de 1980 no semanário *Voz da Unidade* com a manchete “Comunistas afastam Prestes da secretaria”:

Giocondo Dias é o novo dirigente máximo dos comunistas brasileiros. Reunidos pela primeira vez desde o seu retorno ao país, ocorrido após a decretação da anistia parcial em setembro do ano passado, os dirigentes nacionais dos comunistas resolveram, no último fim de semana, em São Paulo, declarar vago o cargo de Secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, até então ocupado por Luiz Carlos Prestes. (*Voz da Unidade* de 22-5 a 28-5 de 1980.)

Uma década depois, após seu falecimento, a direção nacional do partido estipulava que a decisão de abandonar o PCB havia sido exclusivamente de Prestes, porém reconhecia sua importância histórica para o partido:

A notícia do falecimento de Luiz Carlos Prestes, hoje pela manhã, significa o desaparecimento de uma personalidade histórica nacional e internacional, cuja saga marcou profundamente a história do Brasil neste século. [...] Foi sua a decisão de se afastar do PCB, em 1980. [...] O PCB associa-se ao profundo pesar pela perda desta importante liderança comunista, que dedicou a maior parte da sua vida aos ideais do socialismo. (Nota de falecimento de Luiz Carlos Prestes emitido pela Direção Nacional do PCB em 7-3-1990.)

Como vimos, portanto, no início desse processo havia um entendimento entre a direção e os renovadores. Essa aliança se dava na

crença do processo de democratização em curso e na visão de que o país vivia plenamente sua Revolução Burguesa. Os renovadores e centristas, portanto, fechavam juntos na defesa da frente democrática e na defesa da aliança com liberais.

O que afastaria os renovadores do centro dirigente seria sua noção de democracia e principalmente sua visão da renovação do partido. As idéias defendidas pelos renovadores era influência direta das teses do PCI (Partido Comunista Italiano), devido ao contato desses intelectuais no exílio com as experiências em curso nos países europeus, principalmente a Itália.

Após a derrota das posições de esquerda, defendidas por Prestes, a “corrente renovadora” passou a representar um certo risco para a direção em seu projeto de recuperação do controle partidário, passando a acusá-los então de “direitistas” e “revisionistas”

Conforme verificado, houve então a intervenção e destituição dos renovadores da redação e dos conselhos da direção do jornal *Voz da Unidade*, em 1981. Os descaminhos levaram os renovadores a constatar a “ilegitimidade” da direção e a impossibilidade de continuar o desenvolvimento e aprofundamento da renovação dentro do PCB.

Na década de 80, portanto, com todos esses problemas apontados, o partido tinha uma reduzida inserção social frente às massas e aos operários. A direção apontava a falta de sua existência legal, que havia sido perdida em 1947, como a principal causa de sua pequena influência frente à classe proletária, e acreditava que, caso o partido fosse legalizado, ocorreria um fenômeno parecido com o ano de 1945. Nesse ano, já com a consolidação do Estado Novo, houve uma certa abertura política e começaram a surgir diversos novos partidos²⁶. O PCB, por sua vez, também foi legalizado, sendo que esse havia sido, até então, seu único momento significativo de vida legal. O PCB participou, junto com as demais forças sociais do país, das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e obteve resultados muito expressivos; com cerca de 10% da votação popular

26 Com essa legalização alguns dos novos partidos que surgiram foram: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrata (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano (PR), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido da Representação Popular (PRP) de Plínio Salgado, dentre outros.

(Yeddo Fiuza havia sido seu candidato à presidência), elegeu 14 deputados federais e teve o senador mais votado do país (Luis Carlos Prestes). Porém, no final do ano de 1947, o partido teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em atitude inédita na história brasileira até então, o mandato de seus deputados e senador eleito tornou-se sem efeito, fazendo com que o partido voltasse a amargar outro grande período de ilegalidade.

É necessário ressaltar que, ao contrário de outros tempos, quando o PCB era uma das únicas forças de esquerda do país, na década de 80, ele enfrentava uma forte concorrência dos outros conjuntos de esquerda do país, principalmente do PT, que, fundado em 1980, indiscutivelmente vinha aumentando cada vez mais a sua influência frente às massas e ao movimento operário. A direção do PCB sabia também desse paradoxo e soltava as mais variadas críticas ao PT, geralmente o acusando de reformista, social-democrata, não revolucionário etc.

Porém, no dia oito de maio de 1985, o PCB conquistou a sua tão sonhada legalidade. Nesse período, a política adotada pelo partido era sempre a de "Frente Democrática" e de apoio a José Sarney como opção para saída do governo militar. E agora, qual seria a reação do partido? Dentro do PCB, acreditava-se que finalmente ele iria crescer, fazendo alusões ao ano de 1945, e ter uma grande representatividade dentro do movimento operário e do quadro político nacional. Um grande universo de dúvidas e incertezas, mas também de esperança e empolgação, ganhou lugar no PCB com a sua legalidade.

O PCB ingressou na década de 80 com pouca inserção social e tendo sofrido várias fissuras. O líder maior do comunismo brasileiro, Luiz Carlos Prestes, havia abandonado as hostes partidárias. Uma parte dos intelectuais vinculados à corrente renovadora havia aderido ao PT. [...] No entanto, a direção do PCB continuava mantendo sua auto-estima e acreditando na inevitabilidade do socialismo. Afirmava ainda que o partido havia elaborado "teoricamente os problemas da revolução brasileira melhor que as outras correntes políticas". Por isso tudo, o PCB estava pronto para se transformar num grande partido de massas. (PANDOLFI, 1995, p. 225-226)

O PCB chegava a essa fase tão importante de sua história com um quadro bastante delicado. Sua inserção nas massas era cada vez menor, devido às séries de crises e cisões aqui ressaltadas, e sua influência no movimento operário era a cada momento mais tímida. Porém ele tinha grandes desafios a partir de então: voltar a ser um grande partido e liderar a esquerda brasileira, como houvera ocorrido em outros tempos, ou simplesmente lutar contra suas dificuldades e contra as crises de todo o chamado "socialismo real" que já vinham aflorando por todo o mundo ocidental.

2.2: A TRANSIÇÃO E A LEGALIDADE DO PCB

Conforme verificamos anteriormente, concluído o processo de luta interna no início da década de 1980, emergiu vitorioso o grupo que se identificou a partir de sua contraposição a “prestistas”, que eram acusados de se posicionarem excessivamente à esquerda em suas posturas, e os “renovadores”, acusados, por sua vez, de serem “direitistas”.

Esse grupo, considerado de “centro”, buscava representar as propostas que vinham sendo defendidas pelo VI Congresso, ou seja, negavam os dissidentes e valorizavam a linha oficial do partido; e afirmavam também representar e simbolizar a maioria dos pecebistas.

A virada dos anos 1970 para os anos 1980 e os primeiros anos desta década indicavam que a política defendida e proposta pelo PCB até então começava a render frutos. A batalha contra o regime ditatorial e a consequente conquista de um Estado de direito pareciam avançar da maneira que o partido propunha.

Porém, o PCB não conseguiu traduzir aquele momento favorável à sua política em fortalecimento orgânico e influência social. Na verdade o que ocorria era exatamente o inverso: os pecebistas perdiam progressivamente seu espaço entre os setores organizados da sociedade progressista e no próprio campo das esquerdas; eram obrigados ainda a conviver com a ilegalidade e a repressão, ainda que em uma intensidade menor se comparada com períodos anteriores, e a lidar com as citadas dissidências.

A partir da democratização, na época em que o regime visivelmente perdia o controle e sua força, esta seria então dividida entre as elites econômica e política e as forças populares e suas organizações, porém esse momento crucial da história nacional encontrava o PCB extremamente fragilizado.

Os acontecimentos decorrentes do avanço do processo de transição demonstraram que, ao contrário das

pretenções dos comunistas de massificarem a política do partido através da via eleitoral e da conquista de “aparelhos” nos movimentos sociais, o PCB distanciava-se, numa escala crescente, do centro político da transição, bem como da representação da classe operária. (ROMANO, 2001, p. 135).

Em fevereiro de 1983 iniciou-se uma campanha pelas eleições diretas para presidente da república, já para o sucessor de Figueiredo, cujo mandato terminaria em 1985. O movimento, que ficou conhecido como “diretas já” lançou campanha nacional, encabeçada principalmente pelo PMDB de Ulysses Guimarães, além de incisiva participação de outros partidos, como o PT, por exemplo.

A principal ausência sentida nos primeiros meses de campanha foi a do PCB que, nesse período ainda estava lidando com suas lutas internas e retomando sua campanha pela legalidade. Qualquer que seja o motivo, o fato é que o PCB tardou sobremaneira a prestar apoio e a participar efetivamente do movimento, engajando-se apenas quando percebeu sua irreversibilidade.

Apenas em janeiro de 1984, o jornal *Voz da Unidade*, agora efetivamente o jornal oficial do partido, passou a cobrir com mais atenção o movimento pelas eleições diretas, apoiando-o de maneira mais consistente, afirmando que a luta por eleições diretas deveria ser ampliada, abarcando as liberdades democráticas em geral.²⁷ Após a votação, em abril, o partido propôs a retomada de sua proposta principal, com apoio as negociações em torno da proposta da *Emenda Figueiredo*, que propunha eleições diretas para presidente a partir de 1988.

Devido então ao deslocamento do movimento de “ação” para o de negociação, restou ao PCB apoiar uma candidatura de oposição no Colégio Eleitoral. O PCB foi um dos primeiros partidos a defender uma candidatura única dos democratas, baseada em um mínimo programa político, econômico e social. Algo parecido com o que o partido defendia se materializou na “Aliança Democrática”, e o PCB seguiu apoiando a chapa oposicionista até a vitória.

²⁷ *Voz da Unidade*, 14-1-1984.

Com a doença de Tancredo Neves, presidente da república eleito, o PCB defendeu a posse de seu vice, José Sarney, mantendo o apoio ao novo governo nos anos seguintes. O partido, conforme verificamos, passou sem maiores dificuldades da defesa das “diretas já” para presidente ao apoio de uma candidatura indireta, uma vez que a redemocratização se dava pela via pacífica, por uma combinação de negociação com mobilização popular – apesar do evidente desequilíbrio – assim como o PCB vinha defendendo por um longo período. O partido optou assim pelo caminho mais seguro para a concretização de seus objetivos e a reconquista de um Estado de direito no Brasil:

Ao partido naquele momento interessava o conteúdo da democracia que emanaria daquele processo. Mas importava mais que tudo que a redemocratização ocorresse: esta era a meta prioritária do partido. O PCB acabou optando pelo caminho que lhe parecia mais seguro para a concretização dessa meta. Reafirmou, dessa forma, sua luta prioritária pela redemocratização brasileira – algo que não deve ser desmerecido. (SILVA, 2005. p. 97-98).

Com a inauguração da “Nova República”, os objetivos pelo qual o PCB havia lutado durante os últimos vinte anos de oposição à ditadura pareciam finalmente se concretizar; a posse de um governo comprometido com as forças e propostas democráticas e a conquista de seu registro legal.

A “Nova República” de Tancredo e Sarney foi vista pelo PCB como uma grande vitória política das forças democráticas e oposicionistas, ao contrário do que seria um governo formado por Paulo Maluf e Flávio Marcílio, candidatos derrotados na ocasião. O partido apontava para a necessidade de se manter a unidade das forças democráticas e da frente utilizada no embate contra a ditadura.

O principal objetivo desse período de transição seria, portanto, remover a herança da ditadura, ou seja, era necessária a reconstrução imediata de um Estado de direito. Essa reconstrução passava pelo estabelecimento de uma nova institucionalidade que apenas a formação de

uma nova Constituição Federal poderia estabelecer, uma vez que ainda vigorava a Constituição outorgada em 1967 pelo regime militar.

A vigência dessa Constituição autoritária ameaçaria o processo de consolidação da democracia política, pois legalmente continuavam valendo as regras outorgadas por aquela Constituição. Só a revogação dessa Constituição e a promulgação de uma nova poderiam por fim ao arcabouço jurídico-político legado pela ditadura militar. (MOURA, 2005, p.125).

O partido estava otimista quanto ao processo de redemocratização nacional. Esse otimismo baseava-se no fato de que o partido enxergava na Aliança Democrática, principal responsável por esse processo, a expressão e extensão da frente democrática. O governo da Aliança, para o PCB, era visto como a própria Frente no poder. Isso explicaria o apoio muitas vezes incondicional do partido ao governo de José Sarney e a defesa de seu programa.

Além disso, o PCB vinha de 37 anos de ilegalidade. Durante esse período, passou pelas mais diversas situações, que foram desde a semi-legalidade até a mais violenta forma de repressão, expressada principalmente nos anos de 1974 e 1975, após a morte de seus dirigentes e o forçado exílio daqueles que restaram.

Depois de intensa campanha e negociação pela sua legalização, iniciada agora concretamente em 1980, paralisada pela repressão policial ao VII Congresso em 1981 e retomada em 1983, finalmente chegava o tão sonhado e aguardado momento da legalidade. Esse novo momento histórico trouxe novo ânimo à maioria dos pecebistas, renovando assim as esperanças de uma retomada do poderio do velho partido. Porém, os tempos eram difíceis para o PCB. No dia 08 de maio de 1985, foi promulgada a tão esperada legalização do partido, conforme anunciava o jornal *Voz da Unidade*:

Momento histórico para a democracia: o deputado federal Roberto Freire – PMDB-PE – entrega ao diretor-geral

do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Dr. Geraldo Costa Manso, o manifesto, estatuto e programa do PCB para seu registro legal. Eram 2h45min. Da tarde do dia 8 de maio de 1985. É um momento histórico, diz Freire, pois os comunistas só tiveram dois anos de legalidade em 63 anos de lutas. “Mandarei protocolar imediatamente”, responde o diretor geral do TSE. “O dia 8 de maio é a comemoração da derrota do fascismo na II Guerra Mundial e agora também do fascismo interno, comenta Freire emocionado.”²⁸

Agora legalizado, o PCB passou a se dedicar a sua organização nos moldes exigidos pela lei eleitoral com o intuito de obter sua legalidade definitiva, ao mesmo tempo em que se preparava para sua primeira participação eleitoral desde janeiro de 1947.

Politicamente, o PCB seguiu apoiando o governo Sarney, com única ressalva nos primeiros meses de governo com referência à área econômica que, segundo o partido, estava destoando dos avanços no campo político, avanços como a própria legalização dos PCB, o voto direto etc. Entre 1985 e 1986, praticamente todas as medidas do governo foram defendidas pelos comunistas, que classificavam qualquer tipo de oposição ao governo naquele momento como sendo uma postura “antidemocrática”.

Nas eleições municipais de 1985, o PCB apoiou em quase todo o país candidatos do PMDB ou de outros partidos que formavam a Aliança Democrática, lançando candidaturas próprias em apenas 12 cidades. (SILVA, 2005, p. 103). Um exemplo foi o apoio a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, então do PMDB, nas eleições para a prefeitura da maior cidade do país, São Paulo. Porém, essa postura não foi seguida por toda a esquerda nacional, tendo o PT, por exemplo, lançando candidaturas próprias que, além de tática eleitoral, traduzia a oposição petista à forma como se processava a transição democrática. O PCB:

Analisou a opção do PT por candidaturas próprias [...] da forma mais negativa possível. Abriu-se mais que nunca um fosso entre as duas agremiações. No caso de São Paulo, a candidatura de Eduardo Suplicy a prefeito foi acusada de “divisionista e inconsequente”, como a maioria das

²⁸ *Voz da Unidade*, 1-5-1985.

candidaturas do PT. Os pecebistas criticaram a opção petista pelas candidaturas próprias, afirmando que ela dividia as forças democráticas e favorecia os “fascistas”. (SILVA, 2005, p.103).

O PCB tentava, sem muito sucesso, ampliar seu espaço institucional, porém, os primeiros resultados eleitorais na legalidade foram muito aquém do esperado. A eleição de 1986 ganhava grande significado para o PCB, pois elegia, além de governadores e deputados estaduais, os representantes que escreveriam a nova Constituição nacional, o que era estratégico na concepção e na política pecebista.

Apesar da forte mobilização ao logo do ano, os resultados acabaram sendo extremamente negativos para o partido, que acabou elegendo uma bancada de apenas três deputados federais: Roberto Freire, Fernando Sant’Ana e Augusto Carvalho.

Com essa formação, o PCB participou dos trabalhos da Constituinte, tão valorizada em seus objetivos, extremamente enfraquecida, sem conseguir intervir tão diretamente em seus resultados, apesar da destacada atuação de sua bancada.

O resultado eleitoral era apenas mais um entre os vários aspectos visíveis de uma crise geral – ideológica, organizacional e de representatividade – que o partido vivia, agravada ainda pela crise que o movimento internacional comunista começava a emergir.

Enquanto que no Brasil o PCB conquistava sua tão sonhada legalidade, o que fazia com que suas esperanças em um futuro promissor fossem renovadas, a União Soviética também sofria um processo de reestruturação, que ficou conhecido como *Perestroika*. Após anos de estagnação econômica, a maior expressão do comunismo mundial tentava remodelar sua economia, política e suas idéias. Esse processo influenciara todos os partidos comunistas ao redor do mundo, e não poderia ser diferente com o PCB, que internamente, apesar da legalização, já passava por um processo de enfraquecimento e teria que interpretar corretamente

esse delicado momento histórico, tanto seu quanto do movimento comunista em geral.

2.3: A URSS E A PERESTROIKA

Os anos 80 foram, talvez, a pior década até então para o socialismo dito "real". Além da derrota da URSS no Afeganistão, o comunismo sofreu diversos golpes, na própria União Soviética, após a posse de Mikhail Gorbachev como secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, em março de 1985, e que teve resultados em toda a Europa Oriental.

No ano de 1972, no Afeganistão, a monarquia foi derrubada, monarquia essa que fora vitoriosa nos conflitos do começo do século anterior entre ingleses e russos para controlarem o país por motivos estratégicos. Foi proclamada assim a república, que trouxe um período de grande instabilidade, tanto econômica quanto social.

Durante esse período, iniciou-se uma forte aproximação entre o governo afegão e o governo soviético, que passou a ser responsável pela educação militar no país. O ano de 1978 marcou o início do processo revolucionário, que fora vitorioso, com o apoio maciço da URSS.

Assim como os rebeldes islâmicos, o exército afegão, que defendia uma educação laica e detinha grande conhecimento técnico, começou um levante por todo o país. Em dezembro de 1979, a URSS enviou suas tropas para o Afeganistão para combater essas guerrilhas islâmicas que ameaçavam o governo pró - comunista lá instalado e também para defender seus interesses estratégicos, como abrir espaços pela Ásia e aproximar-se do Oceano Índico para melhorar seu potencial de exportação.

Essa resistência baseada no islamismo começa a ganhar força no embate. Em 1985, após Gorbachev assumir a URSS, os soviéticos retiraram parte de suas tropas do Afeganistão e, em maio de 1988, retiraram o que delas sobrara. O saldo da guerra foram: 15 mil soldados soviéticos mortos, 50 mil feridos, bilhões de rublos gastos e estimativas de um milhão de afegãos mortos, entre civis e militares. As comparações com a guerra do Vietnã, onde os EUA haviam sido derrotados pelos vietnamitas, eram inevitáveis por todo o mundo, mesmo com as justificativas de Gorbachev, conforme exposto nesta entrevista publicada na *Voz da Unidade*, que em

certa medida nos mostra o quanto a direção pecebista também apoiava essas idéias:

Atendemos, à certa altura, ao pedido do governo do Afeganistão e enviamos temporariamente lá um contingente militar para ajudá-lo. Sem dúvida, não tencionamos ficar lá para sempre. E é pouco provável que o povo afegão e o seu governo concordassem com isso. Defendemos a regularização política em torno do Afeganistão. [...] Isso implicará simultaneamente na solução do problema da retirada das tropas do Afeganistão. Pronunciamo-nos por um Afeganistão independente. E quero reafirmar que não temos nenhum desígnio expansionista em relação ao Afeganistão. Isso deve ficar claro para todo o mundo. (*Voz da Unidade* de 28-11 a 4-11 de 1985.)

Quem assumiu o controle do poder no Afeganistão foi o *Taliban*, que recebia completo apoio dos EUA e de suas agências. Em 2001, após os atentados terroristas de 11 de setembro contra as torres gêmeas do *World Trade Center*²⁹, os Estados Unidos lutaram novamente dentro do Afeganistão, mas dessa vez para tirar do poder aqueles que um dia haviam sido seus aliados e que haviam recebido apoio político e financeiro, tanto bélico quanto estratégico, ou seja, lutaram contra suas próprias armas.

Tivemos também, nessa época, a crise do petróleo a partir de 1973, quando o preço do barril passou de USD 2,53 para USD 40,00 em média, após a revolução iraniana de 1979, fazendo com que a União Soviética, então importante produtora de petróleo, levasse para suas divisas bilhões de dólares.³⁰

Mesmo com os problemas citados, os avanços tecnológicos na área industrial e militar, a constante elevação de vida da população soviética durante os anos 60 e 70, aliados a um aumento da influência e consolidação da URSS como grande potência mundial, encobriam graves contradições não resolvidas na economia e no sistema soviético durante a década de 70. Ainda assim, nenhum especialista ocidental, os chamados

²⁹ Importante centro financeiro de Nova York. Era considerado um mais importantes símbolos do capitalismo norte-americano.

³⁰ RODRIGUES, 2006, p. 155.

“soviétólogos”, previu, nos anos 70, que uma década depois a URSS sofreria um colapso.

A partir da década de 70, os países soviéticos começam a ficar para trás na competição econômica e tecnológica com o Ocidente, ficando evidente que algo estava errado com sua economia. O período Brejnev foi considerado posteriormente com a “era da estagnação” pelos reformadores. Durante esse período, o regime desistiu de fazer qualquer tentativa séria para reverter a desaceleração do ritmo de crescimento da renda nacional.

O próprio Brejnev apontava alguns problemas na economia soviética, porém mantinha a confiança em um futuro promissor para a URSS, conforme publicação de depoimento reproduzido no Brasil pelo jornal *Voz da Unidade*:

As causas objetivas que travam os ritmos do crescimento foram agravadas por falhas do trabalho. Cabe reconhecer, francamente, não se conseguiu elevar ainda ao nível das exigências modernas a qualidade do funcionamento do mecanismo de direção e planificação, os métodos de administração e a disciplina no cumprimento das tarefas. Isto tem dificultado a passagem da economia nacional para um nível de desenvolvimento intenso e eficaz. Gostaria de sublinhar que, apesar disso, o nosso país entra nos anos 80 com um poderoso potencial econômico, tecnológico e científico, e com quadros altamente qualificados. Encararemos o futuro com confiança³¹.

Após uma análise de diversas fontes, tanto ocidentais quanto soviéticas, Rodrigues chega à seguinte conclusão:

Assim, é possível constatar, por quaisquer que sejam as fontes utilizadas e independentemente da qualidade dessas estatísticas, a tendência à desaceleração do crescimento da renda nacional soviética a partir da década de 70, tenha-se ou não chegado a estagnação. Seja por fontes oficiais soviéticas seja por fontes ocidentais, pode-se concluir que a URSS atravessava sérios problemas econômicos já no início dos anos 80, que iria impor a necessidade urgente da *Perestroika* de Gorbachev. (RODRIGUES, 2006, p. 163.)

³¹ *Voz da Unidade* de 31-10 a 06-11 de 1980.

A plenária do comitê central do PCUS, realizada em 1985, apontava como causadores da crise: o atraso tecnológico; o desperdício crescente de matérias-primas e energia; a baixa qualidade de muitos produtos industriais, o que acarretava uma perda de competitividade com o mercado mundial, e a queda dos rendimentos dos investimentos.

O processo conhecido como *Perestroika* (reestruturação) teve seu início com a nomeação para secretário-geral do PCUS de Mikhail Gorbachev no dia 11 de março de 1985, após a morte de Konstantin Chernenko, porém suas causas vinham da própria crise estrutural pela qual vinha passando todo o socialismo.

Segundo Gorbachev, foram duas as principais razões para iniciar esse processo: a desaceleração econômica da URSS nas últimas décadas e o crescente hiato tecnológico existente em relação aos países ocidentais. O próprio Gorbachev escreveu que:

Analizando a situação, primeiro descobrimos uma diminuição do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional caiu para mais da metade e, no início dos anos 80, chegara a um nível próximo da estagnação econômica. Um país que antes estivera alcançando rapidamente as nações mais avançadas do mundo, agora começava a perder posição. Além disso, o hiato existente na eficiência da produção, na qualidade dos produtos, no desenvolvimento científico e tecnológico, na geração da tecnologia avançada e em seu uso começou a se alargar, e não a nosso favor. (GORBACHEV, 1987, p. 17)

Em sua primeira fase de desenvolvimento, a economia industrial soviética utilizou o modelo extensivo de produção, na qual elevadas taxas de crescimento eram asseguradas pela incorporação de novos e amplos contingentes de trabalhadores e pelos elevados recursos investidos em meios de produção e insumos. As inovações técnicas e os ganhos de eficiência na produção tinham uma importância diminuta.

Tornou-se característica de muitos de nossos dirigentes econômicos pensarem nas mais diversas maneiras de usar mais material e horas de trabalho num item, para vendê-lo, por um preço mais elevado, em vez de se dedicarem a promover o crescimento efetivo da economia nacional. Consequentemente, mesmo com todo o rendimento bruto, havia falta de bens. Gastamos, e na verdade ainda estamos gastando, muito mais em matérias-primas, energia e outros recursos por unidade produzida do que outras nações desenvolvidas. A riqueza de nosso país em termos de recursos naturais e de mão-de-obra nos viciou e podemos dizer que até nos corrompeu. Na verdade, esta é a principal razão que possibilitou o desenvolvimento amplo de nossa economia durante décadas. Estamos acostumados a dar prioridade ao fator quantitativo da produção, tentamos controlar as taxas decrescentes do crescimento, mas o fizemos principalmente aumentando os gastos de modo contínuo. (GORBACHEV, 1987, p. 18)

Enquanto a URSS construía novas empresas com enormes recursos, desprezando a modernização técnica nas empresas já existentes e seu inevitável aumento de produtividade, as empresas nacionais, por consequência, permaneceram no mesmo patamar tecnológico durante décadas, não apresentando competitividade no mercado mundial.

Na década de 70, portanto, a União Soviética enfrentava um sério atraso tecnológico nos setores de ponta da economia mundial, como a robótica, informática, telefonia etc. O mundo ocidental, após os anos 60, obteve uma rápida transição do modelo *fordista eletromecânico* para a “produção enxuta” e flexível, começando assim uma nova corrida tecnológica, onde as indústrias e máquinas soviéticas foram se tornando obsoletas, onde a rotina imperava ao invés das inovações tecnológicas.

Como demonstrarei na tabela de índices oficiais de crescimento anual médio da economia da URSS de 1928 a 1985, a União Soviética, em termos macroeconômicos, teve altos índices de crescimento até a década de sessenta e começou a desacelerar sua economia progressivamente até os anos oitenta:

Índices oficiais de crescimento anual médio da economia da URSS:

1928-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985
10,8%	10,3%	7,2 %	5,7 %	4,3%	3,2%

Fonte: SEGRILLO, 2000b, p.10.

Os índices de crescimento econômico da URSS foram diminuindo na medida em que no Ocidente foi se realizando a chamada *Terceira Revolução Industrial*, ou *Revolução Científico - Técnica*, como ficou conhecida nos países socialistas. Essa Revolução trouxe consigo diversas modificações nos paradigmas de desenvolvimento industrial do mundo, como a substituição do fordismo por formas de produções mais flexíveis, como o toyotismo, por exemplo. A URSS, por sua vez, estava em constante disputa com o Ocidente capitalista, e essas mudanças trouxeram uma série de reflexos para suas estruturas.

O fordismo, modo de produção dominante nas décadas de 30, 40, 50 e parte da década de 60, tinha princípios básicos semelhantes ao da própria estrutura do sistema soviético, como: estandardização, rigidez, forte hierarquização no comando e na economia de escala.

O modelo de industrialização soviético dos anos 30 foi montado em uma época em que o fordismo se impunha como o paradigma de produção mais eficiente em escala mundial. Houve uma tendência natural à incorporação de alguns de seus elementos ao modelo de industrialização soviético. (SEGRILLO, 2000a. p.86)

A partir da década de 60, os soviéticos tiveram de buscar uma maior flexibilização de sua produção, como o toyotismo japonês, por exemplo, que além de maior flexibilidade, tinha como paradigma uma grande ênfase na qualidade, o que era completamente estranha ao sistema da URSS. Com isso, os soviéticos se encontraram em constante contradição entre adaptar sua economia a esses padrões flexíveis da chamada *Terceira Revolução* e manter o controle político rígido do processo.

Já em meados da década de 60, o então primeiro ministro Kosygin tentou implantar uma série de reformas que ficaram conhecidas por seu nome. Essas reformas tinham por objetivos descentralizar a economia e dar, conseqüentemente, maior autonomia às unidades produtivas. Após uma série de fracassos, suas reformas não se efetivaram e acabaram sendo abandonadas menos de dois anos depois de implantadas.

A URSS obteve imensos avanços técnicos e científicos desde os anos 30, aproximando-se e ultrapassando diversos países capitalistas industrializados até a virada dos anos 60 para a década de 70; porém, após esse período, ela começou a estagnar tecnologicamente, ficando novamente para trás na concorrência mundial. A rápida reconversão da indústria ocidental, em contraste com a rotina e o envelhecimento do equipamento industrial soviético, fez com que os produtos da URSS não apresentassem competitividade no mercado externo, além, é claro, do eterno boicote dos ocidentais a maioria dos produtos russos.

Estudos realizados apontavam que, em 1990, a indústria da informática soviética parecia ter acumulado um atraso de vinte anos quando comparada às indústrias americanas e japonesas. No final da década de 80, apenas 35% das grandes empresas soviéticas tinham computadores, contra quase 100% nos EUA e Japão. (RODRIGUES, 2006, p. 174).

A partir da década de 70, a União Soviética, que se propunha a rivalizar com os norte-americanos nos mais variados terrenos, passou também a ser dependente deles em uma área decisiva e essencial para a reconversão de seu sistema econômico: a área dos microprocessadores e da informática em geral.

Ao contrário do que ocorria nos países capitalistas, na URSS, as principais decisões estratégicas, tanto macro quanto microeconômicas, eram realizadas por meio de um planejamento centralizado. Era o *Gosplan* (comitê de planejamento) que estabelecia os diversos planos para a economia. Devido a isso, não é difícil imaginar que o espaço para uma autonomia e para iniciativas próprias das unidades produtivas espalhadas por toda URSS era extremamente limitado, uma vez que suas metas já eram entregues completamente prontas dos órgãos superiores, ou seja, "de

cima". As empresas, então, preocupadas em atingir suas metas quantitativas do programa, ou seja, a cota de artigos produzidos, deixavam de investir na qualidade desses produtos.

No capitalismo, a busca desenfreada por maiores lucros e a livre concorrência são os fatores que funcionam como elementos motores da economia e da inovação. No "socialismo real", o estímulo era oriundo da *rivalidade interburocrática*, definida por Rodrigues como a competição por privilégios materiais, poder e prestígio somente entre as alas da burocracia.

O estímulo oriundo da rivalidade interburocrática parece ter sido inócuo quando comparado à concorrência capitalista voltada para a obtenção de taxas de lucro mais elevadas. [...] Em um sistema que estava voltado para a quantidade e que não sofria pressão suficiente para a elevação da qualidade, não existiam, portanto, estímulos para a inovação tecnológica. Ao não ter a concorrência de outras empresas, nacionais ou estrangeiras, para conseguir vender no mercado, já que trabalhavam na verdade para os ministérios, as empresas soviéticas não estavam submetidas a qualquer pressão para racionalizar os processos, desenvolver tecnologia própria, implantar inovações técnicas e elevar a qualidade dos produtos. (RODRIGUES, 2006, p. 185).

Seria interessante traçar um comparativo entre as indústrias japonesas e soviéticas nesse período. Ambas, a princípio, importavam tecnologia norte-americana, porém, as indústrias japonesas, em menos de dez anos, já produziam componentes eletrônicos com tecnologia própria, enquanto que as soviéticas adentraram a década de 90 sem a incorporação dessa tecnologia.

O ritmo tecnológico da indústria soviética era ditado pelos procedimentos de aquisição de equipamentos necessários ao setor militar, fruto, obviamente, da Guerra Fria. Porém, dos inúmeros avanços tecnológicos obtidos e aplicados com grande êxito no complexo militar, poucos foram revertidos em prol da sociedade no conjunto da economia. Mesmo assim, o complexo industrial-militar soviético absorvia o que de

melhor existia na sociedade em termos de cérebros, ciência, tecnologia e equipamentos.

Michael Kalecki defendia também que não existia mais a mesma motivação e envolvimento dos trabalhadores com o regime e com o processo produtivo como houvera em outros tempos. Em 1942, o economista escreveu o seguinte:

Nenhum governo socialista pode esperar ter êxito se não contar com toda uma sociedade impregnada do sentimento de desenvolver em ritmo intensificado, e principalmente se não contar com a auto-confiança dos trabalhadores. (...) É impossível criar tal mobilização por meios artificiais – ela só é estimulada pela propaganda se existir alguma base real (KALECKI apud BLACKBURN, 1993, p.210)

Kalecki supunha que tal mobilização não se sustentaria por mais de dez ou vinte anos e propunha então, já nessa época, uma participação maior dos trabalhadores com a criação de planos que priorizassem os investimentos em indústrias de bens de consumo.

Gorbachev apontava que estava ocorrendo não só um processo crescente e generalizado de desmotivação e desinteresse em relação ao trabalho, mas também um certo apolicismo dentro da sociedade soviética:

Trabalhadores, agricultores e intelectuais, funcionários do partido a nível central e local começaram a analisar a situação do país. Havia uma crescente conscientização de que não se podia continuar daquele modo por muito tempo. A perplexidade e indignação jorraram quando se percebeu que os nobres valores nascidos com a Revolução de Outubro e a luta heróica pelo socialismo estavam sendo pisoteados. Todas as pessoas honestas viam com amargura que o povo estava perdendo seu interesse nos assuntos sociais, que o trabalho não mais possuía seu status de respeitabilidade, que o povo, principalmente os jovens, perseguia o lucro a qualquer custo. (GORBACHEV, 1987, p.24)

Outra importante discussão sobre as causas do colapso do socialismo real é sobre os gastos com a defesa soviética. Alguns autores,

como Castells e Kiselvova, defendem que a URSS exercia uma prioridade exagerada ao poderio militar e à defesa, sendo que o enorme custo gerado em consequência dessa prioridade teria se tornado, com o tempo, um fardo insuportável para sua economia.

Castells e Kiselvova defendiam que, apesar da clara disposição de colaborar dos dirigentes soviéticos em relação à teoria da coexistência pacífica que, como vimos anteriormente, era muito reproduzida pelo PCB, a construção de um poderoso arsenal de dissuasão, desde a década de 30 e após a Segunda Guerra Mundial a um custo econômico altíssimo, contribuiu sobremaneira para o esgotamento da economia soviética. (RODRIGUES, 2006, p. 193.)

Segrillo, por sua vez, discordava dessa tese, afirmando que:

A questão do “fardo dos gastos militares” na economia soviética tem que ser vista dentro dos diferentes contextos históricos. Um alto nível de gastos militares não representa automaticamente desaceleração econômica. Tudo dependerá de como esta “economia de guerra” se encaixa no modelo econômico geral do sistema. (SEGRILLO, 2000a, p.133)

O fato é que, a meu ver, as iniciativas concretas de agressão militar no século XX não partiam da URSS e seus aliados, e sim das potências capitalistas. A idéia de dois blocos igualmente agressivos não condiz com as invasões de exércitos estrangeiros na URSS, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o início da fabricação de armas nucleares etc.

O início da Guerra Fria e busca da paridade nuclear não foi uma escolha voluntária da URSS, mas sim uma corrida desesperada contra o tempo para não ver varrida do mapa pelo monopólio da tecnologia nuclear por parte dos EUA. Ao contrário do que sempre pregaram os apologistas ocidentais da Guerra Fria não partiu da URSS a corrida armamentista logo após a Segunda Guerra, até porque a URSS estava debilitada demais para dar continuidade a um novo conflito. (RODRIGUES, 2006, p.194)

Como foi citado anteriormente, para Segrillo as despesas militares não eram fardo para a economia soviética e não explicavam, por si só, a desaceleração econômica da URSS. Para ele os gastos militares devem ser analisados em diferentes contextos históricos. Porém, vale ressaltar que a desaceleração da economia inicia-se a partir da década de 70.

Gastos em defesa elevadíssimos, que puderam ser aceitáveis em períodos de crescimento da economia, já não podiam sê-lo em uma situação distinta, de desaceleração econômica. Mesmo com o fato de que foi o Ocidente que sempre iniciou as agressões e que esses gastos, em certa medida, eram necessários, os imensos investimentos para desenvolvimento e construção de mísseis atômicos, aviões, submarinos, silos e bases para lançá-los, bem como para manter um exército regular de milhões de soldados, tudo isso desviava recursos necessários para a modernização tecnológica do conjunto da economia e o atendimento de novas demandas da sociedade soviética.

De acordo com estudos americanos, em termos absolutos, os gastos com defesa das duas potências eram equivalentes. Porém, como a renda nacional da URSS na década de 80 era aproximadamente metade da dos EUA, os gastos soviéticos na área gerava uma carga elevada ao seu PIB, conforme tabela:

Gastos militares das duas superpotências em 1985 (USD)

1985	PIB (UDD trilhões)	Despesas militares (USD bilhões)	% do PIB
EUA	4,2	265,8	6,0
URSS	2,1	277,2	13,0

Fonte: RODRIGUES, 2006, p. 197³²

³² Tabela montada a partir de dados da *United States Arms Control and Disarmament Agency*, USACDA e *World Military Expenditures and Arms Transfers*, WMEAT

Gorbachev, portanto, via como tarefas fundamentais para o desenvolvimento da União Soviética resolver o problema da desaceleração econômica e do crescente hiato tecnológico com os países ocidentais.

Um ano antes de assumir o cargo de secretário - geral do PCUS, Gorbachev já defendia idéias como a intensificação da economia, a aceleração do progresso técnico, uma reestruturação das formas e métodos de gerenciamento econômico e uma maior transparência política (*Glasnost*). Foram justamente esses ideais que fizeram com que assumisse tão importante cargo dentro da URSS.

Ao assumir o cargo de secretário - geral do PCUS, Gorbachev tinha como principal preocupação a situação econômica do país, sendo que a palavra de ordem dos primeiros meses de *Perestroika* era *uskorene*, que significa aceleração. Ele achava de suma importância acelerar o progresso técnico - científico. Apenas no ano seguinte, em 1986, após apurar uma falta de resultados no âmbito econômico, ele passou para o lado político também da renovação, apontando para a necessidade de uma maior transparência (*glasnost*) por parte do partido. Dizia Gorbachev, em matéria publicada no semanário *Voz da Unidade* de outubro de 1985 com a manchete *Dobraremos a produção nacional nos próximos quinze anos*:

A reestruturação da economia e a concentração dos investimentos do capital nas direções prioritárias do desenvolvimento da economia nacional prosseguirão com maior energia que no passado. [...] Serão incrementadas a ritmo acelerado as indústrias metal-mecânica, química, eletrônica e eletrotécnica, será aumentada a produção de máquinas e equipamentos e materiais das últimas gerações, bem como a aplicação de materiais e tecnologias progressistas. Para os próximos quinze anos está previsto criar um potencial econômico aproximadamente equivalente, por suas proporções, ao acumulado em todo o período anterior da existência do poder soviético, aumentando quase no dobro o rendimento nacional e o volume de produção industrial. (*Voz da Unidade* de 19-10 a 25-10 de 1985).

A *Perestroika* pode ser dividida em diferentes fases³³: de 1985 a 1987, uma fase de "descentralização socialista"; em 1988, uma fase de transição com intensas disputas políticas; 1989 e início de 1990, a fase da "economia de mercado", quando se iniciaram os preços por oferta e procura, a propriedade privada e o trabalho assalariado; e de fim de 1990 e 1991, a fase da "desintegração e restauração capitalista".

Os primeiros meses de reformas ficaram mais no discurso do que na prática, pois não houve mudanças muito substanciais. Em abril de 1985, Gorbachev lançou idéias gerais de sua política econômica, por meio da qual, além da já citada aceleração econômica, ele buscava o uso mais eficiente dos recursos já existentes em toda URSS e queria dar maior autonomia decisória às empresas. Ele tinha a idéia de descentralizar no sentido de dar esse maior poder de decisão às empresas socialistas e com isso diminuir a crescente burocratização socialista. É importante ressaltar que, até então, em nenhum momento o socialismo fora posto em dúvida como o melhor caminho político para a URSS se desenvolver plenamente.

Entre os dias 25 de fevereiro e seis de março do ano seguinte, foi realizado o XXVII Congresso do PCUS, onde foi confirmada e aprovada a política da *Perestroika*. A direção do Comitê Central do partido foi renovada, sendo que Gorbachev conquistou uma base sólida de apoio político com a entrada de novos dirigentes abertos às suas idéias de renovação do socialismo.

Mais tarde, no dia 19 de novembro, o Soviete Supremo aprovou importante lei "sobre a atividade de trabalho individual", por meio da qual legalizou o trabalho privado individual, em tempo integral, para aposentados e, fora de expediente, para outros trabalhadores. A abrangência era geral e acabou legalizando trabalhos que já existiam, como de encanadores, de eletricitistas etc, só que agora particulares. É importante ressaltar que ainda não havia sido liberada a livre contratação de trabalho assalariado de terceiros, ou seja, a contratação de trabalhadores fora do âmbito estatal.

³³ SEGRILLO, 2000, p.17

Um decreto do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros, em 13 de janeiro de 1987, permitia a instalação de empresas estrangeiras no país (empresas mistas), contanto que 51% delas permanecessem no lado soviético. Mesmo com a instalação de uma loja da rede McDonald's no centro de Moscou, o capital estrangeiro a princípio não se interessou muito em investir na URSS, pois, além de não poder ter maioria nas empresas, o rublo ainda não era uma moeda conversível, ou seja, livremente cambiável pelo dólar, o que dificultava os investimentos estrangeiros. Só para ilustrar melhor essa dificuldade, até 1988, o capital estrangeiro investido na URSS era de um bilhão de dólares contra vinte bilhões investidos na mesma época na China³⁴.

Até o primeiro semestre de 1987, como notamos, houve poucas mudanças na prática, mas havia muitas intenções de aprofundamento das reformas. Gorbachev via na *Glasnost*, ou seja, na maior transparência das relações partidárias, um dos fatores essenciais para se promoverem grandes mudanças estruturais, tanto no campo econômico quanto no sistema soviético em geral.

Durante uma reunião plenária do Comitê Central, em 26 de junho, decretou-se a “regulamentação básica para a reestruturação radical da administração da economia” ou simplesmente *Osnovnye Polozheniya*³⁵. Essa regulamentação básica buscava medidas para o autofinanciamento das empresas e mais poderes descentralizados para as autoridades locais. Com ela, o planejamento central passaria a ser mais indicativo do que diretivo, ou seja, indicaria um plano, mas deixaria as empresas livres para qualquer modificação na produção. Havia também, dentro desse plano, a possibilidade de empresas estatais que se tornassem deficitárias, declararem falência.

O ano de 1987 se encerraria com promessas de um maior aprofundamento da *Perestroika*. A imprensa soviética da época se agitava, e, cada vez mais, eram divulgadas reportagens e notícias do período stalinista e os problemas do sistema eram discutidos francamente.

³⁴ GORENDER, 1992, p.57

³⁵ SEGRILLO, 2000, p.25

Até o fim desse ano, como vimos, as reformas da *Perestroika* encontravam-se ainda nos limites do socialismo: as empresas estatais mudaram (autofinanciamento, maior importância do lucro etc), mas continuavam sendo propriedades do Estado; a lei do trabalho individual permitia a atividade não estatal, mas não liberava a livre contratação de mão-de-obra assalariada. Gorbachev tinha em mente que a busca pela descentralização tornaria o sistema soviético mais eficiente e insistia no *slogan* várias vezes reproduzido: *Mais Democracia, mais Socialismo*. Após acirradas disputas políticas no ano seguinte, essas posições aos poucos foram se alterando, e a *economia de mercado*, como veremos adiante, passará a ser a principal palavra de ordem da *Perestroika*.

Mesmo com as diversas modificações realizadas na URSS durante o período citado, a economia não correspondia. Os crescimentos econômicos anuais de 1986 e 1987 haviam sido 2,3% e 1,6% respectivamente. Depois de passar as experiências descentralizadoras de caráter localizado para generalizado, ou seja, depois que o governo deixou de testar as novidades em poucas empresas e passou a adotar as medidas para todas as unidades produtivas, diversos desacordos e desencontros surgiram no aparelho produtivo soviético. A principal dúvida das empresas era até que ponto elas deveriam seguir o planejamento central.

Em 1988, economistas mais reformistas, como G. Popov e N. Shmelev, defendiam mudanças também no sistema de preços. Ao invés de o governo manter os preços fixos administrativamente, esses economistas defendiam a implantação da lei de oferta e procura. Suas idéias eram de criar uma verdadeira “economia de mercado” ao invés de manter apenas os melhoramentos administrativos.

Até 1987, os membros do *Politburo*³⁶ mantinham-se sobre o controle de Gorbachev, e, a partir do ano seguinte, os setores mais à direita com os setores mais à esquerda começaram a entrar em conflito e a criar divisões.

³⁶ *Politburo*: uma das principais estâncias de poder na URSS. Alguns autores, como Segrillo, defendem que essa, na realidade, era a estância máxima de poder soviético, pois ele controlava o PCUS, o Soviete Supremo e o Conselho de Ministros.

Havia, dentro do *Politburo*, dois pólos extremos: um liderado por Yegor Ligachev e outro por Aleksandr Yakovlev.

Ligachev manteve uma posição contrária ao reformismo extremo. Como a maioria dos membros do PCUS, a princípio ele foi a favor da *Perestroika*, porém se preocupou quando notou que ela estava fugindo dos princípios básicos do socialismo. Ele foi rapidamente tachado pela imprensa como “reacionário stalinista”, mas, mesmo com o posterior apoio de grupos stalinistas, ele nunca se considerou de fato um stalinista. Ligachev era engenheiro e foi membro do *Politburo* de abril de 1985 até julho de 1990. Ele sempre teve importante influência na organização interna do partido, porém, após sua derrota política interna, ele passou a ser apenas o secretário da agricultura do PCUS.

Ao contrário de Ligachev, que defendia as mudanças desde que elas não pusessem em risco o partido e o próprio socialismo, Yakovlev, que havia sido embaixador no Canadá durante dez anos (1973 a 1983), ou seja, estivera durante todo esse tempo em contato direto com o Ocidente, este defendia um maior aprofundamento na reestruturação e, inclusive, a implantação da economia de mercado, ou “socialismo de mercado”, como inicialmente era chamada. O resto do *Politburo* oscilava entre esses dois pólos, sendo que, em outubro de 1988, ele era formado por 12 membros.

A partir de 1988, o controle do processo de renovação começou a sair do controle partidário. Com a intensificação da *glasnost*, começaram a sair, nos jornais, inúmeras idéias de um maior aprofundamento nas reformas, como a implantação da lei de oferta e procura (até então não se falava em capitalismo). Além disso, a imprensa continuava fazendo várias notícias sobre o passado stalinista.

Mas as críticas vinham não só da direita como também da esquerda. Em 13 de março de 1988, foi publicada, no jornal *Sovietskaia Rosia*, uma carta de Nina Andreeva com o título “Não podemos abrir mãos de nossos princípios”. Essa carta, onde ela defendia que os constantes ataques a Stálin eram uma maneira de tirar o país do rumo socialista, simbolizava a existência de uma oposição à *Perestroika* dentro da própria URSS, mesmo

ela admitindo que as críticas a Stálin tinham respaldo social. Ela escrevia que:

Das conversas longas e francas com os interlocutores jovens tiramos conclusões tais que os ataques contra o Estado de ditadura de proletariado e aos dirigentes de então têm não apenas causas políticas, ideológicas e morais, mas também base social³⁷.

As forças pró – Stalin, mesmo sendo minoritárias, apresentavam forte resistência ao revisionismo. Andreeva, que era professora de química no Instituto Tecnológico de Leningrado, ganhou fama mundial com a publicação de seu artigo em diversos países e posteriormente liderou uma corrente denominada *Unidade*, que tinha certas heranças políticas de Stálin.

No verão de 1988, ocorreu a XIX Conferência do PCUS e o *Plenum* do Comitê Central, onde Gorbachev defendeu uma maior separação entre o governo e o partido na economia. Em 26 de maio, foi aprovada a “lei sobre a cooperação na URSS”, que englobava a criação de empresas cooperativas, com um mínimo de três sócios, independentes do governo, ou seja, não estatais. Foi permitida também a livre contratação de mão de obra.

Conforme verificamos, o movimento comunista internacional, com a implementação da *Perestroika* na União Soviética, estava passando por um delicado momento. O PCB, nesse período, também estava passando por problemas, como as cisões internas, o longo período de ilegalidade, além da repressão causada pela ditadura. Analisaremos agora como o PCB enxergava este momento da política externa, como era sua interpretação do complexo momento pela qual passava seu principal espelho, e URSS.

³⁷ ANDREIEVA, Nina. et al. Não podemos abrir mão dos nossos princípios. *Revista Princípios*, São Paulo, n.17, p.11, 1989.

2.4: ANÁLISE PECEBISTA DA CRISE SOVIÉTICA

Como foi citado anteriormente, além da descentralização socialista soviética, na década de 80, o PCB estava tendo pouca inserção social. Prestes havia se desligado do partido, vários intelectuais da corrente "renovadora" aderiram a outros partidos como o PT, o PDT e o PMDB, e a falta de uma existência legal, perdida em 1947, era apontada pela direção como uma das principais causas dessa pequena influência que o partido estava exercendo junto à classe operária e à sociedade como um todo.

Porém, no dia oito de maio de 1985, o PCB foi registrado no Diário Oficial da União, conquistando assim a sua tão sonhada legalidade. Sua política, implantada nesse momento histórico do partido, era a de "Frente Democrática", que apoiava o governo Sarney, no início, como elemento fundamental para acabar com a ditadura militar que há tantos anos assolava o país.

Nas eleições municipais de 1985, seguindo essa linha política, o PCB apoiou a Aliança Democrática, engrossando as candidaturas do PMDB em todas as capitais e em algumas outras cidades consideradas estratégicas. Em São Paulo, por exemplo, o partido fez campanha para o então candidato Fernando Henrique Cardoso, que perdera aquelas eleições para Jânio Quadros, e elegeu apenas um vereador na cidade (Luiz Tenório de Lima).

Já no ano seguinte as eleições para o Congresso em 1986 eram de suma importância para o partido, já que definiriam aqueles que formulariam a nova Constituição brasileira, uma vez que a vigente até então havia sido implementada em meio à ditadura militar. O resultado não poderia ser pior, pois o PCB elegeu apenas três deputados federais, a saber: Roberto Freire por Pernambuco; Sérgio Arouca pelo Rio de Janeiro e Fernando Sant'ana pela Bahia. Como dado comparativo, o PC do B, por exemplo, nas mesmas eleições, elegeu o dobro de parlamentares (seis) que o PCB. Diante da evidente derrota eleitoral, foi necessário realizar uma convocação para a execução de um congresso extraordinário para o ano seguinte.

Com isso, em 1987, foi realizado, em caráter extraordinário, o VIII Congresso do PCB nos dias 17, 18 e 19 de julho. Esse encontro tinha por objetivo discutir questões táticas e eleger uma nova diretoria. Durante esses dias, o PCB decidiu não mais apoiar totalmente o governo Sarney, mas continuou com sua política de frente democrática, que significava o universo de forças interessadas na democracia. Sobre essa questão, o documento afirmava que:

[...] na transição, tal como a compreendemos, vem-se cumprindo a tarefa do encaminhamento da democratização. Ela estabeleceu uma situação positiva para as lutas das forças progressistas e populares, principalmente para a classe operária e as massas trabalhadoras. Esses avanços não podem ser desvinculados da ação do governo Sarney - uma das expressões orgânicas da transição - que, com limitações, tem mantido os compromissos com as propostas democráticas e de mudanças que lhe deram origem e tem assegurado, no essencial, um clima de liberdades. Mas [...] o governo Sarney possui contradições, que explicam também suas tentativas de limitar o processo de transição e de mudanças. [...] O governo Sarney, enquanto fugir à sua missão original, não contará com o apoio dos comunistas.³⁸

Nesse Congresso, a direção admitiu sua pouca inserção no movimento de massa e no operário, reconhecendo assim a latente debilidade do partido. Porém em nenhum momento foi colocada em dúvida a sua velha estrutura organizacional de modelo marxista-leninista dogmático. Foram eleitos ainda para presidente e vice-presidente Salomão Malina e Roberto Freire, respectivamente.

O Partido, analisando as questões internacionais, considerou as transformações que vinham ocorrendo na URSS como um aprimoramento do sistema socialista, um aprofundamento democrático da Revolução de 1917. Antes até de se iniciar o processo da *Perestroika*, nos documentos do VII Congresso, concluídos em 1984³⁹, o PCB afirmava que:

³⁸ DOCUMENTOS APROVADOS PELO 8o. CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCB, São Paulo, *Novos Rumos*, 1987, p. 3

³⁹ O VII Congresso do PCB começou a ser realizado em dezembro de 1982 em São Paulo, sob comando de Giocondo Dias. Porém, no início de suas atividades, houve uma invasão

Nos países socialistas, aumenta o bem estar das massas, alcançam-se novas conquistas sociais. Aprofunda-se a democracia: milhões de cidadãos incorporam-se à direção e ao controle da economia e do Estado e participam ativamente da vida social. [...] A divisão socialista do trabalho avança. As diversas nacionalidades convivem cada vez mais em pleno respeito pela cultura de cada uma.⁴⁰

Conforme verificamos, o discurso oficial pecebista era completamente atrelado ao discurso oficial soviético, pelo menos no que se referia às questões internacionais. Demonstrarei que, na medida em que o processo de reestruturação da URSS se aprofundava, o PCB, em seu jornal *Voz da Unidade* e em seus documentos oficiais, praticamente reproduzia todo o discurso soviético sobre o assunto.

No semanário *Voz da Unidade*, em outubro de 1985, o PCB anunciava que Gorbachev iria dobrar a produção soviética nos quinze anos seguintes⁴¹. Reproduzindo alguns trechos do relatório apresentado pelo secretário - geral do PCUS, no Plenário de seu Comitê Central de 15 de outubro, o jornal noticiava o início do período de reestruturação com grande euforia. Nessa época era extremamente normal esse tipo de análise, pois era um fato evidente que o sistema soviético precisava de reformas devido ao seu baixo índice de crescimento anual e ao hiato tecnológico existente em relação aos países ocidentais, como foi explicado neste mesmo capítulo.

Nos anos seguintes, o PCB continuou o seu apoio à política adotada na URSS. Em 1986, durante os festejos do 69o. aniversário da Revolução Russa, o jornal publicou uma reportagem denominada *Mudança e Democracia*⁴², onde exaltava as mudanças qualitativas ocorridas na URSS até então nos campos econômico, político e cultural. O jornal afirmava que:

dos órgãos de segurança do local, impedindo assim a sua realização. Devido aos acontecimentos, o Congresso só foi terminado no ano de 1984. (PANDOLFI, 1995, p.222)

40 UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA PARA A CRISE BRASILEIRA. 1984, *Novos Rumos*, p. 50 - 51.

41 *Voz da Unidade*, 19 a 25-10-85.

42 *Voz da Unidade*, 11-86.

A história da União Soviética não tem registrado, desde a época de Lênin, processos democráticos tão intensos como os verificados presentemente. [...] Para nós, as reformas que se realizam no país adquirem um caráter revolucionário.

[...] Todos os soviéticos sentem hoje o vento fresco das mudanças. O país vive um período de reformas. As dificuldades são ainda muitas, o que, de resto, é normal. A linha política é correta e apoiada pela maioria esmagadora do povo.⁴³

Nesse ano, realmente a *Perestroika*, que estava ainda em sua fase de descentralização socialista, vinha conquistando importantes vitórias, como a de Gorbachev, que renovou a seu favor a maioria da direção do Comitê Central. Porém, como já vimos, o PCUS não havia ainda exercido grandes mudanças estruturais na URSS e estava ainda "divulgando" suas idéias para a população.

Em seu VIII Congresso (1987), então, o PCB reafirmou essa política internacional que já estava sendo divulgada em seu jornal. A direção do partido ressaltou a importância da política interna e da externa adotadas pela URSS para o desenvolvimento do país e para a paz mundial, respectivamente. Os documentos aprovados nesse Congresso afirmavam que:

[...] a União Soviética e os demais países socialistas, cujo prestígio e influência entre as massas trabalhadoras, a intelectualidade e os democratas em geral se elevam a novos patamares com as reformas internas e a nova política externa que vem pondo em prática⁴⁴.

A todo momento, como também era comum nos documentos soviéticos, a direção apontava para grandes êxitos obtidos no aprofundamento da "democracia socialista" na União Soviética. As análises pecebistas acreditavam também que

⁴³ Idem

⁴⁴ DOCUMENTOS APROVADOS PELO 8o. CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCB. São Paulo, *Novos Rumos*, 1987, p.8

Ao mesmo tempo, o emprego das conquistas da ciência e da tecnologia será em tal escala que já na virada do século toda a economia soviética estará reestruturada e baseada nas mais recentes conquistas do saber e do engenho humano⁴⁵.

Sobre a política exterior soviética, o documento afirmava que essa estratégia adotada por Gorbachev de "coexistência pacífica" (que como vimos era de extrema necessidade para a URSS, devido aos altíssimos gastos públicos que a corrida bélica com os EUA exerciam em seus cofres) eram, na realidade, *princípios lançados por Lênin*⁴⁶, reproduzindo fielmente ao discurso soviético.

No ano de 1988, enquanto na URSS ocorriam acirradas disputas políticas, o que considerei aqui um período de *transição*, o PCB não renovou sua análise frente aos acontecimentos. Em julho desse ano, por exemplo, o jornal *Voz da Unidade* divulgou, em um suplemento especial, a 19a. Conferência do PCUS, que tinha por título *Mais Democracia, Mais Socialismo*⁴⁷, onde Gorbachev defendia a idéia de uma maior separação entre o governo e o partido na economia.

No próximo capítulo, portanto, analisaremos a derrocada do "socialismo real" e como o PCB analisou esse momento. Até que ponto os acontecimentos do leste europeu, com o aprofundamento da desintegração soviética influenciou o também aprofundamento da crise orgânica vivenciada pelo PCB no final da década de 1980 e início da década de 1990.

45 Ibid, p.9.

46 Ibid, p.10.

47 *Voz da Unidade*, 1° a 7-7-88.

CAPÍTULO 3

A CRISE ORGÂNICA DO PCB

O socialismo renovado poderá, assim, ter papel relevante na formação de um forte bloco de forças democráticas e progressistas capaz de encaminhar a construção de uma democracia moderna, pluralista e socialmente ampliada.⁴⁸

A transição democrática chegava ao final da década de 1980 de maneira insatisfatória. O governo de transição de José Sarney, se não podia ser classificado como continuador do regime anterior, mantinha características semelhantes, com elementos arcaicos, não promovendo nenhuma alteração substancial no bloco das classes no poder.

A consolidação desse processo se daria com a vitória de um projeto conservador nas primeiras eleições presidenciais diretas desde 1961, onde Fernando Collor, um jovem político até então desconhecido no cenário nacional, se tornaria a opção preferencial das classes dominantes. Aquela eleição, onde o PCB teve a candidatura própria do deputado federal Roberto Freire, simbolizaria a derrota do projeto popular e de uma alternativa de massas ao regime conservador em construção.

Ao mesmo tempo em que as organizações de esquerda viam o avanço de um projeto que se convencionou chamar de “neoliberal” no Brasil, dava-se a rápida derrocada dos regimes socialistas do Leste Europeu em 1989 e a desintegração final da URSS em 1991. Tratava-se do

⁴⁸ **A proposta de justiça e liberdade do socialismo renovado** – Pronunciamento do deputado Roberto Freire candidato do PCB a presidente da República, na Câmara Federal, dia 18 de outubro de 1989.

ápice de uma crise das esquerdas em geral, que se abatia sobre as forças populares de todo o mundo.

Com o PCB não poderia ser diferente. Foi em meio à consolidação da transição conservadora no Brasil e a desintegração do sistema socialista no mundo que o PCB vivenciou sua maior crise – tão grave que pôs em dúvida sua própria existência. O partido, agora, enfrentava um sério colapso e estava irremediavelmente dividido.

3.1: O COLAPSO DO SOCIALISMO REAL

No final da década de 1980 e início de 1990, o socialismo real entrava em colapso, algo que influenciou diretamente todo o movimento comunista internacional e o próprio PCB. Analisaremos agora os últimos momentos da *perestroika* e sua influência no Leste Europeu para, posteriormente, vermos as percepções pecebistas sobre a crise eminente.

Conforme verificamos anteriormente, a *perestroika* econômica estava patinando, enquanto que a abertura democrática realizada pela *glasnost* emergiu um turbilhão sem volta na sociedade soviética. A liberação política acabou acelerando a própria desintegração soviética.

Em um primeiro momento, a partir de 1987, as denúncias na imprensa se concentraram nas questões ecológicas, na escassez, na má qualidade dos bens e serviços. [...] Da crítica às questões do cotidiano, da economia e das greves reivindicatórias passou-se à esfera política, a denúncia das desigualdades, da injustiça, dos privilégios da burocracia, da continuidade do stalinismo. (RODRIGUES, 2006, p. 231).

A princípio, a *perestroika* e a *glasnost* pretendiam liberalizar o regime, mas, a depender dos reformadores e de Gorbachev, o PCUS continuaria a frente do país. A partir desse momento, porém, os setores antistalinistas radicais passaram a questionar não apenas os erros ou desvios do partido, mas a própria Revolução de Outubro, o socialismo, a URSS, seus dirigentes, seus símbolos, sua história, sua necessidade e suas realizações, aparecendo, portanto, como opositores declarados do regime e do PCUS.

A polarização cada vez maior entre os conservadores⁴⁹ e aqueles que defendiam uma aceleração das reformas fez com que Gorbachev perdesse o apoio de ambas as frentes, tendo que optar por algum deles. Os conservadores acusavam as reformas e os radicais de estarem levando a economia e o país ao caos, destruindo assim todas as conquistas do

⁴⁹ Conceituarei *conservadores* neste momento aqueles que defendiam o socialismo real tal qual era na URSS, em contraposição àqueles que defendiam reformas profundas na URSS.

socialismo, enquanto que os defensores da aceleração das reformas responsabilizavam o velho sistema e a inércia dos conservadores pelos problemas atravessados pelo país, de estarem impedindo as reformas necessárias para reverter tal situação.

Um caso claro dessas diferentes posições foi a carta da professora Nina Andreeva, citada no capítulo anterior, onde criticava de forma contundente as reformas, a qual teve a resposta reformista em um edital não assinado no *Pravda*, porta voz oficial do PCUS; nesse edital, eram arrasadoras as críticas à Prof. Andreeva e aos conservadores, acusados de representar o pensamento dogmático do passado, o que indicava que a correlação de forças nas altas esferas do partido era pela continuidade das reformas.

Em março de 1989, ocorreram eleições para o Congresso de Deputados do Povo em toda URSS, e, pela primeira vez na história, foram aceitas candidaturas independentes do PCUS. Mesmo com um número expressivo de votos, já que o partido obteve 87% deles, vários candidatos não alinhados com sua política foram eleitos, desde opositores dissidentes como Andrey Sakharov, até potenciais como Boris Yeltsin. Nas repúblicas Bálticas, por exemplo, em várias localidades se elegeram candidatos nacionalistas que defendiam a autonomia de seus países em relação à URSS.

Os candidatos oficiais, em algumas localidades importantes, sofreram significativas derrotas, como, por exemplo, em Moscou, onde o candidato oficial teve apenas 10% das intenções de votos contra 90% de Yeltsin. O candidato opositor era uma figura muito popular e um grande orador, que acabou se destacando pelas suas severas críticas às condições de vida do povo e a Gorbachev e pelas suas propostas de um rápido aceleração da *Perestroika*. Depois de ter sido destituído dos altos cargos do Comitê Central, sua vitória significou uma grande derrota do PCUS e um grande arranhão na imagem de seu secretário-geral.

O ano de 1989 foi fatídico para a URSS, para Gorbachev e para o socialismo real como um todo. A política adotada em seu país teve reflexos

diretos em todos os países do leste-europeu, que desencadearam uma onda de manifestações e quedas de regimes.

Enquanto era implantada a economia de mercado na URSS, ocorreram diversas modificações nos países do Leste Europeu. A política de reestruturação adotada por Gorbachev fazia efeito direto nos diversos países do "socialismo real". Nesse ano ruíram diversos governos comunistas, como na Hungria, na Polônia, na Alemanha Oriental (a simbólica queda do muro de Berlim) e na Romênia. Ocorreram também diversas manifestações a favor de maior democracia nesses diversos países e na China.

A URSS adentra o ano de 1990 em um completo caos econômico e político. A desestruturação econômica e, a essa altura, a inexistência de controle por parte do aparato central abririam espaço para uma ofensiva política mais decidida dos reformistas radicais quanto à definição de um ponto final para as reformas, ou seja, a reintrodução de uma economia de mercado nos moldes capitalistas.

Como há algum tempo as principais lideranças reformistas haviam deixado de falar em defesa ou renovação do socialismo, parece que a idéia de uma economia mista já lhes era aceitável:

Parte dos novos economistas e acadêmicos soviéticos, convertidos agora ao liberalismo radical de Friedrich Hayek e Milton Friedman, parecia de repente acreditar que uma economia baseada exclusivamente nas virtudes do mercado, nas leis da oferta e da procura, poderia suprir as carências dos cidadãos soviéticos e de repente encher as prateleiras das lojas, a exemplo do que viam nos países da Europa Ocidental. (RODRIGUES, 2006, p.239).

Conforme verificamos, diversos fatores parecem ter contribuído para o desfecho de 1991, porém, um elemento fundamental foi a questão interna do movimento nacionalista, que, ao impulsionar a separação das Repúblicas em relação ao centro, terminou por implodir a já abalada superestrutura política e jurídica da União.

Até o início da *perestroika* não existiam grandes mobilizações nacionalistas na URSS. Segundo Rodrigues, a URSS:

Pelo menos em termos econômicos, funcionava nela uma espécie de nacionalismo ao reverso, com a União e a principal república, a Rússia, subsidiando e mantendo um severo déficit nas trocas com as repúblicas menores, com os países do COMECON e inclusive com países distantes como Cuba. [...] Muitos povos isolados e milenarmente atrasados da Ásia Central puderam se industrializar, alcançar uma escolarização maciça e modernizaram-se por terem se integrado a URSS a partir de 1922. (RODRIGUES, 2006, p. 251)

Posto isso, como explicar a magnitude que tomou a onda por autonomia e separação que terminou por fragmentar por completo a URSS? Apesar de não haver uma exploração no sentido econômico entre as repúblicas e um nacionalismo xenófobo, como se viu em outros países, as nacionalidades sentiam-se sufocadas pelo centro do sistema, que associavam aos russos.

Porém a hipótese de que o nacionalismo tenha sido usado mais como uma via, uma identidade coletiva em cada região para a supressão do sistema socialista parece corresponder mais aos acontecimentos, o que se comprova pelo fato de que, depois do colapso soviético, não subsistiram grandes ódios nacionais entre as repúblicas, com algumas exceções. Portanto, a meu ver, a luta nacional precisa ser encarada como parte da luta mais geral que vinha se desenvolvendo para a derrota do comunismo em todo o Leste Europeu.

Até 1989, a maioria dos países não soviéticos do pacto de Varsóvia já havia abandonado formalmente o estatuto de países comunistas e proclamado sua independência em relação a URSS. O regime polonês, na primavera de 1989, fez acordos com a oposição e, nas eleições realizadas em 4 de junho, ocorreu a vitória do movimento *Solidariedade*. Houve a formação, dois meses e meio depois das eleições, de um governo de antigos adversários: o sindicato *Solidariedade* e o Partido Comunista local (POUP), que acabou sendo desagregado posteriormente.

Nesse mesmo ano, a Hungria abriu sua fronteira com a Áustria, fato esse que permitiu uma emigração maciça de alemães orientais para o Ocidente. A abertura do muro de Berlim, ocorrida no dia nove de novembro, foi a solução encontrada pelas autoridades comunistas para resolver as demonstrações de insatisfação das massas com as emigrações e as constantes manifestações por direitos democráticos. Porém a abertura acabou fazendo com que o governo do partido comunista entrasse em colapso, tendo como resultado a rápida anexação da Alemanha Oriental à Alemanha Ocidental. Esta anexação foi um sério golpe para o centro do sistema em Moscou.

Os movimentos nacionais foram visivelmente utilizados como ferramenta pelos reformistas radicais para derrotar os conservadores, esvaziando assim o aparato federal soviético. Ao insuflarem o separatismo como forma de deslegitimar a autoridade do centro, contribuíram conscientemente para solapar o aparato da URSS, até ali o único elo que soldava as relações entre repúblicas e regiões. As lutas nacionais, portanto, foram conscientemente utilizadas como instrumento para a desintegração soviética.

As separações, o estabelecimento de leis e impostos próprios que foram sendo aprovados pelas repúblicas, além das relações econômicas diretas que estas começaram a estabelecer com o Ocidente, impediram qualquer prosseguimento do programa de reformas nos moldes inicialmente propostos, aprofundando ainda mais o caos político e econômico na URSS no início dos anos 90. (RODRIGUES, 2006, p. 255).

Além disso, conforme verificamos, a URSS adentra o ano de 1990 completamente diferente de 1984, um ano antes do início da *Perestroika*. Além do colapso no sistema comunista dos países do leste europeu, ocorrido no ano anterior, em 1990 ocorreram fatos que até pouco tempo eram inimagináveis no até então mais importante país comunista do mundo: a inflação aparecia e subia cada vez mais, surgiam fortes idéias de economia de mercado e propriedade privada, as lojas particulares se expandiam e especulavam e, ainda por cima, a população sofria com as

dificuldades no abastecimento e o expressivo aumento nas filas. Como podemos notar, as mudanças ocorriam num ritmo extremamente acelerado.

O XXVIII Congresso do PCUS, ocorrido nos dias dois e três de julho de 1990, que teve 85% de seus quatro mil delegados participando pela primeira vez de um acontecimento do gênero⁵⁰, teve como resultado a diminuição da influência do PCUS na condição de governo. Mas houve também o aumento do poder pessoal de Gorbachev, que foi eleito em março para o recém-criado cargo de presidente da URSS. Yeltsin declarou oficialmente a sua saída do partido. Antes disso ainda, em fevereiro, Gorbachev, pressionado por diversos setores da sociedade, convenceu o Comitê Central do partido a aceitar o fim do monopartidarismo na URSS e, no dia 13 de março de 1990, o *Soviet Supremo* revogou o artigo 7 da constituição de 1977, que apontava o PCUS como núcleo do sistema político soviético. No mesmo dia, foi criado o citado cargo de presidente da URSS e eleito indiretamente Gorbachev, mas os próximos presidentes seriam eleitos diretamente em eleições populares.

Mesmo com Gorbachev acumulando os cargos de secretário - geral do PCUS e de presidente da URSS, não podemos nos esquecer de que, nas eleições parlamentares de 1989, foi eleito um grande número de candidatos reformadores e, no dia 29 de março de 1990, Boris Yeltsin foi eleito presidente do *Soviet Supremo* (parlamento) da Rússia, começando assim uma polarização e disputas entre a República Russa e o governo central soviético, que pode ser considerada também uma disputa pessoal entre Yeltsin e Gorbachev.

Em março também ocorrera outro duro golpe contra a URSS: as Repúblicas Bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) declararam sua independência e, em junho do mesmo ano, o parlamento russo declarou *prioridades* em suas leis ao invés das leis soviéticas.

Como resultado direto das rápidas mudanças, a economia soviética despencou:

⁵⁰ *Voz da Unidade*, 5 a 11-7-90

O índice de crescimento de 2,5% em 1989 transformou-se em crescimento negativo de -4%. A inflação (fenômeno a que os soviéticos não estavam acostumados antes da *perestroika*) atingia oficialmente 14% em 1990. Boa parte da desorganização econômica [...] devia-se ao conflito de poderes entre o centro e as repúblicas. (SEGRILLO, 2000b, p. 49).

Além dos problemas econômicos, a URSS ainda tinha que lidar com os conflitos de poderes entre o centro e as repúblicas. Além da declaração de independência das Repúblicas Bálticas, até o fim de 1990 e início de 1991, todas as outras repúblicas⁵¹ declararam soberania em suas decisões em relação ao poder central.

Esse era o quadro da URSS no início de 1991. O primeiro semestre do novo ano não poderia ter perspectivas muito animadoras para Gorbachev, e esse princípio de ano acabou sendo marcado pelo caos econômico e pela demanda por maiores poderes exigidos pelas repúblicas. No dia 12 de junho de 1991, Yeltsin foi eleito, por meio de eleições populares, presidente da Rússia, o que causou um imenso aumento de seu prestígio pessoal comparado a Gorbachev. A situação política e econômica da URSS beirava o caos em 1991: as privatizações geravam insatisfações e os índices econômicos não correspondiam às expectativas.

Além disso, os problemas políticos internos da URSS foram se agravando com os inúmeros conflitos étnicos e agitações que explodiam nas repúblicas soviéticas, exigindo maior liberdade. Além da independência da Lituânia, Estônia e Letônia, logo em seguida a Geórgia também se declarou independente. Isso forçou Gorbachev a propor uma legislação mais liberal, que regulasse as relações entre o poder central e as repúblicas.

Após meses de negociações e propostas frustradas, em 20 de agosto seria assinado um novo tratado para formação da *União de Estados Soberanos*, que deixaria as repúblicas com amplos poderes; porém, um dia antes da assinatura do tratado (19-8-91), aconteceria uma tentativa de

⁵¹ As 15 repúblicas que formavam a URSS em 1990 eram: Rússia, Bielo-Rússia, Ucrânia, Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Moldávia, Lituânia, Estônia, Letônia, Quirguízia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Turcomênia.

Putsch em Moscou, que traria consigo diversas alterações no cenário político soviético posteriormente.

Logo cedo, às seis da manhã, foi dado o anúncio do golpe pelos meios de comunicações. Gorbachev, que estava de férias na Criméia, apresentava-se com "problemas de saúde" segundo os golpistas, o que faria com que assumisse o posto de presidente da URSS o vice Gennady Yanayeu.

O golpe foi de autoria do GKChP (Comitê Estatal do Estado de Emergência), que era formado por diversos membros do governo de Gorbachev, como o vice-presidente, o primeiro-ministro Valentin Paulov e o ministro do interior Boris Pugo. O chefe da KGB, Vladimir Kryuchkov, e o ministro da defesa, Dmitri Yazov, também tiveram papel fundamental no golpe.

Em entrevista coletiva, os membros do GKChP deram a entender que o motivo principal do *putsch* não eram as reformas em si, mas sim o novo acordo com as repúblicas que feria a integridade física da URSS.

Yeltsin acabou utilizando do golpe para ganhar ainda mais prestígio popular. Usando como reduto o parlamento russo, ele discursou a favor das greves para conter o *putsch*. Uma multidão acabou fazendo barricadas em volta do parlamento, que é conhecido também como "Casa Branca", para combater os golpistas.

Logo no primeiro dia, o golpe obteve grande condenação internacional de George Bush, então presidente dos EUA, e de diversos líderes ocidentais. Os países economicamente mais ricos prometeram introduzir sanções econômicas aos produtos soviéticos.

Os golpistas, porém, além de tentarem evitar a desintegração da URSS, não tinham um programa claro. Os tanques andavam sobre Moscou aparentemente sem rumo, sem ter um objetivo claro. A condenação internacional, a falta de apoio popular, a indecisão sobre usar ou não a violência contra a "Casa Branca" e a falta de um comando forte fizeram com que o golpe fosse fracassado logo no terceiro dia (21-8).

O fim do golpe foi comemorado euforicamente nas principais cidades soviéticas, fazendo com que mais uma vez o sentimento anticomunista ficasse em alta. Todos os membros da GKChP foram presos, e o ministro Purgu acabou se suicidando. Yeltsin foi considerado o herói máximo nas comemorações e em seus discursos acusou o PCUS como responsável pela tentativa de golpe.

Boris Kagarlitsky (sociólogo russo e ex-integrante do Soviet de Moscou) chegou a defender até uma suposta participação de Yeltsin no golpe de 19 de agosto. Kagarlitsky afirma que:

Não é difícil adivinhar que os golpistas precisavam ter uma base sólida para tamanha certeza. Pessoas sérias tais quais Kryuchkov, chefe da KGB, e Pugo, ministro do Interior, jamais teriam embarcado em um golpe de Estado sem descobrir quem iria apoiá-lo e quem iria permanecer neutro. Eles certamente não teriam suposto que Yeltsin estava preparado para manter-se neutro na eventualidade de um golpe; eles teriam efetivamente sabido disso. [...] Enquanto isso, Yeltsin escolheu um roteiro diferente. Ele não apenas condenou o golpe sem fazer quaisquer rodeios, mas também começou a agir. Enquanto a junta levava adiante a ficção do golpe, Yeltsin o estava trazendo a uma conclusão, através da exigência, contrária às constituições da então URSS e da Rússia, de que todas as estruturas de poder da República devessem ser colocadas sob o controle de seu governo. (KAGARLITSKY, 1993, p. 199-200).

É complicado afirmar, como Kagarlitsky, essa suposta participação de Yeltsin nos acontecimentos de 19 a 21 de agosto devido à falta de provas, mas sua conclusão do desenrolar dos acontecimentos é correta. Yeltsin com certeza foi a pessoa que mais lucrou com a tentativa de *putsch*.

Em 24 de agosto, extremamente pressionado, Gorbachev renunciou de seu posto de secretário-geral do PCUS e anunciou a dissolução de seu Comitê Central. Como presidente da URSS, assinou um decreto ordenando o fim da intromissão do partido no governo. Nos dias seguintes, as repúblicas soviéticas foram anunciando sucessivamente independência em relação à URSS. Na prática, a URSS deixara de existir, e Gorbachev havia se transformado em um "rei sem terras".

Porém, em dezembro de 1991, Yeltsin cometeu o verdadeiro golpe de Estado, derrubando definitivamente Gorbachev do poder. Por meio do tratado de Minsk, Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia proclamaram a formação da *Comunidade dos Estados Independentes* (CEI), declarando extinta a URSS. Dias depois, outras ex-repúblicas aderiram à CEI, com exceção das bálticas e da Geórgia. Em 25 de dezembro, inevitavelmente, Gorbachev renunciou da presidência do país que, na verdade, já não existia mais.

Sobre esse processo, Segrillo afirma que:

A partir de fins de 1988 em diante, ele começou a fugir do controle partidário. A descentralização de poder vinda a reboque da introdução da economia de mercado trouxe à tona, realmente, uma “sublevação” contra as tentativas do partido de manter as rédeas do processo. Os comunistas passaram a ser perseguidos e achincalhados em várias repúblicas [...] países-satélites se sublevaram e, finalmente, em meados de 1991, as massas saíram às ruas para expulsar de vez o projeto nacionalista-comunista dos autores da tentativa de *putsch* de agosto daquele ano. (SEGRILLO, 2000a, p. 188-189).

Analisaremos agora as implicações e interpretações destes acontecimentos no PCB.

3.2: O PCB NO CONTEXTO DA CRISE INTERNACIONAL DO SOCIALISMO

Com o desenvolvimento da *Perestroika*, os comunistas brasileiros deram continuidade à perspectiva democrática como forma de objetivar o socialismo. Na medida em que a crise do socialismo internacional se aprofundava, o conceito de democracia ia aparecendo cada vez mais no discurso pecebista.

A tendência internacionalista do PCB permaneceu com a URSS, sendo seu principal referencial contra a dominação e hegemonia capitalista. O Partido seguiu ligado quase que exclusivamente ao PCUS. O discurso pecebista da “transição pacífica” ao socialismo, influenciado conforme verificamos pelo PCUS, contribuiu para que o PCB aderisse facilmente ao discurso e política da *Perestroika* e *Glasnost*. Segundo Dias:

O caso do PCB em relação ao internacionalismo, nesta fase da crise das esquerdas brasileiras, pode ser resumido no processo que marca a decadência do PC soviético e o fim deste partido como matriz ou modelo para o partido no Brasil. A crise do socialismo soviético rompeu os vínculos e identidades internacionais existentes entre o grupo hegemônico do PCB e o PCUS. (DIAS, 2002. p. 29)

Em 1985, na plenária de Abril do Comitê Central do PCUS, com a participação de militantes brasileiros como Roberto Freire, foram apresentadas as novas políticas do novo núcleo dirigente soviético para a URSS, liderada por Gorbachev. Estas posturas foram adquirindo corpo no partido brasileiro e foram responsáveis pelas principais transformações ocorridas no PCB a partir de então.

Assim, por ocasião de uma reunião muito tumultuada do PCUS, nós tomamos uma decisão muito sintomática: que nós estávamos aplaudindo a posição assumida por Gorbachev, mas que independentemente do CC do PC da União Soviética, adotaríamos a posição da *Perestroika* e da

Glasnost, mesmo que naquele momento houvesse um retrocesso.⁵²

No fim dos anos de 1980, o PCB, porém, passava por uma crise sem precedentes na sua história, crise esta vivida em grande parte pelos partidos comunistas de todo mundo. A crise não era exclusiva do PCB, mas dos PC's no mundo, inclusive daqueles que estavam no poder. A divisão do partido se aprofundava, mas a convivência em seu interior ainda era possível, o que apenas deixaria de ser a partir do momento em que sua essência fosse abertamente negada.

Em 1989, o PCB se preparava para a sucessão presidencial com o candidato Roberto Freire, na perspectiva de construção de uma linha política própria. O PCB apontava para a *Perestroika* como uma força de renovação do socialismo internacional.

A campanha presidencial seria um fator unificador daqueles que defendiam o apoio à candidatura de Ulisses Guimarães, do PMDB (opção pela frente democrática) e os que apoiavam a candidatura de Lula, do PT (opção pela "frente de esquerda"). Ela seria, a princípio, apenas uma tentativa de afirmação do partido no cenário da política brasileira e uma tentativa de unificação de suas próprias fileiras, porém, a campanha teve sem dúvida uma força simbólica maior que o resultado final alcançado (oitavo lugar geral, com cerca de 1% da votação total ou aproximadamente 769 mil votos).

A crise do socialismo, que deu seus passos decisivos em plena campanha de Freire, serviu para reforçar e definir algumas posições assumidas ao longo daquela campanha que deflagrou o processo de transformação do PCB nos anos seguintes. Tais posições refletiam em boa parte as mudanças pelas quais o partido vinha passando nos últimos anos.

Expressões como "nova esquerda", "esquerda moderna" e "socialismo renovado" foram amplamente empregadas sendo associadas a Freire e ao PCB, conforme pronunciamento:

⁵² FREIRE, Roberto. *Entre o passado e o futuro*. In Teoria e Debate – 15 – p.11, 1991.

Nossa perspectiva é que se consolide e se amplie a aglutinação suprapartidária inspirada pela visão do socialismo renovado e constituído em torno da candidatura. [...] O socialismo renovado poderá, assim, ter papel relevante na formação de um forte bloco de forças democráticas e progressistas capaz de encaminhar a construção de uma democracia moderna, pluralista e socialmente ampliada.⁵³

Aquela campanha, apesar das profundas divisões no seio do PCB, conseguiu sensibilizar a grande maioria do partido – mesmo setores que depois seriam mais refratários às mudanças que se tentariam impor ao partido. Apesar de ela ser um importante elemento na transformação posterior que o partido viveria, naquele momento a campanha era um importante fator de unidade.

Encerrado o primeiro turno das eleições, a situação posta não deixava dúvida aos pecebistas das forças políticas a serem apoiadas. Apesar de buscar uma clara diferenciação ao longo da campanha com a candidatura petista e das diferenças históricas que separavam os dois partidos, o apoio a candidatura de Lula frente à de Collor, que era apoiado pelos setores nacionais conservadores, foi inevitável.

Nesse período, conforme verificamos, a URSS vivenciou um aprofundamento dramático de sua crise. A situação ficaria insustentável em 1989, quando os regimes do Leste Europeu caíram, numa sucessão de acontecimentos que ficou marcada especialmente pela queda do muro de Berlin.

A um mês da queda do muro de Berlin, o jornal do partido brasileiro, *Voz da Unidade*, publicou uma entrevista com o embaixador da República Democrática Alemã (RDA) no Brasil, Werner Hanold, na qual ele apontava os avanços de seu país e acreditava que o período de crise, com as emigrações em massa de alemães orientais para o Ocidente, era apenas

⁵³ **A proposta de justiça e liberdade do socialismo renovado** – Pronunciamento do deputado Roberto Freire candidato do PCB a presidente da República, na Câmara Federal, dia 18 de outubro de 1989.

uma tentativa de desestabilização, por parte do capital, aos países socialistas. Ele dizia que:

Perante a RDA, o método praticado atualmente é o da desestabilização política e econômica, por meio da “fuga em massa”. Naturalmente, não vão conseguir isso, porque nos 40 anos de sua existência a RDA amadureceu e tornou-se forte⁵⁴.

Um mês depois dessas declarações, no dia nove de novembro, o mundo assistiu à simbólica queda do muro de Berlin, à consequente desintegração do sistema comunista nesse país e à sua rápida anexação a Alemanha Ocidental. Nesse mesmo jornal, podemos notar que, dias antes do colapso do sistema comunista na RDA e na Tchecoslováquia, por exemplo, a direção do partido ainda acreditava na *Perestroika*, fato esse que só foi posto em dúvida oficialmente no IX Congresso do PCB realizado no ano seguinte.

O PCB foi, como seria de se esperar, a organização brasileira na qual os acontecimentos referidos tiveram a mais profunda repercussão. Até às vésperas da queda dos regimes comunistas no Leste Europeu, declarações públicas do partido e de sua imprensa oficial davam a entender que tudo seguia bem e progredindo nos países do “socialismo real”.

Salomão Malina, então presidente do PCB, em um artigo para a *Voz da Unidade*, faz uma análise sobre o período de reestruturação da URSS. Ele compara as reformas atuais da *Perestroika* com a NEP (Nova Política Econômica), realizada por Lênin em 1921, que tinha por objetivo reestruturar a economia do país para assim desenvolver suas forças produtivas. Após traçar um panorama histórico da URSS, ele aponta as principais causas da *Perestroika*, como o atraso tecnológico e a estagnação econômica, e repete o discurso da necessidade da *Perestroika* e da *Glasnost* para uma maior democratização do país e para esgotar

⁵⁴ *Voz da Unidade*, 5 a 11-10-89.

definitivamente o modelo stalinista de governo, como se fosse uma *revolução na revolução*. Malina, no fim de 1989, escreve que:

As mudanças que ocorrem na URSS - uma revolução na revolução -, popularizadas em todo o mundo sob o nome de *Perestroika*, ao indicar a necessidade premente de reestruturação da economia socialista, desvendam a questão decisiva que é a superação do modelo stalinista, ponto de partida dos desvios na esfera política e social⁵⁵.

No ano seguinte, Clóvis Magalhães⁵⁶, em seu artigo *O legado do socialismo real*⁵⁷, faz críticas ao modelo stalinista de governo e, mais uma vez, elogia convictamente as reformas realizadas até então na URSS. Ele afirma que:

Quando se coloca a necessidade de um projeto socialista renovado, cabe também não esquecer que o único projeto socialista existente no mundo contemporâneo baseia-se nas concepções de Marx depois desdobradas por Lênin. [...] Daí, como indica a *Perestroika*, na estratégia de renovação do socialismo, a Revolução de outubro e as formulações de Lênin permanecerão como fonte de inspiração e ensinamentos⁵⁸.

Como notamos, a todo instante a direção do PCB preocupava-se em repetir o discurso oficial de que a *Perestroika* era, na realidade, uma continuação da Revolução russa de 1917, era a democratização da revolução.

Nos meses seguintes, o jornal divulgou as mudanças econômicas realizadas por Gorbachev, como seu plano para transição a uma economia "controlada" de mercado, sem realizar grandes críticas ao seu plano de governo. Pelo contrário, em suas reportagens sobre o XX Congresso do PCUS, realizado em julho de 1990, a *Voz da Unidade* anunciava euforicamente as renovações na direção da URSS e as decisões do

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Economista e então militante do PCB - RJ.

⁵⁷ *Voz da Unidade*, 23 a 29-3-90.

⁵⁸ Ibid.

Congresso, tendo inclusive como manchete de uma das reportagens a frase: "A vitória da *perestroika*"⁵⁹. Além disso, na matéria o jornal apontava as vitórias de Gorbachev, como sua reeleição, e dizia que os "conservadores" (entenda-se aqueles que eram contrários às profundas reformas na URSS) não conseguiriam barrar os "avanços do novo socialismo".

Havia a percepção pública de que o PCB estava associado aos países socialistas em crise, uma vez que, por parte de quase todos os pecebistas, criavam-se vínculos com aquelas experiências. Nos últimos meses de 1989, os dias decisivos da derrocada dos regimes, tendeu-se, no partido, ao silêncio e posteriormente à negação de que todos aqueles acontecimentos fossem tão graves quanto pareciam:

Uma sensação de angústia toma conta dos militantes comunistas. Historicamente ligados ao *socialismo real*, sentem-se impotentes diante de tudo o que está acontecendo. [...] Precisam, porém, fazer sua mais séria autocrítica. Expor inclusive o erro de não pensar com a própria cabeça, de errar por apoiar os erros dos outros. É duro – mas é indispensável desencarnar da *teoria marxista-leninista* que explicou e justificou tudo aquilo que ameaça a existência do socialismo hoje e que na verdade se chama *modelo stalinista*.⁶⁰

O PCB estava oficialmente inserido na esteira da crise do *socialismo real*, os temas que seriam discutidos a partir dali: a busca por um *socialismo pluralista* e o abandono do *marxismo-leninismo*. Enquanto isso a URSS seguia sua crise. Se no princípio das reformas os pecebistas em geral pareciam apoiá-las, agora brotavam posições diferentes acerca do processo soviético.

⁵⁹ *Voz da Unidade*, 12 a 18-7-90.

⁶⁰ *Voz da Unidade*, 11 a 17-1-1990.

3.3: AS MUDANÇAS DO IX CONGRESSO

Conforme verificamos, o PCB sofreu influência direta do aprofundamento da crise do "socialismo real". Acompanhando esse declínio das experiências no Leste Europeu, o IX Congresso do PCB iniciou a passagem do fim do ideário comunista no partido brasileiro. Este Congresso foi o ponto de partida para as profundas transformações ocorridas no seio do partido.

Três elementos apontavam para a crise partidária: o pouco vínculo com o movimento operário, o baixo percentual eleitoral e, evidentemente, a própria crise do "socialismo real". As posições frente ao governo soviético e ao socialismo começaram a mudar, com o evidente enfraquecimento de Gorbachev e da URSS, e ficou claro que o PCB tinha, no IX Congresso (fim de maio e início de junho de 1991 na UERJ⁶¹), posições divergentes entre os pecebistas.

Um dos grupos: "Fomos, somos e seremos comunistas", que tinha entre seus membros o arquiteto Oscar Niemayer, a todo o momento adjetivava a democracia. Eles não acreditavam no fracasso do "socialismo real", e faziam uma análise segundo a qual forças revolucionárias nos países do Leste Europeu já estavam surgindo e retomariam rapidamente o controle e o curso do socialismo nos diversos países. O modelo de partido marxista-leninista permanecia universalmente válido e o centralismo democrático, característico em partidos do gênero, deveria ser mantido.

Já outro grupo, o majoritário, liderado por Roberto Freire e Salomão Malina, afirmava e ressaltava o fim do "socialismo real" e não mais admitia a existência de qualquer tipo de modelo como guia para um partido político. A proposta e, ao mesmo tempo, desafio desse grupo era o de elaborar um novo projeto político que não fosse nem o esgotado estilo do "socialismo real" e nem a social democracia europeia. Tal grupo propunha um partido novo, pluralista e não mais aceitava o centralismo democrático, sendo que sua palavra de ordem era "radicalidade democrática".

⁶¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

No final do Congresso, o que parecia impossível aconteceu. Ambas as partes abriram concessões e, apesar da enorme diferença político - ideológica das correntes, elas acabaram entrando em acordo. Roberto Freire e Salomão Malina foram eleitos para presidente e vice-presidente do partido, respectivamente, porém as duas tendências tiveram representatividade no Comitê Central. Enquanto para o grupo majoritário as vitórias políticas conquistadas foram parciais, para a tendência "Fomos, somos e seremos comunistas" parecia que o PCB, até então ameaçado de morte por seus próprios dirigentes, iria durar para sempre, pois para ele, quase sete décadas de história não poderiam ser facilmente apagadas.

Foi aprovada uma Declaração Política que apontava para várias mudanças internas de caráter teórico e orgânico como condição necessária para uma adaptação às novas conjunturas nacionais e internacionais. O Congresso também alterou algumas concepções teóricas que geravam transformações importantes e que já anunciavam o início de uma ruptura muito maior no interior do partido.

Em 1991, o processo de desintegração do "socialismo real" o estava levando inevitavelmente ao capitalismo. Esse fato levava para uma desesperança em relação aos métodos usados na URSS, desde a forma de implementação do socialismo até as formas de condução do processo:

Uma nova política reclama também o rompimento com a velha concepção de revolução, entendida esta como o momento da "luta final", de "ação violenta", "momento explosivo" e de "ação da vanguarda da classe operária" ou seu "Estado maior" dirigido ao "assalto ao poder" pela força e que "implanta o socialismo", no qual o poder se institui como "ditadura do proletariado"⁶²

Na medida em que a experiência socialista desaparecia na URSS e se atribuía isso ao fato de não ter existido democracia nem no interior do PCUS e nem fora dele, o PCB passava a impor um ritmo mais forte de críticas e mudanças. Não apenas em termos de métodos para alcançar o

⁶² *Voz da Unidade*, Declaração Política do IX Congresso do PCB, 1991.

socialismo, como ocorreu na resolução de março de 1958, mas no interior do partido e mesmo como objetivo final do PCB.

Claramente o futuro do PCB estava comprometido. Em entrevistas após o IX Congresso, Roberto Freire deixava clara sua vontade de aprofundar as reformas no partido e suas críticas ao "esgotado" modelo marxista-leninista. Sobre a crise do partido, ele afirma que:

Há muito tempo, começamos a detectar uma crise latente no PCB, que se manifesta em baixos índices eleitorais, frágil inserção nos movimentos e organizações de massas e débil ligação com a intelectualidade. [...] Nossa visão fica ainda mais solidificada agora, com o que aconteceu no Leste Europeu. Pois o que houve lá foi ausência de processos pluralistas, de discussão crítica, de democracia enfim. (FREIRE, 1991, pp.13)

Freire assumia agora a extrema debilidade do PCB e admitia que a crise do "socialismo real" havia sido fundamental para esse novo tipo de interpretação, uma vez que, nas eleições presidenciais de 1989, ele, então candidato pelo PCB, defendia o modelo socialista e o processo de reformas adotado nesses países. Sobre o assunto ele diz que:

Em nossa campanha presidencial, em 1989, admitimos e apoiamos o processo de renovação, a necessidade de mudanças. Aqueles regimes ruíram com velocidade surpreendente e não havia nenhuma política alternativa. [...] Tudo isso foi resultado da falta de democracia, com a conseqüente deterioração da economia e perda de seu dinamismo, e estagnação social. (Ibid, p.13)

Nas entrevistas, Freire anuncia o sepultamento da tese de Marx sobre a ditadura do proletariado, dizendo ser algo que já não condizia com os novos tempos. Ele critica também vários conceitos existentes e que estavam em transformações na URSS, como o partido único e a estatização como via para o socialismo, e defende a implantação de uma economia de mercado nesse país.

Freire defende também a mudança de nome do partido, criticando o "emocionalismo" dos militantes no último Congresso para discutir a questão, e alerta: "[...] continuo defendendo as mudanças e acho que podem ser feitas mais para frente." (Ibid, pp.20)

Com o golpe contra Gorbachev e o apoio de setores do partido ao golpe, o grupo majoritário acabou por levar a cabo seu programa de dissolução do partido no Brasil. A direção do PCB criticou fortemente a tentativa de *putsch* na URSS:

A comissão Executiva Nacional do Partido Comunista Brasileiro vem a público manifestar seu protesto contra a derrubada do presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, através de golpe de estado e da violação do Estado de Direito Democrático e à legalidade constitucional. Conforme deliberação do IX Congresso do PCB, reafirmamos a democracia não só como única via do socialismo, mas também a via do seu desenvolvimento. [...] O novo socialismo é incompatível com qualquer forma de opressão e supressão dos direitos fundamentais, individuais e coletivos. Só entendemos o socialismo com liberdade e democracia. A URSS passa por um momento difícil e incerto, determinado principalmente pela crise da via autoritária-burocrática que, nesta hora, as vésperas da assinatura no novo Tratado das Repúblicas, recorre ao golpe de estado para impedir o aprofundamento do processo de democratização.⁶³

Nessa nota, fica claro o posicionamento da Direção Executiva do PCB no sentido de apoiar o aprofundamento do processo de renovação e restauração do socialismo na URSS, mesmo que a essa altura fosse inevitável a sua própria desintegração. Isso fica claro também com a Nota de Salomão Malina sobre a questão da Lituânia, em janeiro de 1991:

A propósito dos recentes acontecimentos na Lituânia, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vem a público manifestar sua condenação às ações das forças de segurança do governo soviético contra o povo, o parlamento e o governo lituanos. Esses acontecimentos representam um retrocesso na *perestroika* e na *glasnost*.

⁶³ Nota da Executiva Nacional do PCB sobre o Golpe de Estado na URSS, 20 de agosto de 1991.

Com a defesa da direção pecebista acerca do aprofundamento das renovações tanto no PCB quanto na URSS, com o aceleramento da crise do “socialismo real”, o futuro do partido brasileiro estava cada vez mais incerto.

3.4: A "EXTINÇÃO" DO PCB?

O X Congresso extraordinário do PCB, realizado nos dias 25 e 26 de janeiro de 1992 no teatro Zúcaro em São Paulo, tinha como tema central a mudança do nome e símbolo do partido. O PCB, fundado em 25 de março de 1922, foi declarado "extinto". Os dirigentes resolveram abandonar definitivamente o modelo marxista-leninista de partido e declararam que as transformações ocorridas nos países e partidos socialistas ao redor do mundo foram essenciais para alterar profundamente toda a estrutura partidária do PCB.

A tentativa de *putsch*, ocorrida em Moscou no mês de agosto de 1991, que, conforme vimos, resultou no afastamento de Gorbachev do poder e no fechamento do PCUS, o citado esfacelamento dos diversos países comunistas do Leste Europeu e também a derrota de PCB nas eleições para governadores e deputados de 1990, todos esses fatos foram fundamentais para a idéia de transformação do PCB. O golpe, dado por Yeltsin posteriormente, em dezembro, e que resultaria no oficial fim da URSS, foi o golpe de misericórdia.

A maioria dos partidos políticos que estavam visceralmente ligados ao PCUS foram atingidos também por essa crise e suas consequências, como o fim da URSS. O PCB, nos últimos anos, vivia numa constante ambiguidade e tensão, pois tentava ao mesmo tempo modificar seus conceitos tradicionais, mas mantinha-se atrelado a aspectos de sua "cultura comunista". A transformação do PCB em PPS (Partido Popular Socialista) foi a fórmula encontrada por seus dirigentes para resolver esse dilema vivido nos últimos anos, mas não deixou também de ser uma solução cômoda, uma vez que todas as engrenagens, militantes e quase 70 anos de história do PCB passavam automaticamente para o recém - criado PPS (Partido Popular Socialista), que abandonou a foice e o martelo como símbolos do partido, adotando uma bandeira vermelha com sua sigla grafada em amarelo ouro.

Para uma parte dos militantes do PCB, os resultados do X Congresso, realizado em 1992 e que extinguiu o PCB, eram considerados absurdos, pois tal congresso havia sido realizado por métodos diferentes dos outros. Foram aceitos, pela primeira vez na história, delegados que não eram militantes do partido e haviam sido eleitos para votar nas decisões do PCB por meio de "fóruns socialistas". Uma parte do Comitê Central e alguns delegados se retiraram do Congresso e se convocou um outro X Congresso, que seria realizado no ano seguinte, nos dias 25 e 28 de março.

Após a realização desse "novo" Congresso, o grupo lutou na justiça pela continuidade do PCB e de seus símbolos e tinha como lema: "O Partido Comunista Brasileiro não morreu. Existe e resiste". Em janeiro de 1995, o grupo conseguiu registrar o PCB no Tribunal Superior Eleitoral, porém o desafio de reconstrução ainda persiste, uma vez que a sigla não tem grande representatividade atualmente, apesar de manter oficialmente o nome do PCB. Com essas reformulações, o PPS e o novo PCB passaram para campos opostos no cenário político partidário do Brasil.

Conforme Dias:

O método revolucionário do tipo Bolchevique para a tomada de poder entrou em declínio com a Resolução de Março de 1958, passando a ser construída a idéia de uma transição pacífica para o socialismo, que depois tomou a forma da democracia como valor universal, principalmente com a assimilação da *Perestroika* e da *Glasnost* nos anos 80. Todavia, este programa não foi totalmente consensual no interior do partido, representado pelo apoio dos "ortodoxos" ao golpe contra Gorbachev em 1991. Mas na medida em que este grupo rompeu com as mudanças de 1992, o PPS passou a ser representado na íntegra pelo programa da democracia como valor universal, numa perspectiva de tomada de poder através dos processos eleitorais. (DIAS, 2002, p. 43)

É evidente que as mudanças ocorridas no PCB foram relacionadas aos acontecimentos que foram progredindo no Leste Europeu com a dissolução do socialismo. As mudanças de organização partidária tiveram um papel muito grande na medida em que ocorreram paralelamente aos acontecimentos do Leste Europeu, ou seja, refletiam a crise do socialismo

aqui no Brasil e foram ao mesmo tempo a base para as profundas transformações de ordem estratégica e teórica do partido.

Essas mudanças operaram significativamente não apenas no interior do PCB, mas também da própria esquerda como um todo e o seu campo oposto. A direita brasileira passou a festejar o declínio internacional do socialismo com a “extinção” do PCB. O significado disso não tem precedente e marcou a derrota de um projeto de esquerda para o mundo e para o Brasil.

Como notamos, nos últimos anos, o partido teve pouca criatividade para interpretar e entender as mudanças e reformas que vinham ocorrendo nos países comunistas. Sempre atrelada ao discurso oficial soviético, o PCB não soube identificar o perigo eminente que a *perestroika* significava para a continuidade do sistema socialista na URSS. Com as rápidas transformações que ocorreram nesses países, o PCB acabou não resistindo e sucumbiu junto a eles.

Em conjunto com a crise do PCB veio um processo que legitimou as ondas liberalizantes que cresceram juntamente com a crise do socialismo, inclusive o processo de liberalização e privatização que aconteceu agora na ex-URSS. O socialismo estava derrotado na URSS e aqui no Brasil. O PCB representou de forma exemplar essa derrota.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos verificar a análise pecebista da crise internacional pela qual o movimento comunista passou, principalmente na década de oitenta, e como foi influenciado por ela.

Como notamos, o declínio do sistema soviético e do "socialismo real" foi de fundamental importância, apesar de não ser único, para a transformação de parte do PCB em PPS. A URSS, enquanto existia, funcionava como uma espécie de farol para uma grande quantidade de partidos comunistas ao redor do mundo. Mesmo com as diversas crises que ocorriam em toda a Europa Oriental, ou mesmo na URSS, enquanto esse farol estivesse aceso, sempre haveria uma esperança. Porém, quando esse farol se apagou, vários desses partidos perderam o norte de suas estruturas, e acabaram sucumbindo juntamente com seu modelo.

Iniciamos os estudos a partir de 1956, com a realização do XX Congresso do PCUS. Comandado por Nikita Krushev, tal evento estabeleceu uma série de críticas ao seu modelo anterior, baseado no stalinismo. Acabou por gerar, dessa forma, uma necessidade de reavaliação e renovação de todos aqueles que estavam ligados, direta ou indiretamente, ao modelo comunista da URSS, uma vez que colocou em discussão questões fundamentais para o rejuvenescimento da teoria e estratégia mundial socialista.

Conforme verificamos, a Declaração de Março de 1958 do PCB foi o princípio de um processo de mudanças nas estruturas e políticas partidárias que o alterariam profundamente. Ela delineava toda a reformulação política do partido e apontava para o aprofundamento de um debate cujo eixo norteador era a democracia.

Posteriormente, tivemos no Brasil o golpe militar de direita em 1964, a elevação da repressão com a promulgação do AI-5 em 1968 e os assassinatos a membros da direção pecebistas entre os anos de 1974 e 1975.

Nessa época, mesmo completamente desmantelado pela repressão militar, o PCB via sua política de constituição de uma ampla frente democrática para vencer o regime se consolidar e passar a ser aceito por grandes setores da oposição. Portanto, no momento em que sua orientação começava a ganhar consistência, a crise interna se recolocou no partido.

Após a volta do exílio de seus dirigentes, o PCB adentrou a década de 1980 rachado, tendo inclusive a ruptura de seu principal dirigente, Luiz Carlos Prestes. Em 1985, o partido conquistou a legalidade, porém apresentou-se para a sociedade enfraquecida, com profundas dificuldades organizativas e visceralmente associado a um sistema social (o “socialismo real”), que vinha dando sucessivas mostras de esgotamento. Ao longo do trabalho, buscou-se levar em conta o nível exato da influência do “socialismo real” no partido por meio das análises pecebistas sobre a crise iminente.

O final da dessa década foi definitivo para reforçar a crise político-ideológica pela qual o PCB passava. A derrota de Roberto Freire nas eleições presidenciais de 1989 evidenciou a falta de apelo que o partido enfrentava junto às massas, em especial no meio operário.

No final da década de 1980 e início de 1990, o socialismo real entrava em colapso, algo que influenciou diretamente todo o movimento comunista internacional e o próprio PCB.

A crise do “socialismo real” e o colapso do processo de renovação da URSS, implantado por Gorbachev, impulsionaram e agiram de forma decisiva e definitiva para as resoluções da crise, as quais implicaram a incorporação de sua estrutura partidária para o PPS.

Como notamos, nos últimos anos, o partido teve pouca criatividade para interpretar e entender as mudanças e reformas que vinham ocorrendo nos países comunistas e produzindo interpretações ilusórias sobre elas. Sempre atrelada ao discurso oficial soviético, o PCB não soube identificar o perigo eminente que a *perestroika* significava para a continuidade do sistema socialista na URSS. Com as rápidas transformações que ocorreram nesses países, o PCB acabou não resistindo e sucumbiu junto a eles.

Esperamos que, ao terminarmos, pelo menos por hora, nossos estudos, tenhamos conseguido responder às questões propostas e sugeridas no princípio desta pesquisa, mesmo com a consciência de que o tema proposto necessita ainda de profunda discussão, uma vez que de maneira alguma foram esgotadas todas as possibilidades de análise frente ao objeto.

REFERÊNCIAS

AGOSTI, Aldo. *Bandiere rosse: un profilo storico dei comunismi europei*. Roma: Riuniti, 1999.

ANDERSON, Perry. *A crise do Marxismo: Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____.; CAMILLER, Patrick. (Orgs). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CALLINICOS, Alex. *A Vingança da História: o marxismo e as Revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972*. Rio de Janeiro: Graal, [1982].

BRENER, Jaime. *Leste Europeu: a revolução democrática*. São Paulo: Atual, 1990.

CARONE, Edgar. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COHEN, Francis. *Diálogos com György Aczel sobre o socialismo: Hungria*. São Paulo: Novos Rumos [s/d].

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: UNESP, 2007.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas*. São Paulo: Novos Rumos, 1983.

DIAS, Rodrigo. *A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FREIRE, Roberto. *O que mudou no PCB?* Brasília: Novos Rumos, 1991.

_____, *O que pensam os presidenciáveis (entrevista)*,. São Paulo: Harbra, 1989.

GORBACHEV, Mikhail. *Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo*. São Paulo: Best Seller, 1987.

GORENDER, Jacob. *O fim da URSS: origens e fracassos da Perestroika*. São Paulo: Atual, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980/1989.

FERNANDES, Luis. *O enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FERNANDES, Rubem César. *Vocabulário de idéias passadas: ensaios sobre o fim do socialismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

KAGARLITSKY, Boris. *A desintegração do Monolito*. São Paulo: UNESP, 1993.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. São Paulo: Graal, 1980.

LIEDTKE, Klaus et al. *Ascensão e queda do comunismo: de Lenine a Gorbachov*. [s.l.]: Dinapress, 1992.

LIMA, Hamilton Garcia. *O Ocaso do comunismo democrático: O PCB na última ilegalidade (1964-1984)*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1995.

LÖWY, Michael (org.). *O Marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos.; LAGOA, Maria Isabel. (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada*. Marília: Boitempo, 1999.

_____. *Sociologia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.

MODZELEWSKI, Karol.; KURON, Jacek. *Revolucion Política: o poder burocrático*: Polônia. Córdoba: Pasado y Presente, 1971.

MOURA, Milce Ferreira. *A questão democrática no contexto da crise orgânica do PCB: 1979-1987*. Marília: São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências/ Unesp, Marília, 2005.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PRESTES, Luis Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo: Alfa Omega, 1980.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. São Paulo. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / USP, São Paulo, 2006.

ROMANO, Clayton Cardoso. *Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado, História e cultura política / UNESP – Franca, 2001.

SANTOS, Raimundo. *O Pecebismo inconcluso: escritos sobre idéias políticas*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, 1992

_____. *Modernização e Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

_____. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGRILLO, Angelo. *O declínio da URSS: Um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. *O fim da URSS e a Nova Rússia: de Gorbachev ao pós Yeltsin*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

SILVA, Fabrício Pereira da. *Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979 – 1992)*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em história social, Instituto de filosofia e ciências sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas – 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. Rio de Janeiro, Cerifa, 1983.

VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Documentos utilizados:

DOCUMENTOS Aprovados pelo Oitavo Congresso (Extraordinário) do PCB. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

PCB: vinte anos de política 1958-1979. 1980

O PCB em São Paulo: Documentos (1974-1981). São Paulo: LECH, 1981.

UMA Alternativa Democrática para a Crise Brasileira. São Paulo: Novos Rumos, 1984.

Jornal utilizado:

VOZ DA UNIDADE. São Paulo: 1980-1991.